

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS
MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS: GESTÃO DAS CIDADES
JANAINA MOUTINHO COSTA

INSERÇÃO DO JOVEM DE BAIXA RENDA NO MERCADO DE TRABALHO
FORMAL: ESTUDO DA VILA SÃO RAFAEL – BELO HORIZONTE

BELO HORIZONTE

2003

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS

MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS: GESTÃO DAS CIDADES

JANAINA MOUTINHO COSTA

INSERÇÃO DO JOVEM DE BAIXA RENDA NO MERCADO DE TRABALHO

FORMAL: ESTUDO DA VILA SÃO RAFAEL – BELO HORIZONTE

**Dissertação apresentada ao
Curso de Pós Graduação em Ciências
Sociais da Pontifícia Universidade
Católica de Minas Gerais como
requisito parcial para a obtenção do
título de mestre.**

LINHA DE PESQUISA: TRABALHO E CIDADE

ORIENTADORA: Profª. Drª. MAGDA DE ALMEIDA NEVES

BELO HORIZONTE

2003

DEDICATÓRIA

Dedico esta dissertação a cada criança, adolescente e aos jovens da Vila São Rafael;

desejando que o futuro deles possa ser melhor do que o presente.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço a Deus pelas oportunidades que Ele criou a fim de que eu pudesse chegar até aqui. “Sole Deo Gloria”.

Aos meus pais, José e Dilma Moutinho, pelo apoio constante.

Ao meu irmão, Riva.

A minha orientadora, Magda Neves, por suas observações, aplausos e “puxões de orelha”. Por ter me ensinando a caminhar e permanecido ao meu lado.

Aos professores do mestrado em ciências sociais, sempre cordiais quando precisei deles. E aos funcionários, Ângela e Paulo Henrique.

Aos amigos conquistados no mestrado, especialmente a Gisela Garcia pelo apoio no projeto de mestrado.

A Oitava Igreja Presbiteriana de Belo Horizonte pela visão de trabalho social.

Aos voluntários do CAEB, principalmente a Raquel Bárbaro.

A cada morador da Vila São Rafael, principalmente aos jovens que permitiram a construção dessa dissertação.

Aos diretores da Escola Municipal São Rafael, João Batista e Valéria, no momento da pesquisa.

Às minhas amigas Sandra Mazzoni e Josirene de Oliveira, pelo apoio em momentos tristes e alegres.

A Sônia Viana, pela revisão do texto.

A Anne, que me ensinou a inserir as ilustrações.

A cada um de meus amigos, colegas e conhecidos; que de uma maneira ou outra me ajudaram.

Valeu!!!!

SUMÁRIO

Lista de siglas.....	06
Lista de ilustrações.....	08
Resumo.....	09
Abstract.....	10
Introdução.....	11
Capítulo 1 – O (des) emprego dos jovens no mercado formal, no atual cenário brasileiro	
1. Introdução.....	21
2. Cenário global, contexto local.....	22
1.2.1. Trabalho infantil: o outro lado da moeda.....	28
3. Os jovens e o mercado de trabalho: expectativas e realidade.....	30
Capítulo 2 – Situação social e políticas públicas: inclusão ou exclusão?	

2	1
Introdução.....	44
2.2. Aspectos da pobreza e da exclusão social.....	45
2.3. Elementos da política de geração de emprego e renda.....	57
2.4 Políticas de geração de emprego e renda em Belo Horizonte.....	64
Capítulo 3 – Realidade social do jovem da Vila São Rafael	
3	1
Introdução.....	71
2. O lugar simbólico e real da Vila São Rafael.....	72
3. A inserção do jovem da Vila São Rafael no mercado de trabalho formal.....	84
Conclusão.....	105
R e f e r ê n c i a s bibliográficas.....	109
Anexos.....	116

LISTA DE SIGLAS

AMAS – Associação Municipal de Assistência Social

AWISO – Associação Beneficente Wilson de Souza
BID – Banco Internacional de Desenvolvimento
CLT – Consolidação das Leis do Trabalho
CODEFAT – Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador
DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio Econômicos
DRT – Delegacia Regional do Trabalho
ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente
FJP – Fundação João Pinheiro
FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador
GEDE – Gerência de Desenvolvimento Econômico
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IRT – Instituto de Relações de Trabalho
LDB – Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional
MTE – Ministério do Trabalho e Emprego
ONG – Organização não governamental
ONU – Organização das Nações Unidas
OIT – Organização Internacional do Trabalho
PLANFOR – Plano Nacional de Formação Profissional
PROGER – Programa de geração de emprego e renda
PBH – Prefeitura Municipal de Belo Horizonte
PEA – População Economicamente Ativa
PIA – População em Idade Ativa
PIB – Produto Interno Bruto
PNAD - Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílio
PNUD – Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas
SMAS – Secretaria Municipal de Assistência Social
SME – Secretaria Municipal de Educação
SM – Salário mínimo
SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio
SINE – Sistema Nacional de Emprego

SEFOR – Secretaria de Formação e Desenvolvimento Profissional

UNESCO – Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura

URBEL – Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração	1	–	Mapa	Belo	Horizonte	Regiões	
administrativas.....							72
Ilustração	2	–	Mapa	Região	Leste	de	Belo Horizonte
.....							73
Ilustração	3	–	Mapa	Bairro	Pompéia		
.....							74
Ilustração	4	–	Mapa	de	índice	de	vulnerabilidade social
.....							75
Ilustração	5	-	Mapa	de	infra-estrutura	básica	
(esgoto/pavimentação).....							76
Ilustração	6	–	Foto	mostra	o	portão	que separa o abrigo da Vila.....
							77
Ilustração	7	–	Foto	do	processo	de	verticalização.....
							79
Ilustração	8	-	Foto	da	construção	em	frente à Vila.....
							80
Ilustração	9	-	Foto	da	construção	com	a Vila ao fundo.....
							81
Ilustração	10	-	Mapa	da	Vila	São	Rafael.....
							82
Ilustração 11 - Mapa do Bairro Pompéia e Vila São Rafael.....							83

RESUMO

Esta pesquisa trata da inserção dos jovens da Vila São Rafael no mercado de trabalho formal, essa Vila é uma região carente da cidade de Belo Horizonte. A inserção no mercado de trabalho destes jovens se faz por empregos precários, a baixa escolaridade e a falta de direcionamento de políticas públicas para este segmento da população cooperam por dificultar a trajetória do adolescente para o mundo adulto.

Os jovens têm percebido a importância da escolaridade no mercado de trabalho, porém as dificuldades financeiras familiares são um empecilho a prosseguir com os estudos. Dessa maneira, o trabalho, seja ele formal ou informal, torna-se necessidade de sobrevivência. Além disto, há dificuldade em conseguir uma vaga no ensino público (principalmente, no ensino médio). Mesmo que os estudos assumam importância na vida destes jovens, as dificuldades financeiras são uma barreira para prosseguir, em alguns casos percebe-se um esforço no sentido de não abandoná-los.

Atualmente, muitos dos jovens, moradores dessa Vila, que tiveram de abandonar os estudos para trabalhar e colaborar no sustento da família, sentem a necessidade de voltar a estudar por causa das exigências do mercado de trabalho. Temem que a falta de estudos ou de outros cursos dificultem cada vez mais a entrada no mercado profissional ou não se aprimorando, percam as possibilidades conseguidas.

Pela pesquisa realizada e em contato com as famílias dos jovens da Vila São Rafael, percebe-se a dificuldade de utilizar como único critério de medição da pobreza a renda familiar, pois essa situação aparece mascarada. O que parece ser mera questão econômica, impede tais jovens de participarem de programas da Prefeitura de Belo Horizonte que atuam no combate à pobreza, através da qualificação profissional para a geração de emprego e renda.

ABSTRACT

Insertion of the low income young people in the market of formal work: study of the São Rafael Village – Belo Horizonte

This research deals with the insertion of the young people of the São Rafael Village in the market of formal work, this Village is a devoid region of the city of Belo Horizonte. The insertion in the market of work of these young ones is made by precarious job, the low education and the lack of aiming of public politics for this segment of the population cooperates in making difficult the trajectory of the adolescent to the adult world.

The young people have perceived the importance of the education in the work market, however the familiar financial difficulties are one of the obstacle to continue with the studies. In this way, the work, formal or informal becomes survival necessity. Moreover, there is difficulty in obtaining a vacant in public education (mainly average education). Exactly that the studies assume an importance in the life of these young, the financial difficulties are a barrier to continue, in some cases perceive an effort in the direction not to abandon them.

Currently many of the young people, inhabitants of this Village, who had had to abandon the studies to work and to collaborate in the sustenance of the family, at the present, they feel the necessity to come back to study because of the requirements of the work market. They fear that the lack of studies or other courses can be a problem for them to entrance in the professional market and makes it difficult each time more or if not improving, they can lose the possibilities that they have already obtained.

For the carried research and through the contact with the families of the young people of Sao Rafael Village, it is perceived difficulty to use as only criterion, of measurement of the poverty the familiar income, therefore this situation appears masked. What it seems to be mere economic question, it hinders such young people to participate in programs of the city hall of Belo Horizonte that act to combat the poverty, through the professional qualification to create more jobs and income.

INTRODUÇÃO

O tema desta pesquisa passou por um processo de lapidação: a pedra bruta foi sendo pouco a pouco transformada em uma pedra de valor. Afinal, falar de um assunto tão complexo, envolvendo diversas áreas do conhecimento e passando por vários caminhos, não é um processo simples.

O próprio título é pretensioso. A tarefa de escrever a trajetória de inserção profissional dos jovens de baixa renda, a princípio, parece não trazer nada de novo. Afinal, marcados, negativamente, pela situação social, seu modo de vida pode não oferecer algo que valha a pena ser observado. Todavia o convívio constante com esses jovens evoca pontos significativos nessa trajetória, levando à escolha destes como o “objeto” desta pesquisa. Apesar da ambigüidade do termo, é estranho dizer que o ser humano é o “objeto” – pode remeter a uma “coisa”, algo inanimado. Não é esse o lugar desses jovens nesta pesquisa, mas o lugar de sujeitos de uma realidade social, histórica, política e econômica.

Dentro deste escopo, a opção foi a realidade do jovem de baixa renda, morador da Vila São Rafael, região carente de Belo Horizonte. Ao falar de baixa renda podem-se inferir tantos significados, pois o termo evoca carências materiais, embora outras somam-se a estas.

Evidentemente há justificativas para tal escolha. Não adianta acreditar que o rigor científico anule a subjetividade de uma pesquisa; cada um dos jovens entrevistados trouxe um pouco de sua história que reflete os sonhos, frustrações e decepções. Nesse sentido, Escorel (1999) faz uma importante colocação. De acordo com a autora Escorel (1999), não se pode esquecer das pessoas, senão corre-se o risco de se dizer da situação social, das políticas, da escola e do mercado de trabalho, esquecendo-se de que há pessoas na outra ponta. Classificar tais jovens como de “baixa renda” está longe de ser pejorativo, apenas marca a realidade social que perpassa a história de vida de cada um deles e de seus familiares. E não se pode esquecer – que, embora seja difícil de admitir – o critério financeiro - pode ser determinante para o futuro de cada um deles.

Esta pesquisa teve seu início em agosto de 1999 quando a autora reuniu-se com um grupo de adolescentes na faixa etária entre 14 – 18 anos, moradores da Vila São Rafael, situada entre os bairros Pompéia e Santa Efigênia, na região Leste de Belo Horizonte. O objetivo daquele encontro foi apresentar ao grupo um projeto de Informação Profissional, cujo enfoque era questões relativas aos estudos e mercado de trabalho. Este é um dos vários projetos desenvolvidos nessa Vila pelo Centro de Apoio Educacional Bíblico (CAEB) através da Associação Beneficente Wilson de Souza (AWISO) – entidade social, sem fins lucrativos.

O Projeto de Informação Profissional se baseia na Orientação Vocacional e tem como objetivos discutir a realidade do ser humano, propiciando informações sobre o mercado de trabalho, do País e também permitindo o conhecimento de si mesmo (Muller, 1986). Geralmente a Orientação Vocacional é buscada por adolescentes em dúvidas quanto à escolha profissional.

Assim, tal situação já trazia um diferencial para o Projeto de Informação Profissional, pois esses adolescentes não tinham (a princípio) nenhuma dúvida profissional e muito menos conhecimento sobre a realidade do mercado de trabalho, a realidade do País parecia não afetar ou não fazer parte da vida de nenhum deles. Nos primeiros encontros discutiu-se sobre escola, trabalho e futuro. Naquele momento o discurso pronto e copiado da sociedade que reflete a função da escola e dos estudos é colocado em evidência, o que não significa ser aquilo em que de fato os adolescentes acreditam. O discurso repetido dá mostras

de que a escola representa um marco importante na vida deles, afinal “estou estudando para ser alguém na vida”, “estou estudando para ter uma profissão” são frases ditas com naturalidade, embora, de fato, eles desconheçam seu real sentido.

As discussões desenvolvidas no grupo constataram a ausência de expectativas em relação ao futuro, falta de conhecimento em relação ao mercado de trabalho e qual a relação existente entre estudos e trabalho. Estudar, na verdade, é sentido como obrigação. De certa forma, eles vivem para um futuro pré-determinado: adolescentes masculinos têm como profissões conhecidas as de pedreiros, pintores ou “bicos” (trabalhos incertos); adolescentes femininas pareciam não compartilhar das mudanças sociais conquistadas pelas mulheres ao longo da história. Traziam a idéia de ter um filho para conquistar uma pensão (que será a garantia de renda futura) ou até a prostituição que é vista como “profissão”. Profissão então, é sinônimo daquilo que “dá dinheiro”. Sendo assim, o ilegal é mencionado nas piadas e brincadeiras como dinheiro certo e sem necessidade de estudar; o tráfico de drogas, a prostituição e o crime são vistos para a conquista financeira.

Essa convivência com o grupo suscitou questionamentos: será que este relacionamento poderia estar desenvolvendo neles a vontade de prosseguir os estudos (como de fato aconteceu), de conhecer a realidade sócio-econômica na qual vivem? Mas e os outros adolescentes, aqueles que não fizeram parte desse Projeto? Qual o papel das políticas públicas para a inserção destes jovens no mercado de trabalho? Há vagas nas escolas públicas suficientes para continuarem a estudar? Irão conseguir estudar sem que precisem de trabalhar (em situações precárias muitas vezes) para colaborar no sustento da família? Foram estas as perguntas que culminaram nesta pesquisa.

Na verdade a escolha também é pessoal, unir psicologia e projeto social, sem que este tenha um enfoque assistencialista – mas partindo da idéia de que cada um daqueles rapazes e moças está inserido em um contexto social, político, econômico, cultural e também religioso. Todos estes aspectos reunidos fazem a história de vida deles única, por isto tornou-se importante estudá-la. Há um objetivo político, no sentido de mostrar aos órgãos municipais a vida da população jovem pobre de uma Vila de Belo Horizonte, e quiçá não sirva de base para estudos de diferentes regiões deste Município. Também é preciso, antes de mais nada, conhecer a existência (ou não) de políticas públicas para a população jovem e se de fato estas atingem os jovens pobres e, para efeitos de resultados, se atingem aqueles da Vila São Rafael.

A opção de analisar a inserção do jovem no mercado formal de trabalho e não do adolescente, baseou-se na pesquisa de Caliman (1998) sobre os adolescentes na região metropolitana de Belo Horizonte. Segundo este estudioso, por se tratar da realidade do trabalho infantil, a maioria das pesquisas se volta para a faixa etária dos 10 a 17 anos. Ao colocar o jovem como foco, tornou-se possível ampliar a imagem, pois eles contam de sua trajetória no mercado de trabalho, trajetória esta que muitas vezes passa pelo trabalho infantil, pelos trabalhos precários e pelo abandono dos estudos.

A faixa etária escolhida para tal pesquisa segue critérios internacionais. A ONU (Organização das Nações Unidas) define como segmento juvenil a população na faixa etária entre 15 – 24 anos. Porém esta faixa tende a variar de acordo com o país e no caso do Brasil a Emenda Constitucional nº 20 de 15/12/1998, que modificou o sistema de Previdência Social, estabeleceu:

“Proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 (dezoito) e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 (quatorze) anos”.

Portanto nesta pesquisa será considerado como segmento juvenil a faixa etária compreendida entre 16 – 24 anos, estando desta maneira em consonância com as normas legais vigentes no País no momento da mesma.

Em relação à população jovem da Vila São Rafael, infelizmente não há dados específicos. Segundo a Regional Leste, a população estimada da Vila São Rafael em 1996 era de 1690 pessoas. A Associação Comunitária calcula cerca de 3000 pessoas o número de moradores da Vila no ano de 2002.

Para escolher o segmento econômico e considerá-lo como “baixa renda” os dados da PNAD citados por Caliman (1998) foram significativos; dentro desta referência até 3 salários mínimos considera-se “baixa renda”. Estudo realizado pela Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte (URBEL, CEURB/UFMG) indica que a renda mensal individual de um número significativo do total da população de vilas e conjuntos populares em Belo Horizonte fica entre 1 a 2 SM (salários mínimos). Se comparada com a renda familiar, a renda aumenta entre 2 a 5 SM.

Esta pesquisa busca conhecer o jovem de baixa renda, morador de uma Vila (ou do lugar que convencionou ser chamado de favela); marginalizado pela sociedade e sem acesso aos avanços tecnológicos como por exemplo o computador - que já se tornou um objeto comum para um número expressivo de pessoas. Em contrapartida, vários dos moradores da

Vila nunca manusearam um e ainda acreditam que para conseguir um emprego “basta fazer um curso de datilografia”.

A educação é vista como o principal meio de inclusão e de possibilidade para melhores condições de vida, porém percebe-se um ensino público desgastado, de qualidade questionável, uma escola excludente e alunos que antes mesmo de concluir o ensino fundamental (antiga 8ª série) já a abandonaram, seja por necessidade de trabalhar e cooperar no sustento da família, seja porque o tráfico se torna atrativo e, ainda, no caso das adolescentes ocorre a gravidez precoce. Será que de fato a educação tem se estabelecido no seu ideal constitucional, ou seja, *“um direito de todos e dever do Estado e da família, promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”*?

Diante da realidade social muitos ficam sem opção de trabalho e sem expectativas para o futuro. Como diz Telles *“a pobreza atual estrutura um campo de debate no qual o próprio país é problematizado, revisto e repensado em sua história, tradições, possibilidades e também (ou sobretudo) limites”* (1994:225).

O mesmo estudo realizado pela URBEL, revela que nas Vilas de Belo Horizonte há um número expressivo de jovens entre 14 – 18 anos fora da escola, este número chegou a 34,6% do total pesquisado. Embora não seja uma pesquisa específica sobre a Vila São Rafael, pode ser indicativo, da baixa escolaridade do jovem de baixa renda e suscitar novas perguntas. Por que eles estão fora da escola? Há vagas suficientes? A faixa etária citada acima equivale ao ensino médio (obviamente sem levar em conta as repetências ou interrupções).

Outro dado revelador deste estudo é a concentração daqueles que “não trabalham” nas faixas etárias entre 10 – 18 anos e 19 – 29 anos. Tais índices superam aqueles “que trabalham”, embora na primeira faixa etária o não trabalhar pode ser visto como uma vitória, uma vez que nela se concentraria o trabalho infantil e isto espelha um menor número de crianças trabalhando. A segunda faixa etária, ao contrário, evidencia a dificuldade de acesso do jovem ao mercado de trabalho; assim estes jovens encontram-se em situação de ociosidade. A pesquisa não define os motivos pelos quais se encontram fora do mercado de trabalho, pois embora a situação de desemprego seja crescente em Belo Horizonte - como demonstram dados da Fundação João Pinheiro - é preciso conhecer suas causas, entender o motivo que pode levar os jovens moradores de vilas a estarem ou não em situação mais vulnerável.

É disso que trata o primeiro capítulo desta dissertação. Neste, o principal objetivo é discutir a inserção do jovem no mercado de trabalho atual, mercado este sujeito às intempéries do mercado internacional que afetam a economia brasileira. Uma economia fragilizada por constantes mudanças econômicas, atrasada em relação às mudanças tecnológicas e trazendo como consequência da concentração de renda, diferenças sociais significativas dentro da sociedade.

A exigência de um profissional polivalente, capaz de assumir funções diversas, parece se chocar com trabalhadores que ainda não sabem escrever o próprio nome. A nova situação parte do pressuposto, que a escolaridade é a panacéia para aliviar as diferenças no mercado profissional, cabendo assim, ao próprio trabalhador, a tarefa de se aprimorar e de se qualificar. É a chamada “empregabilidade”, cujo termo traz alguns significados os quais serão colocados adiante; todavia seu aspecto visível está em impor sobre o trabalhador a responsabilidade por estar desempregado.

Diante da exigência de alto nível de escolaridade, esconde-se a face oculta de um mercado de trabalho no qual os empregos tendem a diminuir; as inovações tecnológicas desfizeram uma série de postos de trabalho que não se encaixam mais no mercado. E a verdade é que eliminaram-se, principalmente, aqueles que absorviam trabalhadores com pouca ou nenhuma escolaridade.

Não se pode deixar de lado a certeza de que a baixa escolaridade está presente na realidade brasileira; evidencia-se o paradoxo desta sociedade que parece conviver com avanços e retrocessos.

Entre os diversos autores que endossam este primeiro capítulo destaca-se Dupas (1999) abordando questões do cenário internacional e nacional e como tais realidades trazem consequências para os jovens trabalhadores. O capitalismo, desde seu início, propiciou desigualdades sociais, porém estas têm acontecido mais intensamente nos últimos anos e gerado maior exclusão social. Ele destaca o avanço da globalização como gerador do crescimento do desemprego que afeta o indivíduo e contribui para a insegurança, principalmente em relação ao mercado de trabalho que concentra as maiores taxas de desemprego entre os jovens.

Endossando Dupas, Pochmann (1998) apresenta a realidade do mercado de trabalho para a população jovem, ou seja, este não tem produzido empregos suficientes para atender a demanda. A escola tem se tornado, na verdade, a via pela qual os jovens adiam a

entrada nesse mercado competitivo, o qual tem absorvido trabalhadores qualificados para funções que dispensam qualificação. O paradoxo está no fato de se exigir qualificação constante e, nem sempre, serem gerados empregos para os qualificados.

Como a competição aumenta, os jovens de baixa renda são os mais vulneráveis, pois na maioria das vezes a pouca experiência (ou nenhuma) e a baixa escolaridade contribuem para o aumento dos índices de desemprego entre eles. Sobre a inserção dos jovens no mercado de trabalho a evidência de – na maioria das vezes – não serem os responsáveis diretos pelo sustento de uma família os expõe ao desemprego por longo prazo.

Trazendo contribuições no que diz respeito à pobreza familiar como um indicador de inserção de crianças e adolescentes no mercado de trabalho, Fausto e Cervini (1992) analisam os contrastes sociais dos anos 80 no Brasil e como afetam a estrutura social brasileira. Assim, quanto mais cedo as crianças começam a trabalhar, aumentam as chances de interromperem os estudos e manter o círculo vicioso da pobreza; a tendência é a precariedade constante. Dentro deste estudo há mostras das diferenças regionais no país e a pobreza pode ser sentida de maneiras distintas, dependendo em qual região ela está sendo focada.

Definindo alguns argumentos interessantes para Belo Horizonte, Caliman (1998) lembra a realidade da desigualdade social presente na história brasileira. Ele analisa os impactos econômico, sociocultural e político que abalaram o País, principalmente, a partir dos anos 80. A construção desse cenário possibilitou a pesquisa com adolescentes trabalhadores em Belo Horizonte, levando a conclusões importantes como a realidade do trabalho infantil, a importância da entrada no mercado de trabalho para o adolescente – tornando um fator mais cultural do que econômico. A entrada do adolescente no mercado de trabalho propicia a transição mais cedo para o mundo adulto e a maior chance, de que a pobreza tende a perpetuar, ou seja, os filhos de pais mais humildes reproduzem a situação social da família de origem.

Para esse autor há poucas pesquisas sobre a população jovem do município de Belo Horizonte; esta constatação contribuiu para a escolha desta pesquisa.

No segundo capítulo há uma busca em compreender termos dispares e, ao mesmo tempo, usados como sinônimos os quais são: a desigualdade social, a pobreza e a exclusão social. Afinal, ao mencionar qualquer um desses termos, o símbolo trazido à memória é a falta, a miséria e – de início – não é preciso conceituá-los para compreendê-los; basta um olhar sobre as vilas e favelas da cidade e detecta-se a pobreza. Impossível negar que estas

situações presentes na sociedade brasileira, se tornaram parte do cotidiano das cidades, constatados por diferentes estudos que demonstraram a profunda cisão entre os bairros mais ricos e as periferias.

Ao lembrar a situação social é preciso colocar as políticas públicas adotadas (ou não) com o objetivo de combater ou minimizar os impactos. Qual a trajetória dessas políticas e a qual objetivo elas se prestam e, ainda, quais as políticas de geração de emprego e renda dentro do município de Belo Horizonte? É preciso conhecer as políticas para a população jovem do município e, se elas atingem os jovens da Vila São Rafael.

Escorel (1999) descreve os diferentes termos que marcam as diferenças sociais, termos evocados em seu universo simbólico que permite ao outro a compreensão daquilo que se diz. Porém, é preciso distingui-los na teoria, buscando uma base sólida de conhecimento, encontrada nesta autora. Ela demonstra, ainda, a preocupação de que ao se buscar a teorização não se esqueça dos seres humanos na condição de pobreza, pois são eles que lutam dia-a-dia pela sua sobrevivência.

O histórico das políticas públicas é muito bem referendado pelos autores Barbosa e Moretto (1998), os quais procuram explicar de forma clara e sucinta as diversas políticas que procuram implementar programas de combate às diferenças sociais desde, principalmente, a Constituição de 1988. Dentro dessa linha, ao falar das políticas públicas em Belo Horizonte e, principalmente sobre as políticas de geração de emprego e renda, buscou-se conhecê-las sob a versão do próprio poder público e, nesse caso, as publicações da Prefeitura de Belo Horizonte (PBH) referendam o capítulo.

Outra pesquisadora importante no que diz respeito à análise das políticas públicas de emprego no Brasil é Azeredo (1998); com base em suas pesquisas é possível compreender o lugar que as políticas públicas de emprego assumem a partir dos anos 80 no país.

Devido à complexidade do tema e deste abarcar diversos campos de pesquisa, diversos autores contribuem nas referências bibliográficas. Assim há diversos pontos de vista sejam estes econômicos, políticos, sociais e psicológicos a trajetória é vasta e o caminho a percorrer indica o quanto o tema é complexo.

O terceiro capítulo marca os resultados da pesquisa realizada com os jovens da Vila São Rafael.

Tendo em vista os objetivos desta dissertação, a pesquisa foi de natureza qualitativa, como sugere Goldenberg (2000) “*dados qualitativos consistem em descrições detalhadas de situações com o objetivo de compreender os indivíduos em seus próprios termos*”. Com a pesquisa qualitativa torna-se possível visualizar melhor a dinâmica da realidade psicossocial dos jovens trabalhadores da Vila São Rafael. E através da escuta do não dito que, em muitas vezes, encontram-se respostas (ou novas perguntas).

Chizzotti (2001) acrescenta a importância das pessoas na abordagem qualitativa, pois ao mesmo tempo em que todas são iguais (por serem dignas de estudo), suas histórias, experiências e sua vivência são únicas. Na pesquisa qualitativa há interação entre as pessoas e o mundo real, o objeto possui significados e relações criadas pelas pessoas em suas ações.

Essa perspectiva de ver a realidade tem seu maior representante em Max Weber. Para ele “*o principal interesse da ciência social é o comportamento significativo dos indivíduos engajados na ação social, ou seja, o comportamento ao qual os indivíduos agregam significado considerando o comportamento de outros indivíduos*” (Goldenberg apud Weber, 2000:19).

Para a realização dessa dissertação foi feita uma pesquisa documental através de documentos, diagnósticos e estudos realizados pela PBH. Foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com jovens moradores da Vila São Rafael e também observação participante em diversas visitas à Vila – conversando e visitando alguns moradores, buscando compreender seu modo de viver. E, evidentemente, vasta revisão da bibliografia.

Os dados documentais, com informações sobre a Vila São Rafael, foram buscados em alguns órgãos da PBH, mas, infelizmente, pouco se conseguiu. Segundo informações do posto de saúde que atende a Vila não há dados específicos desta Vila. A Regional Leste foi procurada por diversas vezes, mas, infelizmente foram tentativas em vão. Não houve possibilidade de marcar para conversar com as assistentes sociais ou qualquer outro que pudesse responder sobre as políticas sociais, a informação obtida por telefone foi que a PBH não dispõe de políticas específicas para tal região e sim para o conjunto da cidade. Assim a possibilidade de conversa finalizou por ali.

Outros órgãos municipais foram contatados como a URBEL, as Secretarias Municipais de Educação e Assistência Social (SMED E SMAS, respectivamente), bem como a Gerência de Desenvolvimento Econômico (GEDE). O principal objetivo foi verificar a situação

da Vila reconhecida pelo Município. Com certeza vários outros órgãos poderiam ser contatados, porém o tempo demandava a necessidade de um recorte específico para tentar responder às questões que se colocavam como centrais, isto é, aquelas referentes ao fator escolaridade e aos projetos voltados para a população de baixa renda. Assim, a Secretaria de Assistência Social foi procurada, pois é a responsável em lidar com as situações de vulnerabilidade social. O objetivo era conhecer as políticas públicas para a população jovem de Belo Horizonte e se haveria algo específico para a Vila São Rafael.

Foram feitos contatos com a SMED para responder às questões relativas à escolaridade em Belo Horizonte. A GEDE, na verdade, não estava prevista, mas o fato de estar desenvolvendo um projeto pioneiro de inserção para os jovens no mercado de trabalho permitiu o diálogo. Dessas entrevistas somente aquelas realizadas na secretaria de assistência social e seus projetos seguiram um roteiro semi-estruturado (anexo 1); as demais foram realizadas sem roteiro, apenas com tópicos de perguntas.

Foram realizadas 17 entrevistas com jovens na faixa etária entre 16 – 24 anos, os quais, no momento da pesquisa, estavam trabalhando no mercado formal em ocupações diversas, tendo a carteira de trabalho assinada ou contrato de trabalho (anexo 2). Todos os entrevistados têm a carteira de trabalho assinada. Ainda que, em um primeiro momento houvesse planos para se entrevistar um maior número de jovens, o fato de trabalhar no mercado formal contribuiu para afetar esse número. As entrevistas foram realizadas por indicação, ou seja, eles mesmos indicavam colegas ou parentes que atendessem aos requisitos e, foram encerradas, tão logo as indicações começaram a se repetir. O período para a realização das mesmas foi de abril a setembro de 2002, dentro da Vila São Rafael, na Associação Comunitária. Estas contaram com um roteiro elaborado a priori (anexo 3), mas de tal maneira a permitir liberdade aos entrevistados de expressarem suas opiniões, idéias. Comumente este tipo de entrevista é denominada de semi-estruturada.

O espaço da Associação Comunitária foi oferecido pela diretoria da mesma e tornou-se acessível aos entrevistados, colaborando para se sentirem à vontade e não ficarem preocupados com a situação da entrevista em si, como o gravador, que muitas vezes se apresenta como fator inibidor.

Embora os entrevistados tenham sido escolhidos de forma aleatória, uma vez que a indicação era feita pelos próprios jovens, é interessante perceber o fato de que as mulheres foram em menor número. Infelizmente, nesta pesquisa não é possível definir como

tem sido a sua inserção no mercado de trabalho; porém pode ser um ponto importante a ser pesquisado futuramente. As entrevistadas fazem algumas considerações sobre a situação da mulher dentro da Vila e muitas vezes prevalece a idéia de que grande parte das mulheres estão em busca de alguém que as sustente. Esta dimensão pode ser percebida na fala das entrevistadas que dão a entender a importância da presença de um homem para sustentá-las.

Contrapondo as entrevistas dos trabalhadores formais, buscou-se entrevistar alguns jovens que estão no mercado informal. Apesar desse número ser pequeno, somente 04 (quatro) entrevistas foram realizadas, é possível perceber as diferenças existentes entre realidades que se contrapõem em um mesmo lugar (anexo 4). O roteiro de entrevista foi o mesmo já mencionado (anexo 3).

Com certeza novos questionamentos surgirão, porém neste momento o objetivo é que esta dissertação possa contribuir – de algum modo – para a formulação de políticas públicas em Belo Horizonte, principalmente para os jovens.

Das entrevistas realizadas nos órgãos municipais (anexo 5), vale lembrar que a Associação Municipal de Assistência Social (AMAS), apesar de ser uma Organização Não Governamental (ONG), tem autonomia política para a realização de projetos; recebe subsídios da PBH e está vinculada a Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS). Bem como o Qualificarte que é um projeto da SMAS.

CAPÍTULO 1

O (des) emprego dos jovens no mercado formal, no atual cenário brasileiro.

I.I. Introdução

Embora a prioridade desta pesquisa seja a população jovem, não é possível tratar de um assunto, como a inserção do jovem no mercado de trabalho, sem que se perceba a dinâmica deste mercado. Em qual contexto social, político e econômico o Brasil está inserido, e uma vez que a “globalização” é uma realidade latente; em que medida as relações internacionais afetam os acontecimentos internos brasileiros?

No decorrer da história do Brasil os governantes perceberam que sem educação formal, aqui entendida como o acesso à escola a todos, independente de classe social, não haveria desenvolvimento econômico e social de um país que se propõe a ser “emergente”.

Por um outro lado, a educação tem sido vista atualmente como panacéia para resolver os problemas do desemprego brasileiro, muito embora a educação possa contribuir para o melhor desenvolvimento social, ou seja, a educação deve ser parte de um conjunto de ações interrelacionadas entre mercado de trabalho e sistema educacional, posição defendida por Azeredo (1998).

Enquanto o país procura se libertar do grande déficit educacional mantido pelo número alto de analfabetos e semi-analfabetos, frutos de uma pesada tradição a qual mantinha alguns para mandar e outros para obedecer, a esta parcela não era necessário nenhum tipo de educação. O período escravagista brasileiro, de certa forma, perdurou no imaginário simbólico de nossos governantes; a mudança desse pensamento acelerou-se na década de 80 com a Constituição Federal que propôs um ensino que se tornasse mais universal. Ao mesmo tempo em que o país se vê na urgência de minimizar os impactos deste déficit na educação, o desenvolvimento tecnológico e econômico exige um “profissional” que possua não só educação formal, mas outras especialidades que se somem a esta. Assim, o país tenta atender aos novos paradigmas exigidos pelo mercado no aspecto educacional e, simultaneamente, minimizar os efeitos da baixa escolaridade e do analfabetismo.

Este capítulo tem como objetivo entender a dinâmica de inserção do jovem no mercado formal de trabalho partindo de um cenário de mudanças mundiais em nível político, econômico, social, legislativo que tem atingido o Brasil. Essas mudanças, por sua vez, atuam diretamente sobre o conjunto da PEA (população economicamente ativa) e, de modo particular, sobre os trabalhadores jovens ou daqueles em busca de seu primeiro emprego. Tenta-se buscar os pressupostos para se entender o porque de tal situação.

Muitos jovens cresceram acreditando que para se ter um “bom emprego”, para ser “bem colocado” no mercado de trabalho era necessário ter “estudo”. Hoje muitos têm estudo mas não encontram o tão sonhado “bom emprego”. Encontram, sim, novas exigências: agora não basta a escolaridade formal, é necessário qualificação profissional, empregabilidade, flexibilidade; mas afinal do que dizem respeito essas novas exigências?

I.2. Cenário global, contexto local

Desde os meados da década de 80, a questão do emprego passou a ser motivo de intensa preocupação em todos os países, sejam estes de economia avançada ou em desenvolvimento, como no caso do Brasil. Naquele momento ganhou maior dimensão com a chamada “globalização”, embora o termo passou a ser utilizado amplamente no Brasil por volta dos anos 90, quando a maior parte dos textos que tratam de questões sobre trabalho, política, economia e desenvolvimento social utilizam-no para falar de uma série de situações e, na verdade, sua definição é bastante ampla.

Conquanto haja dificuldades em conceituá-lo, um entendimento do termo se faz necessário. O fenômeno “globalização” representa a aproximação (nas palavras de Dupas) das economias mundiais, maior integração dos mercados financeiros mundiais e crescimento do comércio internacional. As empresas tornam-se transnacionais – significando que o processo de produção se dispersa por várias partes do mundo. Tendo como objetivo o menor custo e, conseqüentemente o maior lucro, algumas destas empresas podem “perder” sua identificação com o país do qual se originam. Esta é uma hipótese defendida por Dupas (1999). Em algumas situações a empresa permanece com a sede administrativa no país de origem e opta por concentrar sua produção em outro lugar, neste caso pode ser outro Estado e até mesmo outro país, onde o custo, principalmente da mão-de-obra e dos encargos tributários, seja menor. O objetivo é aumentar o lucro.

Um outro fator que tem contribuído para a ampliação da abrangência das empresas tem sido o desenvolvimento da tecnologia, como as comunicações em tempo real, possibilitando aos mercados financeiros se movimentarem 24 horas, gerando lucros que ultrapassam a produção e o comércio. (Dupas, 1999)

Para diversos autores, os anos do pós 2ª Grande Guerra Mundial são considerados como “anos de ouro do capitalismo”. Naqueles, os níveis de pobreza e distribuição de renda reduziram, principalmente devido às condições do mercado de trabalho que propiciava a inserção das pessoas, mesmo daquelas com pouca ou nenhuma escolaridade e, conseqüentemente o acesso ao consumo se tornou uma possibilidade. Esta situação ocorreu muito mais nos países de capitalismo avançado, do que no Brasil – uma economia em

desenvolvimento. Neste caso os trabalhadores vindos do meio rural tinham possibilidades de serem absorvidos no mercado de trabalho formal das grandes cidades, uma vez que este necessitava de mão-de-obra. Dessa maneira houve melhorias significativas na condição de vida das pessoas: os trabalhadores não só tinham o emprego formal que lhes possibilitava a renda e o acesso ao consumo, bem como os direitos que deste advinham como assistência a saúde, aposentadoria, direito a férias; garantias asseguradas pelo Estado que era o regulador do processo econômico, mas com certeza nem todos puderam usufruir destas possibilidades.

Esta conformação sócioeconômica em que o eixo principal era a industrialização e a regulação da economia pelo Estado modificou-se com a crise econômica dos anos 80 e a reestruturação produtiva. Tal situação modificou a estrutura dos empregos bem como a inserção na previdência social, flexibilizando direitos sociais e tornando o mercado de trabalho menos estruturado. Atualmente encontram-se trabalhadores em diversas situações como: contratos temporários, terceirizados, consultores, por conta própria, subempregos – estes até então inexpressivos, tornaram parte do cenário social e econômico dos anos 90. Estes trabalhadores estão ocupados, mas não seguem a lógica anterior do mercado de trabalho, ou seja, onde o emprego formal era a realidade da maioria. Diante desta realidade, manter-se no mercado de trabalho passou a ser visto como o mais importante e uma dádiva, ainda que seja mediante contratos flexíveis ou trabalho informal com consequentes perdas de direitos trabalhistas.(Cano, 1994; Dupas,1999; Pochmann, 1998; Baltar et al, 1996).

Portanto, o capitalismo no Brasil viveu seu período áureo entre os anos de 1950 – 1970, a economia se desenvolveu com a industrialização e o Estado garantia a regulação das políticas públicas. O Banco Mundial em seu Relatório de 1990 considera que o progresso econômico do mundo em desenvolvimento foi enorme nos 30 anos anteriores (em relação aos anos 1990) *“principalmente na tendência de crescimento das rendas e do consumo”*. Gentili (1998) mostra que o *“Estado marcava presença no planejamento, administração e modernização econômica”*.

Contudo o setor industrial – que até a década de 1970 – era considerado o gerador de bons empregos e, principalmente daqueles considerados estáveis, foi o que mais demitiu trabalhadores a partir dos anos 90. A reestruturação tecnológica e organizacional, chamada de 3ª Revolução Industrial, implantada em diversas empresas como forma de modernizar o processo de produção, visando o aumento da produção e a diminuição do custo da mesma, trouxe como resultados: diminuição de postos de trabalho e do custo do trabalho;

eliminação de chefias intermediárias; aumento do tempo de desemprego (principalmente jovem) e diversas formas de emprego. Todo esse processo acelerou a exclusão de uma série de trabalhadores do mercado formal e dificultou o acesso dos novos trabalhadores. (Cano, 1994). Azeredo (1998) mostra que essa reestruturação ocorrida nas empresas, na verdade, substituiu os empregos “qualificados” por outros com pouca ou nenhuma qualificação e, por isso, com baixas remunerações.

Mudanças também ocorreram na participação feminina no mercado de trabalho que cresceu significativamente desde a década de 80 (o aumento foi de quase 12 pontos percentuais em 10 anos: 1979 – 1989). Muitas vezes ela foi absorvida recebendo menos que o trabalhador masculino na mesma função; cerca de 73% das mulheres recebem até 2 (dois) salários mínimos – o mesmo se deu com crianças e jovens. O cenário lembra a Europa capitalista do século XVIII, onde havia a necessidade de diversas pessoas trabalharem para manter um padrão de vida que pudesse atender às condições mínimas de sobrevivência. A diminuição da renda dos chefes de família pressiona a entrada no mercado de trabalho dos outros membros da família, a fim de que a renda possa ser complementada. (Machado, 2001).

Todo esse processo de mudanças, econômicas e ideológicas ficou conhecido por “globalização”. Apesar da ambigüidade do termo e deste levantar muitos questionamentos, de modo geral percebe-se que há aproximação das economias mundiais, maior integração dos mercados financeiros mundiais e crescimento do comércio internacional. Tudo isso exige que empresas e países reestruturem as áreas tecnológica, organizacional e legislativa (Dupas, 1999; Wanderley, 2000). O trabalhador enfrenta as consequências desta transformação e “*é posto fora do mercado como o papel moeda retirado da circulação*” (Marx, 1987:492), refletindo o pouco valor que se dá ao trabalhador neste processo de mudanças; o não reconhecimento deste enquanto cidadão de sua história, de seu país e de seu trabalho. Ele é, simplesmente descartável.

No aspecto ideológico, Gentili (1999) mostra que os trabalhadores são influenciados pelos novos valores incorporando as mudanças econômicas e agindo de acordo com as regras impostas pelo mercado e a partir daí traçam suas escolhas individuais.

Apesar de ser uma questão mundial, o desemprego nos países como o Brasil tem agravantes: o País paga um salário mínimo que não atende às necessidades básicas dos trabalhadores, além disso os salários sempre estiveram abaixo dos valores de outros países da América Latina; os serviços públicos como saúde e educação deixam a desejar no atendimento

aos brasileiros. As políticas sociais são incipientes; somente a partir da 2ª metade da década de 90, como ressalta Draibe, há um novo *“ciclo na área social, que envolve um ajustamento econômico, complementação de reformas institucionais e da consolidação da democracia”* (2000:102). Muitas dessas políticas são fruto de reivindicações dos trabalhadores que passaram a exigir mais seus direitos; além disso, o desemprego gera uma crise social sem precedentes, afetando toda economia capitalista.

Neste cenário de mudanças, o trabalhador que ora vivenciou os altos e baixos da economia brasileira vê-se diante de uma realidade que se tornou mais do que uma crise econômica temporária. Pesquisadores como Barbosa e Moretto nomeiam 3 (três) situações, a partir dos anos 80, para o desemprego que pode ser configurado como:

1. *“cíclico” (demissões em massa durante períodos de recessão ou baixas),*
2. *“estrutural” (mudanças estruturais ou alterações tecnológicas drásticas, os trabalhadores das antigas atividades não conseguem emprego nas recentes) e,*
3. *“oculto” (realização de ‘bico’ ou atividade informal irregular e descontínua) (1998:33).*

As situações de desemprego que podiam ser consideradas como sazonais tornaram-se a realidade do trabalhador brasileiro e, às vezes, a condição de desempregado ou em atividades irregulares estende-se por meses e até mesmo anos.

Apesar de ter sido conturbada por problemas econômicos e sociais, a década de 90 marca para o Brasil o fortalecimento do processo democrático (iniciado nos anos 80, com a queda do governo militar) através das eleições no âmbito dos governos federal, estaduais e municipais. A promulgação da Constituição Federal de 1988, conhecida como “Constituição cidadã” acirra o debate em torno das desigualdades sociais do país e propicia autonomia aos governos locais a fim de que estes elaborem projetos com o objetivo de reverter tais desigualdades. (Lavinias e Barbosa, 2000)

O Brasil sofre pressões internacionais e internas para resolver (pelo menos minimizar) sua crise social; uma vez que a desigualdade social existente no país é absurda: 10% da população detêm 50% do PIB brasileiro, o que equivale dizer que esta pequena parcela tem nas mãos metade da riqueza do país, sendo que esta é semelhante a um país como Holanda ou Bélgica. (Gomes e Veiga, 1996).

Além disso, as mudanças sociais geradas pela crise econômica colocam a pobreza como sendo “essencialmente urbana”. Tal situação gera novos desafios para as cidades que necessitam de redefinir a questão urbana (Ribeiro, 1997). O êxodo para as cidades está ligado ao ideal de que as condições de vida possam melhorar. Geralmente associa-se à busca pelo emprego. Todavia as pessoas chegam e não encontram o tão almejado emprego: de um lado devido à diminuição dos postos de trabalho e por outro por não terem a qualificação para ocupá-los; cria-se o que Dupas (1999) chama de “*estoque de mão-de-obra não qualificada*”.

Chega-se a um impasse: ou voltar de onde saíram ou ficar nas cidades ainda que em locais sem condições dignas de viver. Surgem, então, os aglomerados populacionais descritos como favelas e vilas. Lugares sem infraestrutura para moradia, com barracos construídos com todo tipo de material, sem energia elétrica, sem rede de água e esgoto, colaborando para problemas de saúde pública. Baltar classifica tais aglomerados como “bolsões de miséria” fazendo parte das grandes cidades e se tornando um problema nacional (Baltar et al, 1996).

O processo de globalização dificulta a participação de certas faixas da sociedade no mercado de trabalho, cooperando para o aumento do número de pessoas que são caracterizados pela exclusão com relação ao sistema produtivo e consumidor: os desocupados, subocupados e os sem qualificação, uma vez que não contam na elaboração de políticas sociais (Fausto e Cervini, 1992).

O modelo de política neoliberal e a globalização contribuem para a exclusão social, pelo menos no que diz respeito ao aumento do desemprego e flexibilização do trabalho. Sem acesso ao mercado de trabalho as pessoas não participam da vida social, faltam vínculos com a sociedade na qual vivem; há um distanciamento. Na verdade a pobreza acaba por nutrir a idéia de não pertencimento. As pessoas passam a acreditar que não têm mais direitos; há um desinteresse, um distanciamento das questões comunitárias tendo em vista a descrença que mudanças possam ocorrer (Montenegro e Almeida, 2002).

Fato é que, a partir dos anos 80, os problemas econômicos brasileiros se tornaram de difícil solução e tendem a colaborar para o agravamento dos problemas sociais como desemprego, aumento da violência e subempregos. Para Pirez (1993) a situação social se agravou, uma vez que as políticas de ajuste significaram o aumento da pobreza e exclusão – que para o autor se refere tanto ao mercado de trabalho quanto ao consumo. As condições de

vida da população da América Latina (já caracterizadas pela desigualdade), nos anos 80, deterioraram-se ainda mais, incluindo também o Brasil.

Para Escorel a exclusão social “*pode designar toda situação ou condição social de carência, dificuldade de acesso, segregação, discriminação, vulnerabilidade e precariedade em qualquer âmbito*” (1999:23). Como se vê, exclusão pode ser entendida tanto no cenário econômico, social, cultural, político e até mesmo no conjunto destes. Ora, excluído do mercado de trabalho, o trabalhador tem como principal objetivo sua sobrevivência, assim a busca por satisfazer suas necessidades básicas, como alimentação e moradia, tornou-se prioridade. Portanto, na maioria das vezes, a exclusão do mercado de trabalho implica exclusão social, impedindo que a pessoa se perceba enquanto cidadão, enquanto detentor de direitos. Paoli e Telles mostram que:

“...os anos 80, vividos sob o signo da esperança democrática, encerrou-se, no entanto, com o espetáculo de uma pobreza talvez jamais vista em nossa história republicana, uma pobreza engendrada na convergência problemática de uma pesada tradição excludente, de uma crise econômica prolongada e os efeitos perversos da modernização econômica e uma reestruturação produtiva.” (2000:103).

A implantação da política neoliberal – “*centrada doutrinariamente na desregulamentação dos mercados, abertura comercial e financeira e redução do tamanho e papel do Estado*” (Negrão, 1998: 41-43) - do governo Collor, nos anos 90, agravou a crise econômica e levou o país a nova recessão, reduzindo os níveis de emprego ainda mais. Embora, durante aquele período pudesse se acreditar que a situação de desemprego fosse passageira, atualmente percebe-se que tais efeitos combinados, não só mantiveram o desemprego em alta, como também elevaram-se os empregos precários. (Pochmann, 1999)

As privatizações aconteceram sem critérios definidos de investimentos gerando a substituição dos monopólios públicos por privados, sendo que o preço dos produtos dessas novas empresas tiveram aumentos. A abertura comercial expôs as indústrias brasileiras à competição internacional, levando várias destas à falência uma vez que não tinham condições para enfrentar tal concorrência. Aquelas empresas que subsistiram necessitavam urgentemente de manter-se no mercado em condições de competir; para tanto se fez necessária uma profunda reestruturação organizacional, reduzindo os níveis hierárquicos e estruturas administrativas, incorporando novas tecnologias e terceirizando atividades não diretamente ligadas à produção.

As políticas neoliberais e os ajustes econômicos adotados a partir dos anos 80 e que atingiram o auge nos anos 90, com privatizações possibilitando a entrada de capital estrangeiro no país, reformas organizacionais e a implementação de novas tecnologias fizeram com que um grande número de trabalhadores fosse expulso do mercado de trabalho, agravando a crise econômica. (Negrão, 1998). Essas políticas impactaram as economias “emergentes”, como é o caso brasileiro – e de acordo com Wanderley este é o termo adotado atualmente e politicamente correto (2000:176).

A política econômica, caracterizada por reformas estruturais, gera insegurança devido aos impactos sócio-econômicos que causam. Entre estes, o emprego é o que sofre maior ameaça uma vez que *“mudanças estruturais aceleram a supressão de postos de trabalho, e lançam dúvidas sobre a capacidade das economias em gerar novas ocupações de qualidade satisfatória, aumentando os níveis de desemprego e subemprego”*. (Weller, 1998:18).

I.2.I. Trabalho infantil: o outro lado da moeda

O trabalho de crianças e adolescentes no Brasil é uma realidade desde os tempos da escravidão e permaneceu com o início da industrialização. A industrialização colaborou para o êxodo das famílias pobres do campo para as cidades em busca de melhores condições de vida. Porém a luta pela sobrevivência nas cidades exigia a incorporação de outros membros das famílias a fim de arcar com as despesas. Sendo assim, a realidade social da pobreza mantinha crianças e adolescentes trabalhando em jornadas extensas nas indústrias (Cosendey, 2002).

Para a autora Cosendey (2002) a condição de miséria das famílias aliada à ausência de políticas públicas e a “péssima” distribuição de renda são fatores que cooperam em permitir a exploração do trabalho de crianças e adolescentes. Tal condição mantém o círculo da pobreza, ou seja, a criança explorada hoje será o adulto que no futuro não conseguirá se manter no mercado de trabalho, devido – entre outras questões - à falta de estudos (Carvalho Neto et al, 2002).

Atualmente a legislação tem proibido o trabalho infantil e adolescente e as pressões internacionais fizeram com que o Brasil se posicionasse frente à questão do trabalho infantil, sendo que o próprio empresariado brasileiro procurou se mobilizar no sentido de coibir este tipo de uso de mão-de-obra. Afinal, há restrições internacionais para empresas e países que utilizam mão-de-obra infantil em qualquer parte do processo. (Veiga, 1998).

Mesmo assim o número de crianças no mercado de trabalho é elevado, esta mão-de-obra é chamada de “exército de mão-de-obra invisível”. Da população total de brasileiros entre 15 e 17 anos, mais de 30% não estudam, trabalham com jornadas semanais superiores a 40 horas e remuneração inferior ao salário mínimo; das crianças entre 10 e 14 anos, 16,9% também estão no mercado de trabalho; (Gomes e Veiga, 1996:130). Todavia ainda que o trabalho infantil seja proibido e condenado (é possível fazê-lo no mercado de trabalho formal), no mercado informal ele é uma realidade difícil de ser proibida e, até mesmo de ser confirmada.

Esta conformação para Telles (1992) parece fazer parte de uma rede tríplice de concordância onde família, empresas e sindicatos admitem o trabalho infantil como uma “etapa de aprendizagem”. Para empresas ele é vantajoso uma vez que a mão-de-obra é barata e o salário é menor do que o de um trabalhador adulto e não se faz necessário pagar os benefícios de um trabalhador formal. Atualmente a legislação existente tem coibido o trabalho infanto-juvenil no mercado formal, pois tanto a Constituição Federal de 1988 quanto o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) proibem o trabalho de menores de 14 anos, entre 14 e 16 anos só na condição de aprendizes.

É interessante de se observar que órgãos responsáveis por medir a taxa de emprego e desemprego, como é o caso da FJP/DIEESE (Fundação João Pinheiro), considere – ainda a população economicamente ativa (PEA) a partir dos 10 (dez) anos de idade (Anexo 06), demonstrando que as mudanças no social não acontecem simultaneamente às mudanças legais.

Contudo, se no mercado formal as mudanças possam ser mais perceptíveis, no mercado informal as dificuldades em fazer tais verificações são inúmeras. Muitas vezes o trabalho desenvolvido por crianças e adolescentes não é visto como trabalho propriamente dito, mas como mecanismo para “ajudar aos pais”, como meio de “não ficar vadiando”; é justamente neste sentido que Fausto e Cervini (1992) dizem que a conotação de “trabalho”

depende de quem a executa, se for o adulto pode ser considerado trabalho, ao contrário se for criança será apenas “ajuda”, principalmente se este for feito intermitente.

Pesquisa realizada pelo IRT-PUCMinas/DRT (Marques et al, 2002) no Vale do Jequitinhonha e norte de Minas Gerais confirma a complexidade de combater o trabalho infantil informal. Constatou-se que há 2,2 milhões de crianças que trabalham em atividades informais no Brasil, sendo que 22% estão em Minas Gerais. Os setores em que se concentram são agricultura, serviços domésticos e serviços informais, situação que ficou constatada no Vale do Jequitinhonha e norte de Minas Gerais.

Situação comum no Brasil em relação a crianças e adolescentes muitas vezes menores de 10 (dez) anos de idade é a atividade definida como “não trabalho” e que gera o ganho do dinheiro através da mendicância em sinais, portas de estabelecimentos comerciais, principalmente, para aqueles provenientes de famílias pobres. A opção de colocar os filhos no mercado de trabalho pode estar vinculada – segundo Fausto e Cervini (1992) – à baixa qualidade das escolas públicas que atendem aos mais pobres e, embora a escola seja pública é necessário material escolar, uniforme e outros gastos, que os pais não têm condições de efetuar.

A sociedade acaba por tolerar o trabalho infanto-juvenil acreditando que este possa ser um item favorecedor da profissionalização dos adolescentes e, talvez uma solução para a marginalidade (Azevedo et al, 2000). Todavia, o que se percebe é que este apenas perpetua a situação de miséria.

No caso dos jovens as relações de trabalho têm sido precárias, pois eles podem até ser empregados facilmente, mas em empregos de pouca qualidade e com salários baixos. Como mostra Sanchis (1995), tal alternativa de trabalho infanto-juvenil que, no presente, pode parecer interessante traz consequências futuras. A tendência é manter os níveis de pobreza, desigualdade e exclusão destas pessoas. Discutir-se-ão tais questões no próximo capítulo.

I.3. Os jovens e o mercado de trabalho: expectativas e realidade.

A inserção dos jovens no mercado de trabalho torna-se um fato marcante diante deste cenário econômico que, a cada dia, se torna mais excludente. E o pior, faltam políticas

públicas direcionadas para esse contingente populacional. Cria-se obstáculos para “a mobilidade dos trabalhadores de setores e regiões em contração para aqueles outros, onde existe uma maior demanda por mão-de-obra, dificultando, assim, a entrada no mercado dos que procuram o primeiro emprego.” (Weller, 1998: 21).

Pesquisa realizada pelo DIEESE (2001), tendo como base o ano de 1999, em 6 capitais do país, revela altas taxas de desemprego entre os jovens maiores de 16 anos na PEA. Em Belo Horizonte, a taxa de desemprego ficou em 30,3% e a mais elevada foi em Salvador chegando a 43,2%. Mesmo com índices elevados em todas as capitais pesquisadas, permanecem as distorções, se comparadas as regiões sudeste com nordeste, região reconhecida por taxas acentuadas de pobreza. A Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2001) confirma tal situação, no que diz respeito às taxas de desemprego total e juvenil no Brasil, que cresceram entre 1989 – 1999 colaborando para isto, as mudanças econômicas, tecnológicas e as crises financeiras. A OIT considera como “crítico” o desemprego juvenil não só no Brasil como em diversos países da América Latina e, em alguns da União Européia.

O segmento jovem da população brasileira, na busca por inserção no mercado de trabalho tem enfrentado as dificuldades deste cenário econômico. Se por um lado é difícil a recolocação daqueles que estavam empregados e perderam seus empregos, a busca pelo primeiro emprego fica ainda mais complexa. O desemprego entre a população jovem supera o da população adulta; esta é uma realidade não somente brasileira como mundial. Estima-se que cerca de 60 milhões de jovens em todo o mundo estejam desempregados ou em empregos precários. É significativo o fato de que em momentos de crise econômica os jovens sejam um dos primeiros a perder o posto de trabalho, uma vez que não são considerados como aqueles responsáveis pelo sustento de uma família. (Fortuny, 2001).

Nem sempre estar empregado reflete a sensação de segurança no mercado de trabalho, o jovem pode ser dispensado a qualquer momento e, em muitas situações, não terá nenhuma garantia trabalhista assegurada. Além dos mais, para as empresas o custo da dispensa do trabalhador jovem é mais baixo, não só por causa dos poucos (ou nenhum) investimentos feitos em sua formação, bem como devido a legislação trabalhista, neste caso a indenização por rescisão aumenta com o tempo de trabalho prestado e, geralmente o jovem por estar há pouco tempo na empresa tem um custo menor na hora de ser dispensado. (Souto, 2000; OIT, 2001)

Uma alternativa para evitar ou minimizar o impacto do desemprego juvenil na sociedade está em elevar-se o período de estudos, desta maneira a entrada para o mercado de trabalho é adiada; quanto mais tempo o jovem ocupa estudando, mais ele adia sua entrada para o mercado, fato comum em muitos países capitalistas desenvolvidos. Pochmann (1998) esclarece a existência de um padrão de inserção ocupacional, ou seja, “*é a trajetória traçada da PIA (População em Idade Ativa) na transição da inatividade para o mundo do trabalho*” – indo da saída da escola, passando por situações em que se busca o emprego até encontrá-lo e, a partir daí constituir uma família. Tem-se a independência do jovem em relação à família de origem e sua entrada definitiva para o mundo adulto.

Até o final da década de 80, a passagem pela inatividade era rápida e se vinculava ao período de estudos obrigatórios. No período mais recente, este padrão de inserção ocupacional se mostra instável devido à dificuldade da economia brasileira de possibilitar a geração de empregos qualificados e em quantidade suficiente para absorver a demanda dos jovens que buscam se inserir no mercado de trabalho.

Ainda de acordo com Pochmann (2001) a criação de empregos, no Brasil, tem sido em número insuficiente e de baixa qualidade – principalmente em setores como limpeza, segurança, de garçons, entre outros. Fato que para o Ministério do Trabalho (2001) também é uma realidade, ou seja, parte considerável dos empregos gerados tem sido de baixa qualidade; soma-se a esta situação a informalização e a terceirização da força de trabalho no Brasil. Ainda assim, as vagas disponíveis estão sendo ocupadas por trabalhadores adultos com escolaridade elevada e profissionalmente qualificados; dificultando a entrada dos jovens para o mercado de trabalho – estes não dispõem da experiência profissional e não estão qualificados. Desta maneira os empresários elevam os requisitos para a contratação de novos empregados limitando a seleção para a inserção dos jovens; seguindo este mesmo raciocínio, Machado (2001) destaca tal padrão ocupacional como sendo excludente para estes, e, mais complexo para os jovens de baixa renda que não dispõem de estudos de melhor qualidade, bem como cursos extras exigidos no mercado (língua estrangeira, informática)

Embora a educação seja priorizada pelos organismos internacionais como BID, PNUD, UNESCO e outros, como uma possibilidade de inserção no mercado de trabalho, situação esta – segundo Oliveira (2001) que se tornou consenso nos anos 90 não só por estes organismos bem como para o Estado, os empresários e os sindicalistas os quais afirmam a necessidade da educação básica para o terceiro milênio. O que na realidade tem se percebido

no Brasil é a existência de um elevado número de desempregados entre trabalhadores inclusive, com um nível maior de escolaridade. Este fato demonstra a necessidade de “*se abrir caminho para empregos produtivos para os jovens*” (Fortuny, 2001:47) pois as oportunidades de emprego – segundo Pereira – só podem ocorrer: “*a) através do crescimento econômico e/ou b) redirecionamento de prioridades de investimentos públicos e/ou c) através de inovações específicas para os jovens*” (2001:16).

A recessão dos anos 80, bem como a reestruturação econômica trazendo mudanças que atingiram as empresas e países, geraram dificuldades significativas para o jovem. Pochmann observa “*a presença de um ciclo vicioso que combina a baixa expansão das economias com elevada instabilidade e precariedade nas formas de inserção do jovem no mundo do trabalho*” (1998:33). As exigências do mercado perfazem uma lista significativa que envolve períodos de experiência, conhecimentos tecnológicos, língua estrangeira, cursos extras; pré-requisitos para concorrer a uma vaga. Como o jovem não dispõe de todos estes pré-requisitos, a alternativa é ser admitido em funções mal-remuneradas, as quais exigem pouca ou nenhuma qualificação e, às vezes, com horários de trabalho irregulares ou excesso de horas (Gomes,1990; Machado, 2001).

Estudar não é passaporte para entrada automática no mercado de trabalho, porém a falta de estudos dificulta ainda mais: quase metade da população não terminou o 1º Grau. (Draibe, 2000). As mudanças tecnológicas e estruturais exigem requisitos básicos para o novo profissional. Ainda assim, a educação no Brasil se encontra desvinculada da prática exigida pelo mercado, os próprios cursos profissionalizantes não acompanham o desenvolvimento tecnológico e, quando o aluno conclui o curso, a tecnologia já sofreu alterações. (Azeredo, 1998)

Contudo a única condição para se elevar a qualificação da mão-de-obra é o aumento da escolaridade, uma vez que no atual cenário a baixa escolaridade – segundo Pochmann (1999) – se correlaciona com baixa qualidade ocupacional. Tendo em vista que o Brasil apresenta um dos piores indicadores de instrução da América Latina, pode-se imaginar em qual situação estão os jovens, que precisam (e pretendem) ingressar em um mercado de trabalho competitivo e globalizado.

Em qualquer sociedade, o ingresso do jovem no mercado de trabalho não é algo simples, mas para Gomes (1990) isto se agrava nos países em desenvolvimento, para as camadas mais pobres e difere para homens e mulheres. No caso dos mais pobres,

principalmente dos jovens, é preciso lembrar que o trabalho pode ser o meio que propicia prosseguir seus estudos ou ampliar os conhecimentos, com cursos extracurriculares tão freqüentemente exigidos no mercado de trabalho, tais como informática e inglês. (Souto,2000)

A ausência do emprego significa ausência de recursos financeiros; e o dinheiro se faz necessário na busca pelo emprego, seja por permitir o ir e vir de agências de empregos ou às empresas, bem como as condições para se apresentar. Embora a dificuldade para a inserção no mercado afete a todos os jovens de maneira geral, os jovens de baixa renda enfrentam situações típicas por causa de sua condição social.

A falta de políticas de geração de emprego para o jovem colabora para uma geração insegura – “*o trabalho é a possibilidade da felicidade, da liberdade, da loucura e da doença mental*” (Codo et al, 1998). A situação do trabalho é ambígua, uma vez que esta pode colaborar para o crescimento pessoal quanto para o adoecimento físico ou mental. No caso do jovem quanto mais tardia é a entrada no mercado, mais demorada se torna a chance de ser independente e, segundo Machado (2001) os jovens são importantes agentes de mudanças, pois esta autora acredita na capacidade destes em incorporar novas idéias e mudar os rumos da sociedade. A dificuldade para se estabelecer profissionalmente, compromete não só a vida do jovem nos aspectos psicológicos, fisiológicos e dificuldades materiais bem como a dinâmica da sociedade, uma vez que tendem a alienar-se dos processos políticos desencadeando problemas sociais graves que podem colocar em risco a coesão social (OIT, 2001; Lisboa,2002).

O ser humano precisa de encontrar um sentido para sua vida, algo em que valha a pena investir. (Frankl, 1999). A entrada para o mercado de trabalho se torna uma espécie de ritual de passagem, significando a passagem da adolescência para a idade adulta, em que o jovem tem a oportunidade de construir sua própria vida (OIT, 2001).

O trabalho, em qualquer cultura, é uma condição para que as pessoas se posicionem, digam qual o papel que exercem, qual sua importância naquela sociedade. Torna-se, assim, impossível separar o trabalho da vida uma vez que é uma atividade social presente em todas as sociedades, embora possa receber diferentes definições. (Blass, 1998). Além disso, a entrada do adolescente para o mercado de trabalho apresenta variáveis de acordo com as regiões. Se a pobreza é um fator marcante, por outro lado o desejo de autonomia, de independência também se fazem presentes, principalmente entre os jovens das regiões Sul e Sudeste do Brasil (Fausto e Cervini, 1992; Azevedo et al, 2000).

De acordo com dados de Caliman as pesquisas sobre a condição dos jovens na cidade de Belo Horizonte são escassas e, ainda *“dado o elevado número de menores obrigados a trabalhar, por causa da pobreza, as preocupações não se voltam para a relação entre jovens (16 – 24 anos) e mercado de trabalho, mas entre menores (10 – 17anos) e trabalho precoce (...)”* (1998:32).

Dados recentes do DIEESE/FJP (2002) mostram que em Belo Horizonte na faixa etária de 15 – 17 anos a taxa de desemprego subiu de 32,6% para 46% quando comparados os anos de 1996 e 2002. O mesmo aconteceu na faixa entre 18 – 24 anos em que a taxa de desemprego subiu de 18,7% para 26,5% no mesmo período. Portanto, observados os dados confirmam-se as dificuldades de inserção dos jovens no mercado de trabalho aliadas a realidade de que os postos de trabalho gerados não têm sido suficientes para atender a população que entra anualmente neste mercado; prevalecendo o aumento do número de desempregados em Belo Horizonte.

O mercado informal ou as pequenas unidades de produção acabam absorvendo tal mão-de-obra, uma vez que formam um amplo excedente da força de trabalho, sendo que tais ocupações – em sua maioria – têm baixos níveis de exigência. (Fausto e Cervini, 1992)

Tal mão-de-obra excedente acelera a competição no mercado de trabalho. As pessoas com pouca ou nenhuma escolaridade e/ou experiência são as mais afetadas. Visto que jovens com escolaridade mais elevada (às vezes com curso superior) têm sido admitidos em funções que, anteriormente, absorviam aqueles. Outra situação é assumirem postos de trabalho nas pequenas e microempresas – nos anos 90 foram responsáveis pela geração de grande número de empregos – muitos com salários inferiores e contratos de trabalho instáveis.

Dupas (1999) observa um elevado número de desempregados entre aqueles que estão ingressando no mercado de trabalho, bem como um número significativo de recém graduados absorvidos em empregos precários. Este fato foi corroborado pelo DIEESE (2001) – através de pesquisas realizadas em seis regiões metropolitanas brasileiras entre elas Belo Horizonte, que mostram a precariedade a que estão sujeitos os jovens ocupados, como falta de contrato de trabalho e sem proteção legal. Os jovens trabalhadores que ocupam postos de trabalho considerados “vulneráveis” na pesquisa, em Salvador chegou a 54,7% - ou seja – mais da metade dos ocupados estão inseridos irregularmente. O menor índice foi encontrado em São Paulo, 39,4% e em Belo Horizonte 45,3%; os números endossam Dupas (1999) e Pochmann (1998).

Tudo isto – para Dupas (op. cit) – eleva a violência social. Na verdade o desemprego por longo tempo e a dificuldade de se inserir no mercado de trabalho podem colaborar para agravar as dificuldades sociais, uma vez que o jovem com menos condições favoráveis, torna-se vulnerável às situações de delinquência, roubo, tráfico de drogas e prostituição. Embora os meios não sejam lícitos não se pode esquecer de que trazem retorno financeiro e possibilitam ao jovem fazer parte da sociedade de consumo (Machado, 2001).

Souto (2000) concorda que procurar emprego seja uma árdua tarefa, principalmente, na atual situação econômica do Brasil (e também do mundo), todavia é ainda mais difícil para os jovens de baixa renda, e com apenas o 1º grau, ela considera este fato uma “*luta inglória*”. Na verdade, já entram na disputa por uma vaga em situação de desvantagem, sejam estas educacionais ou sociais.

Os jovens das famílias de baixa renda (de até 3 SM) encontram-se em uma situação de exclusão cada vez mais visível. Apesar de o Brasil ser considerado um país onde existe a possibilidade de mobilidade social, ou seja, a troca de classe social, a cada dia isto se torna mais difícil (pelo menos ascender). De acordo com Souza (1997) as oportunidades são desiguais; a exclusão sempre existiu, porém no período áureo do capitalismo a inclusão era uma possibilidade mais próxima das pessoas, como no exemplo dos trabalhadores expulsos do campo que foram absorvidos na produção industrial nas cidades mesmo com baixa escolaridade e sem experiência. Tal situação não vem acontecendo no momento atual. Estar empregado no mercado formal tornou-se uma situação “*sui generis*” no Brasil.

Geralmente os jovens de tais famílias frequentam escolas públicas, as quais, em sua maioria, apresentam distâncias entre o conteúdo pedagógico e a realidade do mercado de trabalho. Como o estudo não assume um valor pelo qual valha a pena lutar e a estrutura escolar está cada vez mais longe desta população: a entrada tardia à escola, abandonos frequentes e repetência colaboram para a exclusão escolar. Por todos estes fatores, de acordo com Fausto e Cervini (1992), a tendência é o abandono da escola antes dos 15 anos. Este fato dificulta, ainda mais, a inserção no mercado de trabalho.

Aqueles que concluem o ensino médio, se vêem na difícil situação para continuar estudando, uma vez que as vagas em universidades públicas são escassas para atender a demanda. Para Fiod o grande dilema da educação é não saber o que fazer com a grande maioria que não consegue se inserir no mercado de trabalho e pergunta: “de que educação eles precisam?” (1999:106).

Desde os anos 80, as políticas de emprego para jovens visam atingir o funcionamento do mercado de trabalho: ampliando os estudos estabelecendo contratos especiais para jovens, jornada de trabalho diferenciada com redução de salários e ampliação do seguro desemprego que neste caso só é válido para aqueles que perderam o emprego no mercado formal (Pochmann, 1998). Diante do quadro de dificuldades econômicas e crise social, tais políticas atingem pequena parcela jovem. Na verdade os jovens considerados como “privilegiados” e, em sua maioria, aqueles que têm o ensino médio ou estão no ensino superior, têm como prosseguir com os estudos. Visto que os jovens de baixa renda abandonam a escola, conforme citado acima, este tipo de política não o alcança. A população de baixa renda continua sem ter acesso a tais políticas – aliás, situação comum dentro de uma perspectiva neoliberal. Além disto, mais tempo estudando significa para a família do jovem de baixa renda gasto com a manutenção deste estudante na escola e, conseqüentemente a perda da renda caso este esteja trabalhando. A renda do jovem colabora nas despesas familiares (Montenegro e Almeida, 2002).

Exemplo das dificuldades educacionais para os jovens de baixa renda está demonstrada na pesquisa realizada por Oliveira et al (2000) na Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ) constatando a falta de continuidade dos estudos e, até mesmo a inacessibilidade à escola para estes jovens. Mesmo que exista a base legal (Constituição Federal e Estatuto da Criança e do Adolescente: ECA) que garanta a obrigatoriedade para o ensino fundamental ainda há uma elevada proporção de analfabetos nos estratos mais pobres da população. A pesquisa põe à mostra a realidade da difícil inserção que este jovem pobre encontra no mercado de trabalho.

Na atualidade, a pobreza faz parte das discussões em todos os níveis da sociedade. Questionam-se suas causas e conseqüências, estabelecem-se ações para minimizá-la e, quem sabe, extinguí-la; de acordo com Telles:

“...nesses tempos difíceis em que o país se vê enredado numa crise que desorganiza sociedade e economia, a questão da pobreza ganhou uma centralidade talvez inédita em nossa história republicana (...) a pobreza atual estrutura um campo de debate no qual o próprio país é problematizado, revisto e repensado em sua história, tradições, possibilidades e também (ou sobretudo) limites.” (1994:225)

A idéia de que o desenvolvimento econômico será suficiente para minimizar os efeitos da pobreza é questionável no cenário atual. O Brasil já experimentou crescimento

econômico considerado alto, e é um dos países do mundo com a pior distribuição de renda e desenvolvimento humano.

Para Velloso o Brasil não construiu a base de capital humano para a economia dos anos 90, ou seja, esta economia exige um trabalhador que tenha um nível de escolaridade médio (pelo menos) e que domine as novas tecnologias. As evidências mostram o baixo nível de escolaridade e o alto índice de analfabetismo da população brasileira dificultando a entrada ou permanência no mercado de trabalho para o qual se exige um trabalhador mais capacitado. “*O Estado desenvolvimentista não precisava de cidadãos e sim de fatores de produção e de massa e de manobra política*” (1994:11).

Saviani (1986) acredita que houve separação entre educação e cidadania, uma vez que no Brasil a educação serviu para ajustar os indivíduos ao mercado de trabalho; tirando a idéia da acessibilidade da educação para todos os brasileiros, independente de sua condição social, racial ou regional. O lema da educação defendia que alguns haviam nascido para serem pensadores e outros trabalhadores braçais.

O desenvolvimento econômico conquistado pelo Brasil – de acordo com Abranches (1985) não foi conquistado no campo social. Esta é uma questão que deve ser considerada prioridade na agenda nacional, para Velloso (op. cit) não há modernidade sem que haja tal prioridade. Para Franco “*se o PIB aumentar a renda tenderá a permanecer concentrada enquanto a riqueza, o conhecimento e o poder não forem mais bem distribuídos*” (2000:40). Tal argumento é endossado pelas Nações Unidas em 1986, na Declaração dos Direitos Humanos, “*a idéia de desenvolvimento não se reduz ao crescimento econômico, mas também a fatores coadjuvantes, como a erradicação da pobreza e a satisfação das necessidades básicas do cidadão, e como a saúde, a educação, a nutrição, a moradia.*” (Palazzo, 2000:29)

“Empregabilidade” é o novo termo contemporâneo neste cenário sócio-econômico-educacional; tem sido utilizado amplamente para explicar muitas situações de desemprego, ou melhor, porque se está desempregado, mas nem sempre as justificam. Pereira define “empregabilidade” como “*aquisição de qualificações, competências e habilidades requeridas pelo mercado de trabalho*” (2001:13). O problema de justificar o desemprego por este prisma é o fato de colocar a responsabilidade por estar empregado ou desempregado sobre o trabalhador, como se não houvesse fatores estruturais como novas tecnologias que eliminam postos de trabalho, bem como estratégias por parte das empresas em aumentar seu

lucro reduzindo seus custos através de terceirizações, franquias e informalização. Como ressalta Dupas (1999) estas foram estratégias criadas pelas empresas com o objetivo de conseguir eficiência, conquistar novos mercados e ao mesmo tempo diminuir os custos. A idéia de que o trabalhador seja o responsável em estar desempregado ou empregado esconde uma outra situação que de acordo com Leite (1997) é a falta de investimentos para geração de empregos.

Gentili (1999) compara a tese da empregabilidade com a teoria do capital humano. Esta parte do pressuposto que o desenvolvimento individual, principalmente em educação, permitiria uma melhor inserção no mercado de trabalho, possibilitando renda individual mais elevada.

No momento atual, “aumentar a empregabilidade” do indivíduo não garante sua inserção no mercado de trabalho, apenas melhora sua condição de competir na busca pelo emprego. Assim substitui-se a identidade de cidadão pela do consumidor; uma vez que o indivíduo tornou-se “consumidor de conhecimentos”, nesta condição “*o indivíduo deve ter a liberdade de escolher as opções que melhor o capacitem a competir*” (Gentili, 1999:89).

No Brasil, tal situação já se apresenta contraditória. Voltando a Velloso (1994), onde ele coloca a ausência de base do capital humano para a economia dos anos 90 e comparando a Gentili (1999), um índice elevado de trabalhadores brasileiros se encontram em situação de analfabetismo ou semi-analfabetismo, portanto a condição para competir no mercado de trabalho já está comprometida. Dados da PNAD (MTE, 2001) revelam a existência de 1,6 milhões de analfabetos absolutos – ou seja, pessoas que não sabem ler nem escrever – isto sem contar a população rural da região Norte do país (o que elevaria o quadro) entre a população de 15 – 24 anos e, tal estatística considerou apenas a população jovem.

Contudo o Brasil não apresenta uma população com um nível educacional elevado, persistindo alta porcentagem de analfabetos e semi-analfabetos, tem-se exigido que o trabalhador seja o responsável por se tornar empregável. Este precisa de se preparar ininterruptamente a fim de atender as exigências do mercado. Assim, estar na situação de desemprego se torna uma responsabilidade da pessoa, como se não existissem causas macroeconômicas e políticas afetando diretamente a estrutura do mercado de trabalho brasileiro.

Segundo Lisboa (2002), a qualificação se tornou a possibilidade de manter o trabalhador “refém” do capitalismo, uma vez que a disputa por uma vaga irá colocar vários

trabalhadores em uma competição tendendo a “vencer” o mais qualificado, embora não signifique que a função dependa desta qualificação. De todo jeito o trabalhador se torna o “refém” à medida que as chances de conseguir um emprego se tornam escassas e ele precisa deste para sobreviver.

A exigência por maior escolaridade é uma realidade tanto internacional como nacional. O problema está no fato de que há um índice elevado, no Brasil, de analfabetos, embora se façam investimentos públicos em educação para minimizar este déficit eles não são suficientes para vencer esta dívida social que foi construída na história excludente da sociedade brasileira. Todavia, para o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE, 2001) a escolaridade da PEA e as taxas de escolarização têm se elevado no Brasil. Na verdade, um paralelo com a mitologia grega caberia nesta situação: o país parece estar em uma “cama de Procusto” : tenta se adaptar às novas realidades do mercado de trabalho globalizado, mas precisa de atender à demanda de uma parcela significativa que “está fora” da possibilidade de se construir enquanto cidadão. Neste ponto concorda Azeredo (1998), pois, para a autora, o Brasil implantou políticas visando a qualificação da mão-de-obra muito antes de reformar o sistema educacional.

A educação é de fundamental importância social, mas, per si não resolve o problema do desemprego, porém tornou-se a possibilidade de inserção e de manutenção no mercado de trabalho. Educação aqui deve ser entendida em sentido amplo, não só aquela vinculada a escola tradicional, mas também a formação profissional (outros cursos que o trabalhador deve possuir para se tornar empregável) – formando a base daquilo que é chamado de “qualificação profissional”. Atestado de competência para o trabalhador que lhe possibilita ser competitivo e se adaptar às modernas técnicas do mercado (Segnini, 2000). Este parece ser o antídoto contra o desemprego, porém não adianta estar qualificado se não existem oportunidades para se inserir no mercado de trabalho, se não há programas de geração de emprego e renda para o 1º (primeiro) emprego no caso dos jovens.

O desemprego atual o qual os jovens estão enfrentando tem sido classificado por alguns autores, entre estes Azeredo, como sendo “desemprego de inserção”, devido às dificuldades enfrentadas para entrarem no mercado de trabalho. As políticas públicas “*devem colaborar para o aumento da escolaridade bem como uma inter-relação entre sistema educacional e mercado de trabalho*” (Azeredo apud Ramos, 1998:36).

Para Gentili (1998), desde o século XIX, a função da escola era integrar os indivíduos na sociedade, formando o contingente da força de trabalho que se incorporaria ao mercado visando atender a demanda coletiva que se alicerçava no pleno emprego. A escola era responsável em formar tal força de trabalho para um mercado em franca expansão. Todavia, com a crise do capitalismo e, utilizando a célebre frase de Marx e Engels (1848) “*tudo o que é sólido se desfaz no ar*”, a promessa do pleno emprego se desfaz. A reestruturação produtiva acelera o desemprego e a inserção no mercado passa a depender, cada vez mais, da capacidade individual. O emprego não é mais uma garantia e a educação deve formar – também para o desemprego, o que seria impensável anteriormente.

Não se pode esquecer dos requisitos exigidos do indivíduo, tais como a capacidade de abstração e pensamento lógico, trabalhar em equipe, criatividade e várias outras habilidades pessoais. E, se o indivíduo – trabalhador, não as possui faz-se necessário “qualificar-se”. Sendo assim, o mercado de trabalho afeta o que o indivíduo tem de mais precioso: sua personalidade (Côrrea e Pimenta, 2000).

A dificuldade de inserção do jovem no mercado de trabalho formal afeta a estrutura de políticas públicas do país; principalmente no que diz respeito à contribuição para a Previdência Social. As pessoas saem do mercado de trabalho mais tarde, não só porque a expectativa de vida da população brasileira aumentou, mas também, pela dificuldade de se manter um padrão de vida igual àquele de antes de se aposentar; Gomes (1998) considera precário o sistema de pensão e de seguridade social do Brasil. Diante dessas circunstâncias a entrada dos jovens no mercado de trabalho é bloqueada. Bloqueada na medida em que não se criam novos empregos e, ao mesmo tempo, aqueles que estão trabalhando permanecem no mercado (a aposentadoria pode significar diminuição no padrão de vida), não cedendo lugar aos mais jovens. É evidente que tal situação não pode ser a responsável pela dificuldade dos jovens se inserirem no mercado de trabalho, mas é mais um obstáculo no caminho.

Dados do censo 2000 (IBGE, 2002) confirmam a tendência de envelhecimento da população brasileira. Na região sudeste foi encontrada a estrutura etária mais envelhecida, já as regiões norte e nordeste ainda concentram um nível de fecundidade elevada, refletido no número elevado de crianças com menos de 10 anos e o número elevado de idosos se deve à emigração dos jovens em busca de melhores condições de vida.

O envelhecimento da população significa aumento no número de aposentadorias, conseqüentemente maior despesa para a Previdência Social embora, o número

de pessoas contribuindo tende a permanecer igual ou a declinar; gerando os desequilíbrios nas contas públicas. O número de trabalhadores no mercado informal tem aumentado, porém não garante o recolhimento para a Previdência Social, uma vez que a escolha de contribuir passa a ser do trabalhador; ao contrário do trabalhador empregado no mercado formal que já tem o valor relativo à Previdência descontado do salário por ele recebido.

É preciso repensar em condições que possibilitem a inserção dos jovens no mercado de trabalho formal evitando assim a inserção vulnerável a qual tem sido realidade para estes. Empregos que de fato propiciem chances de crescimento e desenvolvimento pessoal e social. Na verdade, é preciso propiciar condições para a inserção dos jovens no mercado de trabalho, independente de sua classe social.

Fazem-se necessários investimentos em educação, mas uma educação que de fato tenha qualidade, com professores capacitados, escolas com infraestrutura suficiente para atender aos alunos e mostrar as condições do mercado de trabalho. Políticas públicas que dêem condições aos pais de baixa renda de manterem seus filhos na escola, sem que estes necessitem de sair para trabalhar e ajudar no sustento da família. E escolas de ensino médio com vagas suficientes para atender a demanda, bem como, o aumento do número de vagas no ensino superior.

O baixo investimento público na área educacional – segundo o DIEESE (2001) traz, como conseqüências, desigualdade entre o conjunto da sociedade. Na verdade, a desigualdade se perpetua bem como suas conseqüências: pobreza e exclusão, uma vez que a baixa escolaridade aumenta as chances de parcelas significativas da população se manterem à margem das possibilidades de ingressarem no mercado de trabalho altamente competitivo.

A educação formal e a formação profissional, através de cursos que visam qualificar os trabalhadores, adquirem suma importância na criação e implementação de políticas públicas de emprego e renda. A industrialização teve como modelo o fordismo-taylorismo, ou seja, o trabalhador não precisava de ser qualificado e, às vezes nem de possuir educação básica para assumir determinadas funções, a qualificação se restringia a um número mínimo de trabalhadores os quais exerciam funções “mais qualificadas”. Este modelo industrial no Brasil contribuiu para investimentos baixos em educação e em políticas públicas, cujo objetivo fosse a formação profissional.

A qualificação profissional pode ser eficaz na redução do desemprego classificado como “voluntário”, isto significa para Barros et al (2002) que, em tal situação as

peças buscam por trabalho, todavia não aceitam a baixa remuneração imposta pelo mercado. Em relação ao desemprego, é preciso compreendê-lo em sua dinâmica a fim de perceber se a qualificação profissional será um ponto favorável ou apenas um engodo. No caso do desemprego estrutural, a qualificação profissional sem que haja intervenção política e econômica não resolverá para o trabalhador.

O Brasil tem um penoso desafio à sua frente, não se pode ignorar o fato de que a não inserção dos jovens no mercado de trabalho pode comprometer a dinâmica econômica e social do país. Sem mudanças nas políticas públicas direcionadas para a população jovem, a tendência é a perpetuação da condição de pobreza e exclusão dessa população e, mais ainda, daquelas de baixa renda. Sendo assim, os jovens podem se tornar suscetíveis às situações de vulnerabilidade social e aumentar o risco da violência social.

CAPÍTULO 2

Situação social e políticas públicas: inclusão ou exclusão

2.1. Introdução

A pobreza na sociedade brasileira, nas últimas décadas, tem sido o foco de vários estudos. Afinal, a história do País que se construiu sobre o viés da exploração comercial permitiu uma visão de que a pobreza é uma consequência “natural”, ou seja, é preciso que alguns sejam pobres. Esta é uma lógica do sistema capitalista. De certa forma tornou-se possível aceitarem-se as diferenças sociais como inerentes à sociedade.

Atualmente a pobreza se reveste de uma relevância e levanta questionamentos em torno da situação, será que de fato ela é mera consequência ou, no decorrer dos anos, nada se fez no sentido de combatê-la e isto permitiu seu crescimento desmedido?

Para Telles (1992) ao se reconhecer o indivíduo enquanto “pobre”, este perde o lugar do cidadão, sujeito de direitos e deveres, capaz de administrar sua própria vida e, encontra o lugar do necessitado, a mercê de políticas assistencialistas ou à espera da caridade de alguém.

Esta ideologia parece ser determinante para o desenrolar da desigualdade da sociedade brasileira, que, ao se proliferar, permitiu todo um conjunto de condições sociais calcadas sobre a pobreza, exclusão e sobre a “falta”. Nos últimos anos, os governos estabeleceram diversas políticas públicas, mas estas não foram suficientes para diminuir a concentração de renda e, conseqüentemente, as desigualdades sociais.

Este capítulo busca a compreensão das desigualdades sociais na história brasileira e, como as políticas públicas – principalmente aquelas voltadas para a geração de emprego e renda - colaboraram ou não para combater (ou minimizar) os impactos da pobreza. Em contrapartida, é preciso uma busca dos significados dos termos desigualdade social, pobreza e exclusão social os quais têm sido enfocados – muitas vezes – designando a mesma situação.

Sem esquecer que esta pesquisa parte de uma realidade municipal, são enfocados alguns programas sociais de combate às desigualdades sociais, à pobreza e à exclusão social em Belo Horizonte.

2.2. Aspectos gerais da pobreza e da exclusão social

A história do Brasil, bem como o desenvolvimento do capitalismo trazem como marca o estigma da pobreza. A sociedade brasileira traz no seio as marcas de uma pobreza calcada em sua história, marcada pela exploração do trabalho, desde o início de seu descobrimento. O surto industrial aconteceu em fins do século XIX e início do século XX, mais por necessidade de mercado para os países industrializados europeus do que por força da sociedade brasileira. Tendo em vista que nos fins do século XIX, quando a Inglaterra já vivia um século de Revolução Industrial, a sociedade brasileira ainda se via às voltas com a escravidão e com as proibições de manufaturas por aqui. A escravidão impedia o desenvolvimento do capitalismo à medida em que a um grande contingente de “trabalhadores” não era permitido ocupar o lugar de consumidores e donos de sua força de trabalho, tal como se entende no sistema capitalista onde o trabalhador é “dono” de sua força de trabalho e pode vendê-la (Hardman, 1982).

A vinda da família real portuguesa para o Brasil possibilitou a suspensão de algumas medidas restritivas, permitindo que o primeiro surto industrial acontecesse no final do século XIX. Esta industrialização tardia trouxe consequências no mercado mundial, pois este ficou dividido entre os países que haviam realizado a Revolução Industrial e os demais – atrasados – que, a partir de então, estariam submetidos àqueles e teriam seu desenvolvimento orientado segundo critérios decididos pelo capital internacional (Hardman, 1982).

Embora o Brasil tivesse que se submeter aos países capitalistas avançados, o fim da escravidão tornou-se uma premissa, pois sem tal ocorrência a lógica do sistema capitalista estaria comprometida; ou seja, o sistema necessitava de consumidores para a produção em larga escala. Nesse caso era preciso trabalhadores livres e assalariados, sem os quais o capitalismo se tornaria inviável. Isto significava o surgimento de um “mercado de trabalho” o qual não era possível em um contexto de escravidão. O fim da escravidão ocorreu por necessidade de ajuste para atender ao mercado internacional.

Uma vez “livres”, os antes escravos foram “jogados no mundo” à mercê de sua própria sorte. A consequência dessa condição foi a ausência de proteção legal ou de políticas voltadas para a inserção daqueles – ora escravos – no mercado de trabalho que despontava. Teriam que vender sua força de trabalho para se inserir naquele novo cenário econômico e fazer parte da sociedade consumidora. As relações de trabalho passaram como relembra Valladares (apud Escorel, 1999), do senhorial-escravista para o burguês-capitalista, em que o lugar do pobre passa a ser o lugar do trabalhador que deixou de viver nas senzalas para viver nos cortiços ou em outras moradias indignas. Perdura ainda na sociedade a discriminação racial, os negros ainda encontram dificuldades em ocupar melhores posições e usufruir ganhos maiores (salvo raras exceções) (Wanderley, 2000).

Derrubada a barreira da escravidão, o capitalismo encontrou poucos impedimentos para sua instalação e de acordo com Delgado (2001) a própria dinâmica da economia escravista impedia a formação de um campesinato que pudesse se rebelar contra o regime capitalista.

O setor industrial expandiu-se no Brasil graças, principalmente, ao capital que advinha da produção cafeeira, permitindo a modernização dos transportes pelas ferrovias, facilitando a circulação das mercadorias, criando assim uma infra-estrutura básica (Hardman, 1982).

Mudanças importantes aconteceram no país, no período compreendido entre 1930 – 1950; os anos 30 marcaram a crise da economia agroexportadora e a pressão da classe média que se formou em virtude do entrosamento de famílias de empresários – imigrantes e dos fazendeiros. Tal situação abriu espaço “à *aceleração do processo de expansão do Estado e à afirmação dos grupos burocráticos nele incrustados, intensificando a produção da legislação social brasileira*” (Delgado, 2001:88).

Em vista das mudanças ocorridas, naquele período, não se pode negar a figura do trabalhador. O lugar ocupado pelo país no contexto internacional em conjunto com fatores sociais como a escravidão e a ausência de direitos civis colocam ou deixam permanecer para o “novo trabalhador” brasileiro a condição de pobreza. A pobreza era vista como algo indesejável e desagradável, mas não como um problema social; a possibilidade para superá-la era através da inserção no mercado de trabalho.

O trabalho tinha a função de disciplinar as pessoas, uma vez que este evitava a vadiagem, a vagabundagem. Assim, a condição de ser pobre relaciona-se àquele que não queria trabalhar, ou seja, a pobreza era vista como escolha de algumas pessoas. As mudanças ocorridas, no período já citado acima, tanto no aspecto econômico quanto social deslocam a figura do pobre para o ambiente rural, uma vez que na opinião de Escorel (1999) o processo de transição do rural para o urbano coloca o pobre inserido como força de trabalho, pois nas cidades o trabalho era uma possibilidade de superar a pobreza.

Nesta sociedade a garantia aos direitos sociais se vinculava àqueles que tinham “*uma inserção formal, regular e estável e aqueles que não a tinham*” (Escorel, 1999: 36). Nessa época o documento determinante para se designar o cidadão passou a ser a carteira de trabalho, esta permitia o reconhecimento do trabalhador, como “não vagabundo” e não malandro, o que levou Santos (1998) a considerar a cidadania como “*cidadania regulada*”.

Portanto os direitos sociais para os trabalhadores brasileiros foram alcançados na década de 30 do século XX, mesmo assim, para os funcionários públicos ou aqueles que tinham carteira de trabalho assinada. Somente estes trabalhadores tinham acesso à saúde, aposentadoria e pensões. Aqueles que não estavam enquadrados nesta situação continuavam à mercê da falta de políticas públicas. Para Telles (1999 a) os trabalhadores deixaram de submeterem-se ao poder patronal e foram “jogados sob a tutela estatal”.

O quadro abaixo mostra alguns destes direitos alcançados pelos trabalhadores:

ANO	CONQUISTA
-----	-----------

1930	Ministério do trabalho, indústria e comércio
1931	Lei da Sindicalização, Regulamentação do trabalho feminino e do menor
1932	Carteira de trabalho instituída, Lei das Convenções Coletivas Regulamentação da jornada de trabalho dos empregados do comércio e da indústria Lei Elói Chaves (construção de um sistema público de previdência)
1934	Salário mínimo introduzido na Constituição, mas implementado em 1940.
1943	Organizada a CLT (Consolidação das Leis do Trabalho)

Fonte: Barbosa e Moretto (1998), organizado pela autora.

Esta mudança de ausência de direitos trabalhistas para uma legislação trabalhista, decorrente do desenvolvimento da industrialização e também para a instituição da República, endossou o lugar do pobre e, para Valladares, esse lugar se expressa como “*o que não se transformava em trabalhador e, ao levar uma existência indisciplinada, ameaçava a ordem social*” (apud Escorel, 1999:35).

O surto “desenvolvimentista” brasileiro ocorrido na década de 50 do século XX, em que o processo de industrialização acelerou-se e voltou-se para o mercado interno, gerou a migração das pessoas do campo para as cidades, bem como para o Sul e Sudeste do país. O objetivo era melhorar as condições de vida, uma vez que nessas regiões o desenvolvimento era visível e a possibilidade de trabalho, real. As pessoas recém chegadas do campo concentraram-se nas periferias das cidades caracterizando as favelas e, além disso não contavam com serviços urbanos que pudessem atendê-las. Não conseguindo se inserir no mercado de trabalho formal, pois a mão-de-obra era superior à demanda, o número de desempregados ou subempregados tendeu a aumentar (Escorel, 1999).

Foi a partir desse momento que a pobreza passou a ser considerada como responsabilidade social e não como responsabilidade individual. Na verdade o próprio sistema econômico permitia a integração de alguns, mas mantinha outros fora da inserção, garantindo um exército de mão-de-obra de reserva, que operava em uma dimensão simbólica evitando que os trabalhadores empregados exigissem direitos, pois se estes não estivessem “satisfeitos” havia outros tantos que poderiam ocupar a vaga, trabalhando nas mesmas condições e com o mesmo salário (Escorel, 1999).

Telles (1999^a) acredita que o enigma da sociedade brasileira é evocar a pobreza no discurso político oficial e, ao mesmo tempo, não ter um projeto político que a combata no seu núcleo, ou seja, enquanto consequência da desigualdade social.

Assim perdurou no imaginário da população brasileira a idéia de que a pobreza era a condição de alguém que necessitava de “pagar seus pecados”. Visto por este prisma, o indivíduo – na condição de pobreza – passa a ser tratado como “coitado”, “digno de misericórdia”, necessitando de ajuda para viver. Desperta o sentimento de filantropia, uma vez que aqueles que não estão na mesma condição precisam de ajudar aos “miseráveis”. Castel lembra que em uma época em que enriquecer gerava “sentimento de culpa, *a caridade representava a via por excelência da redenção e o melhor investimento para o além*” (1998:64). Diante disso, a pobreza era justificada mediante a riqueza: era preciso haver pobres a fim de que os ricos pudessem ser salvos. O problema dessa fórmula está no fato de que o combate à pobreza não foi visto como uma questão de políticas públicas, como responsabilidade do Estado, como má distribuição de renda mas, sim, como escolha divina. A responsabilidade foi tirada das mãos dos homens – cujo representante seria o Estado – e lançada nas mãos de Deus.

Mesmo assim, para Castel (1998) há dois tipos de pobreza: uma estaria vinculada à opção do indivíduo e outra à condição social do pobre que evoca a privação em todos os sentidos. No primeiro caso a pobreza é valorizada tendo, um sentido religioso, uma vez que o indivíduo “abre mão dos prazeres mundanos”; no segundo caso, é vista como pejorativa. Tais pontos de vista desencadeiam a maneira como a pobreza é tratada. Apenas no segundo caso seria necessária a assistência aos pobres; tal assistência se daria por meio das esmolas e doações para instituições de caridade, assim ficaria estabelecido um comércio entre ricos e pobres: “*o primeiro ganha sua salvação graças à sua ação caridosa, mas o segundo é igualmente salvo, desde que aceite sua condição*” (1998:64).

Castel (1998) ainda mostra que, a partir dos séculos XII e XIII, no Ocidente Cristão, podem ser vistos os primeiros traços de uma política de assistência, a qual era feita através de classificação e seleção dos beneficiários dos socorros de um modo racional.

Buscar compreender a pobreza e qual o sentido desta na sociedade brasileira não é uma tarefa simples. As opiniões mesclam-se e confundem-se nos diversos aspectos sejam estes o político, social, cultural e o econômico – talvez esse último seja o campo no qual a pobreza tenha sido mais estudada, marcada e delimitada. A complexidade da pobreza na sociedade brasileira parece deixar de lado os próprios pobres. Como se vê, a história da sociedade brasileira alicerçou-se sobre o pilar “de ser pobre” como escolha do indivíduo. Ainda paira na sociedade brasileira a dificuldade em aceitar a igualdade de direitos. Para DaMatta ainda há ritos que implicam uma separação social que “*nos coloca longe da figura do malandro*” (1979:140). O malandro é aquele que não trabalha porque não quer, ser pobre evoca tal condição; portanto torna-se fácil admitir a pobreza, admitir que o outro não tem casa, comida, escola, emprego.

Os ritos, para DaMatta (1979), permanecem no aspecto cultural, no famoso “jeitinho brasileiro” que busca levar vantagem em tudo; no “ser filho de fulano” que abre portas ou evita situações onde a Lei possa ser de fato aplicada; do “sabe com quem está falando” que garante o lugar de estratificação social. Todos esses ritos separam os indivíduos por classe social e, ao contrário do que diz a Constituição Federal, nem todos são iguais perante a dinâmica da sociedade. Para Sposati “*permanece entre nós forte resistência em aceitar a cidadania como capacidade inerente a todo brasileiro*” (1997:9).

Dentro dessa realidade, a pobreza pode ganhar contornos diferenciados no sentido de que, ao tentar dimensioná-la pode-se perder a situação na qual vivem aqueles considerados pobres. Ao mesmo tempo, não é possível falar de algo sem buscar o seu significado, ainda que este valha por um dado momento.

Uma das maneiras de definir a pobreza está em colocá-la no limite das “linhas de pobreza”, associando-a – quase que invariavelmente – aos níveis de renda auferidos pelo indivíduo ou grupo familiar e o quanto é possível satisfazer as necessidades básicas com tal renda. Porém é preciso ampliar a lente pela qual se olha para a pobreza. Estar acima, abaixo ou no limite da linha de pobreza pouco se diz para que se entenda o contexto. De acordo com Rios Neto e Oliveira (2002) esta visão baseia-se no modelo americano o qual enfatiza a perspectiva econômica e utiliza linhas de pobreza. Sendo assim, a pobreza é a condição sine

qua non para a adoção de políticas distributivas a uma classe de pobres, justificando uma política seletiva. Para Salama e Destremau (1999) a pobreza enquanto estado social só existe a partir da relação que se estabelece com o outro, classificando os grupos sociais por algo que seja preciso ter. Tais cálculos incidem sobre a pobreza aumentando ou diminuindo o número de pobres, pois os critérios são vários e subjetivos.

Ao colocar a pobreza como fenômeno, seu conceito tende a variações que refletirão os hábitos culturais e sociais de determinada sociedade. Para Sposati (1997) a globalização acaba por aproximar a noção de pobreza. De acordo com esse ponto de vista, pode-se pensar em “globalização da pobreza”, globalização esta que permite o acesso de parcela significativa da sociedade ao consumo por meios ilícitos, ao que Telles (1999) designa como forma de inserção social, porém pela via do proibido, do negativo; concordam com ela Salama e Destremau (1999).

A partir dessa premissa as nomenclaturas vão se ampliando, a pobreza passa a ser entendida como “pobreza absoluta” ou “pobreza relativa”, tendo os seguintes significados:

“A pobreza absoluta seria aquela com a qual qualquer indivíduo ou grupo familiar viveria, se não possuísse renda suficiente para se reproduzir, sendo esta renda a conversão monetária do mínimo de calorias necessário à reprodução fisiológica, mínimo ao qual acrescentamos as despesas ligados à moradia, transporte, etc. Ao contrário, a pobreza relativa situa o indivíduo na sociedade”. (Salama e Destremau, 1999:51).

Tal definição auferida sobre a renda deixa de lado o fato de que a pobreza se relaciona com o social, razão pela qual para Oliveira et al (2000) é preciso uma definição que não seja estática, mas dinâmica, pois além do fator renda, outros colaboram ou não para tornar as pessoas “mais” ou “menos” pobres como as relações sociais em rede, a assistência recebida formal ou informal e a implementação ou não de políticas públicas, são situações que afetam a noção de pobreza. A pobreza deve ser pensada no tempo histórico e social, pois não é algo estanque. O que pode ser considerado como fator de pobreza em uma dada sociedade, pode não ser para outra, além disso, com o passar dos tempos os valores sociais tendem a mudar, portanto a pobreza estará sujeita ao que o outro tem (Hicks, 1994).

Um conceito esclarecedor que evoca a dimensão da pobreza é colocado por Abranches:

“Pobreza é destituição, marginalidade e desproteção. Destituição dos meios de sobrevivência física. Marginalização no usufruto dos benefícios do progresso e no acesso às oportunidades de emprego e

consumo; desproteção por falta de amparo público adequado e inoperância dos direitos básicos de cidadania, que incluem garantias à vida e ao bem-estar”.(1987:16).

Como se percebe, a condição de ser pobre vai além da renda; compromete a cidadania à medida que aqueles considerados “pobres” se preocuparão com sua sobrevivência física, este é o sentido da luta diária. Nesse sentido, não há espaço para se desenvolver enquanto cidadão atuando na dimensão política ou mesmo acumular recursos para melhorar as condições de vida, sejam estes recursos relacionados à saúde, educação, lazer e melhores condições de trabalho. O tempo é consumido no trabalho ou em busca deste e não importa qual seja (Abranches, 1987).

Tais evidências dissipam a idéia de que “ser pobre” é uma escolha do indivíduo, contudo ainda paira na sociedade brasileira resquícios dessa natureza. Isso talvez seja pelo fato de no período áureo do capitalismo – dos anos 1950 a 1970 – a mobilidade social ter sido vista como característica da sociedade brasileira, com possibilidade de ascensão social. Nos últimos anos, ao contrário, tem-se percebido uma redução – ocorrendo a descensão social (Albuquerque, 1993).

A situação atual, para Pastore e Haller (1993), compromete a sociedade, pois a possibilidade de ascensão social tende a gerar esperanças, podendo inibir movimentos sociais de descontentamento, como as crises sociais. Em uma sociedade desigual, a possibilidade desta ascensão social pode ser considerada como “analgésico”; com o agravamento da situação social e com a diminuição da possibilidade de ascensão social tem-se percebido aumento da violência e do tráfico de drogas.

Ao colocar a pobreza como uma situação de fato, não se pode deixar de lado a desigualdade social, apesar de caminharem juntas, apresentam-se distintas. Também é preciso dizer que em todas as sociedades existem diferenças, mas a desigualdade social – produzida pela má distribuição de renda – consolidou-se ao longo do desenvolvimento social, político e econômico do Brasil.

Para Escorel, a desigualdade social brasileira vinculada ao seu desenvolvimento histórico, nunca foi superada nem nos momentos de desenvolvimento econômico, pois este se concentrou em regiões e em determinadas classes econômicas. Assim a desigualdade social *“revela como é realizada a distribuição de riquezas em um determinado contexto*

histórico-social e, por sua vez, possibilita identificar os valores sociais que orientam essa distribuição” (1999:24).

Tendo por base tal definição, a sociedade brasileira pode ser entendida como “desigual” no aspecto social, afinal os índices de distribuição de renda são considerados um dos piores do mundo e as diferenças entre ricos e pobres parecem um abismo intransponível (Dowbor, 1998). Na década de 90, depois de sucessivas crises econômicas presentes desde a década de 70, o Brasil foi classificado por organismos das Nações Unidas “*como um dos países de maior desigualdade social*” (apud Escorel, 1999:26). Gomes e Veiga acreditam que:

“Uma das nossas maiores tragédias é que somos um país de 150 milhões de pessoas: 10% dessas pessoas têm 50% da renda, ou seja, 15 milhões de pessoas detêm cerca da metade ou mais da renda do país que é de US\$400 bilhões” (1996:131).

A desigualdade social marcada pela má distribuição de renda afeta os índices de pobreza, uma vez que não se pode esquecer de que os outros 90% da população – embora não detenham um nível elevado de renda – são consumidores em potencial, tem acesso aos mesmos produtos ou pelo menos são influenciados pelas mesmas propagandas que os 10%. Porém o diferencial está em não poder tê-los e muitas vezes o esforço é canalizado no sentido de atender às demandas de primeira necessidade, tais como alimentação e moradia. Para Zaluar (1985) essa dicotomia reproduz um fato interessante; pois o mercado passa a produzir mercadorias que atendam a população mais pobre, geralmente com valores mais baixos e qualidade idem; deflagra-se a idéia de uma sociedade igualitária, na qual todos têm os mesmos direitos e as mesmas oportunidades. Ainda, de acordo com esta autora, tais fatos se refletem no vestuário e nos aparelhos eletrodomésticos os quais são vistos por outras pessoas, portanto representam um certo “status social”; (...) “*Tais objetos são ‘consumidos’ socialmente também pelo simples fato de serem vistos e trazerem respeito e marca de relativa prosperidade a quem os possui*” (Zaluar, 1985:104). Minimizam-se, aparentemente, as diferenças sociais e a pobreza que se atrela àquelas.

Ao longo de todo o desenvolvimento econômico, social e político do Brasil foram as camadas mais pobres que viram seu nível de renda diminuir cada vez mais. De tal maneira que a vida destas pessoas é comprometida e marcada pela incerteza de ter acesso à moradia, trabalho, educação, saúde, proteção e alimentação (Franco, 1998).

Assim, a desigualdade social caminha lado a lado com a pobreza interagindo-se e reforçando-se mutuamente. Aumento na desigualdade quase sempre implica aumento da

pobreza, porém a diminuição da desigualdade não significa diminuição da pobreza uma vez que pode ocorrer redistribuição de renda entre os mais ricos não melhorando as condições de vida dos mais pobres. (Prates apud Escorel, 1999). Para o Banco Mundial - em seu Relatório de 1990 - pobreza e desigualdade não tem o mesmo significado; a primeira relaciona-se ao “*padrão de vida de parte da sociedade*” que são os pobres e, a segunda a “*padrões de vida relativos de toda a sociedade*” (1990:27).

A pobreza, em uma dinâmica de crescimento econômico, tende a ser absorvida, ou seja, o impacto diminui na qualidade de vida das pessoas, pois, quando o crescimento econômico gera aumento do número de empregos tal situação permite aos trabalhadores terem asseguradas melhores condições básicas de vida como alimentação e moradia. Isso pode não significar diminuição da desigualdade social, pois os trabalhadores podem melhorar tendo em vista sua condição anterior, não significando que alcançou um patamar mais elevado dentro de determinada sociedade (Salama e Destremau, 1999).

Daí a importância do emprego enquanto fator de inserção ou exclusão social e, acrescentem-se a isso as políticas sociais que dão suporte ao trabalhador (empregado ou desempregado). Estas são colunas significativas para se manter os mínimos necessários para sobreviver. Mínimos estes nem sempre fáceis de definir, afinal como declara Sposati (1997) definir tais mínimos sociais não é uma tarefa simples.

Torna-se possível aceitar a desigualdade social como inerente ao próprio capitalismo, tal sistema traz o histórico da desigualdade imbuído em seu “surgimento”. Dessa forma nem todos consumirão os mesmos produtos, o que passa a ser visto como aceitável. A desigualdade da sociedade brasileira, talvez, tenha assumido proporções bem maiores que as sociedades capitalistas mais desenvolvidas.

A desigualdade social consolidou a pobreza na sociedade brasileira de tal forma que a distância entre ricos e pobres aumenta ininterruptamente criando um fosso cada vez maior; gerando a exclusão social como realidade do país. O termo exclusão social para Castel (1998) tem sido freqüentemente utilizado para designar várias situações sociais que, segundo ele, rotula a falta, mas não a explica; ponto com o qual Escorel (1999) traz a mesma preocupação. Ainda assim faz-se necessária a compreensão, do mesmo, sob determinados pontos de vista com o objetivo de compreender a situação social existente. Assim, os excluídos no Brasil são aqueles que obtêm menos da renda, do status social ou do reconhecimento legal, justamente porque outros obtêm uma parcela maior de tudo isso. (Singer, 2001)

O indivíduo excluído percebe sua existência limitada ao aspecto biológico, uma vez que sua luta diária passa a ser pela sobrevivência; ele não pertence a lugar algum. Está excluído do sistema democrático e jurídico, do mercado de trabalho, do acesso aos direitos assegurados pela Constituição como saúde, educação, trabalho, lazer. Escorel conclui que:

“A exclusão social se caracteriza não só pela extrema privação material mas, principalmente, porque essa mesma privação material ‘desqualifica’ seu portador, no sentido de que lhe retira a qualidade de cidadão, de brasileiro (nacional), de sujeito e de ser humano, de portador de desejos, vontades e interesses legítimos que o identifiquem e diferenciem” (1999:81).

A exclusão social no contexto atual serve para retratar uma face da pobreza, embora, a primeira vá além da esfera monetária. Como ‘pobre’ pode-se designar aquele que não tem renda suficiente para atingir, de acordo com o Banco Mundial (1990) os “serviços sociais básicos” que são saúde, educação e nutrição; e, conseqüentemente sendo excluído perde sua dignidade como cidadão.

Singer (2001) exemplifica esta perda da cidadania quando, esgotados todos os recursos para se ter uma moradia, a pessoa passa a morar nas ruas – os “sem-teto”; perdendo as possibilidades de se comunicar socialmente, pois a perda do endereço o desliga do contato social. Isto impossibilita o acesso a competir no mercado de trabalho, o acesso à educação e à saúde. Aquele que não tem endereço é como se não existisse.

Os serviços básicos permitem a manutenção biológica dos indivíduos, e, não sendo possível usufruir desses, seja pela própria condição de pagá-los ou recebê-los através de políticas públicas, as chances destes indivíduos saírem da condição de miséria é quase uma utopia. Eles precisam de lutar diariamente contra a morte, conseguindo – pelo menos – se alimentar. Estes indivíduos (ora designados cidadãos) se transformam em “estrangeiros” dentro de seu próprio país. De acordo com Simmel *“estrangeiro é um elemento do próprio grupo. São elementos que se, de um lado, são imanentes e têm uma posição de membros, por outro lado estão fora dele e o confrontam”* (apud Moraes Filho, 1983:183). Estes indivíduos estão excluídos da modernidade, do progresso tecnológico e do mercado de trabalho; na maioria das vezes exclusão do mercado de trabalho implica exclusão social, impedindo que a pessoa se perceba enquanto cidadão, enquanto portador de direitos.

Exclusão social se torna “apartação” para Wanderley (apud Nascimento, 2000) e é a partir deste momento, no qual a pessoa é expulsa do gênero humano que o outro se torna

um ‘não-semelhante’. Este ‘outro’ tanto pode ser aqueles os quais já são considerados como pobres, tais como: os indigentes, submissos e analfabetos, quanto os outros pauperizados pela inserção precária no mercado de trabalho, não só pela ausência de renda ou renda insuficiente, mas, também, devido à precariedade de acesso aos serviços públicos e, a ausência de poder (Belfiore-Wanderley, 1999).

Assim, o pobre passa a ser visto como o “excluído”; ele não é considerado útil ao mercado, sua vivência passa a ser percebida como incômodo. A exclusão social é a forma de pobreza encontrada nas atuais sociedades, e em alguns casos não se excluem determinados grupos, mas todo um continente. Esse é o caso do continente africano, citado por Castells (1999), uma vez que os interesses econômicos dos países capitalistas desenvolvidos não recaem sobre tal continente, este não assume importância estratégica como mercado consumidor, permitindo-se a sua ruína em um processo autofágico. Sem investimentos financeiros e sem ter como conseguí-los por conta própria, o continente enfrenta altas taxas de mortalidade infantil, subnutrição, doenças (isto para citar apenas questões de saúde) e toda falta de recursos para combatê-las; o que por sua vez dizima sua população.

Importante salientar que para Belfiore-Wanderley (1999) pobreza e exclusão não podem se tornar meros sinônimos, ainda que a situação de pobreza tende a colaborar para haver rompimento de vínculos sociais possibilitando aumento do déficit. Tal situação pode ser pensada no sistema de rede sociais de um trabalhador ou de determinado grupo. Atendo-se ao critério de rede social, pode-se pensar na existência da pobreza, mas não significa também exclusão; embora quanto mais vulneráveis forem tais vínculos aumentam as possibilidades de se tornar excluído. A pobreza tende a produzir o isolamento. Estas redes sociais são importantes afim de que os indivíduos possam ter acessos a novos contatos, para Sluzki isto pode apresentar como a premissa que:

“...independentemente de outras variáveis, as pessoas menos integradas socialmente têm maior probabilidade de morrer, ou, para colocá-lo em termos menos dramáticos, de que existe uma correlação direta entre qualidade da rede social e qualidade de saúde, pode ser respaldada por ampla evidencia derivada de várias investigações clínico-epidemiológicas” (1997:67).

Como salienta Barros a exclusão social engloba as questões econômicas, mas também o enfraquecimento dos vínculos sociais que separam o trabalhador da sociedade, sendo assim *“a solução de seus problemas não lhes pertence, são incapazes de agir e se perdem na falta de sentido” (2001:5)*. Sendo assim, Moscovitch confirma o fato da exclusão

econômica associar-se a outras “formas de exclusão”, nas quais é negado o direito à renda, ao emprego, à educação, à saúde, seguridade social e justiça. (2002:103)

Singer menciona a precarização do trabalho como fator de exclusão dos trabalhadores de seus direitos legais e, ainda a formação de um “exército de reserva” colaborando no sentido de deteriorar as condições de vida mentais; pois *“suas vidas pessoais entram em crise, muitas se agregam aos que vagam pelas ruas sem-teto ou à legião dos desequilibrados mentais”*(2001:30).

No caso brasileiro, a situação social comprometida por uma história de tradição excludente agravou a crise social trazendo a questão social para a agenda governamental, a partir dos anos 90. O período é marcado pelo fortalecimento do processo de democratização, iniciado na década anterior; o rompimento do regime militar propiciou o processo eleitoral e, muito embora, tardiamente (em relação aos países democráticos), a promulgação da Constituição Federal de 1988 acirrou os debates em torno das políticas sociais mostrando que os recursos das mesmas – embora de valor significativo - não chegam até a parcela mais carente da população, portanto o país gasta mal com o social (Lavinias e Barbosa, 2000)

Para Abranches (1987), política é conflito e, em se tratando de políticas sociais, confrontam-se interesses vários, impactando o processo de torná-las acessíveis aos indivíduos dentro da dimensão que a política deve seguir, ou seja, a dimensão abrangente, comum a todo e qualquer cidadão de determinado país. Faz-se necessária a compreensão de que no Brasil as políticas ainda são seletivas, na verdade as políticas sociais estão voltadas no combate à pobreza, com ações específicas e de duração limitada. Nesse sentido, elas se tornam mais um mecanismo de perpetuação da pobreza do que o combate à mesma, o que difere das políticas sociais que combatem a desigualdade social, atingindo o núcleo do problema. Desta maneira Abranches esclarece:

....”política social, como garantia universal de padrões mínimos de vida, e a política de redução da pobreza, que objetiva retirar da condição de miséria aqueles que sequer conseguiram alcançar esse piso básico, destituídos que são dos meios mais elementares de sobrevivência” (1987:14, grifos da autora).

Embora diante de uma pobreza visível que mata de fato, haja a necessidade de gastos públicos específicos para combatê-la, em contrapartida é preciso implementar políticas econômicas e sociais abrangentes e investimentos a médio e longo prazo em educação, saúde, nutrição e emprego, que tendem a atingir outras áreas. Para o Banco Mundial (1990) um fator

aparentemente simples, como melhorar o nível de instrução das mães tem colaborado em uma queda significativa na taxa de mortalidade infantil.

2.3. Elementos das políticas públicas de geração de emprego e renda

Falar sobre políticas públicas no Brasil é como pisar em um terreno arenoso, principalmente, ao analisar a situação social em que o país se encontra. A tradição de desigualdade social gerada pela má distribuição de renda, enfocando uma nítida diferença entre ricos e pobres aumentou os índices de pobreza nas últimas décadas. Pobreza esta que aparece sob diversas faces, mas, com o mesmo contorno, ou seja, a falta. Esta pode estar vinculada à falta de comida, de moradia, de trabalho, de saúde, falta de poder político. Não é em vão que nos últimos anos têm-se ampliado os movimentos dos “sem”: sem terra, sem teto, sem comida, sem emprego, entre outros.

Seguindo esta situação, o país enfrenta de fato o fenômeno da exclusão social, fenômeno este que segundo Belfiore-Wanderley (1999) é um processo que a cada dia atinge mais camadas sociais, seja pelas transformações constantes no mercado de trabalho, impostas não só pelos avanços tecnológicos e mudanças na estrutura organizacional, como também, pelas políticas econômicas adotadas que produziram aumento da desigualdade social.

De fato, ao colocar as políticas sociais em foco, o principal objetivo é compreendê-las dentro da realidade brasileira. A situação do mercado de trabalho brasileiro – no final do século XIX e início do XX – era heterogênea, pois conviviam ex-escravos (os quais foram declarados livres, sem, contudo receber nenhum tipo de benefício social), trabalhadores europeus que vieram para as lavouras de café substituindo os escravos e os novos trabalhadores das cidades, sem que houvesse políticas sociais voltadas para estes trabalhadores. Assim, as conquistas trabalhistas chegaram ao Brasil somente na década de 30, indicando uma defasagem no tempo em relação a outros países. Este período marca o início de uma política institucional que se estende até o final da década de 70. Apesar disso, as conquistas trabalhistas foram seletivas, pois os direitos eram assegurados aos trabalhadores cujo vínculo empregatício fosse o formal, comprovado pela carteira de trabalho assinada (Barbosa e Moretto, 1998; Draibe, 1990).

A crença em um país onde as possibilidades de trabalho e mobilidade social eram tangíveis permitira negar a questão social e não inserí-la na dimensão política. (Telles, 1999^a)

O principal impacto das políticas sociais é minimizar os efeitos perversos da má distribuição de renda, assegurando ao conjunto da população condições mínimas para uma vida digna. Assim o Estado de Bem Estar Social ou Welfare State, apesar de não ser um modelo único, comum a todos os países capitalistas, pois pode apresentar variações, traz tal objetivo. Há diversos meios de defini-lo; para Barbosa e Moretto pode ser colocado com as seguintes palavras:

“Determinada forma de articulação entre Estado, economia e sociedade com acentuada participação estatal na promoção de políticas e benefícios sociais e na redução das desigualdades, característica dos países avançados que possuem orientação social-democrata. O conjunto de políticas geralmente busca assegurar um padrão mínimo de vida aos cidadãos, independentemente da renda obtida no mercado” (1998: 126).

Por esta definição tais políticas atuam no conjunto da população, independente da condição de estar ou não empregado, ou independente do valor da renda obtida; ao contrário do que Draibe compreende, pois:

*“Por Welfare State estamos entendendo, no âmbito do Estado capitalista, uma particular forma de regulação social que se expressa pela transformação das relações entre o Estado e a economia, entre o Estado e a sociedade, a um dado momento do desenvolvimento econômico. Tais transformações se manifestam na emergência de sistemas nacionais públicos ou estatalmente regulados de educação, saúde, previdência social, integração e substituição da renda, assistência social e habitação que, a par das políticas de salário e emprego, regulam direta ou indiretamente o volume, as taxas e os comportamentos do emprego e do salário da economia, **afetando, portanto o nível de vida da população trabalhadora**”.*(1990:2, grifos da autora).

Para Draibe (1990) no caso brasileiro, o Welfare State pode ser tipificado como Meritocrático-Particularista, onde a política social neste modelo serve para corrigir as distorções e as necessidades devem ser resolvidas individualmente. Dadas as distorções sociais brasileiras, o país acaba por manter uma série de políticas assistencialistas, cujo principal objetivo é atender à demanda de um grupo específico com necessidades urgentes, que muitas vezes são políticas direcionadas aos moradores de rua, crianças abandonadas e jovens em

situação de risco social. Esse modelo de combate à pobreza, através de políticas distributivas as quais identificam o grupo mais pobre a ser atendido, baseia-se no modelo americano de políticas sociais cuja ênfase recai sobre o econômico (Rios Neto e Oliveira, 2002).

Nesse ponto, Telles chama a atenção para o espaço da assistência social, que não tem como principal objetivo melhorar as condições de vida, mas ‘ajudar’ os pobres a sobreviverem na miséria, sendo assim este é *“o lugar no qual a pobreza vira ‘carência’, a justiça se transforma em caridade e os direitos em ajuda, a que o indivíduo tem acesso não por sua condição de cidadania, mas pela prova de que dela está excluído.”* (Telles, 1999a:95)

Azeredo (1998) endossa tais questões, pois ao contrário das políticas do Welfare State que tinham como objetivo a universalidade, as políticas sociais atuais apresentam valores variados e se concentram nos grupos mais pobres, tendo como referência que a pobreza é algo inevitável e irreversível.

Neste ponto é importante frisar que não compete aos objetivos desta dissertação discutir as políticas públicas em sua dimensão ampla, busca-se analisar as políticas sociais direcionadas à geração de emprego e renda.

As políticas de emprego e renda são parte das políticas sociais e, para Barbosa e Moretto (1998), as diversas formas de políticas trazem impacto sobre o emprego, desde as políticas macroeconômicas passando pelas políticas de bem-estar social. Na verdade as políticas voltadas para o emprego não se iniciaram concomitantemente ao capitalismo. Em seus primórdios, a falta de emprego ou o desemprego não era visto como problema social; a sociedade era incomodada pelos efeitos do desemprego como prostituição, violência e vagabundagem. Castel (1998) traz a figura emblemática do vagabundo e de como este era condenado pela sociedade, a principal alternativa para combater os efeitos maléficos eram ações filantrópicas, de caridade.

A dinâmica cíclica da economia capitalista tende a produzir desemprego em períodos de queda no desenvolvimento econômico. Sofre alterações: tanto pode declinar quanto elevar-se. Em um determinado momento pode haver crescimento econômico e, este, por sua vez, tende a absorver mão-de-obra e contribuir para uma taxa de desemprego baixa, todavia o inverso também ocorre. No atual contexto do capitalismo, ainda que haja crescimento econômico, as taxas de desemprego tendem a se manter altas, pois o avanço tecnológico e o investimento em capital financeiro não produzem emprego, embora as possibilidades de lucro aumentem consideravelmente (Dupas, 1999).

Ressalta-se o fato de que o desemprego se tornou realidade a partir, e, principalmente, do momento em que o trabalhador se firmou nas cidades, pois no campo ele tinha como recurso a sua própria subsistência, ainda que fosse o mínimo. Como trabalhador urbano, seu meio de sobrevivência é vender sua força de trabalho. Apesar do atraso com que a industrialização aconteceu no Brasil, os problemas foram agravados, não havendo estabilidade tanto na vida profissional e muito menos quanto ao usufruir renda. Antes que a legislação trabalhista fosse implantada, o trabalhador podia ser demitido a qualquer momento sem nenhum direito assegurado, os acidentes de trabalho eram constantes e não havia indenização por parte do empregador e, no início do século XX, não havia previdência social. O trabalhador vendia sua força de trabalho para um mercado no qual não tinha condições de negociá-la e estava à mercê do capital (Barbosa e Moretto, 1998).

Como é possível observar, não foram criadas políticas sociais com o objetivo de diminuir os índices de desemprego, mesmo porque na década de 30 e nos anos seguintes, os trabalhadores migrantes do campo para as cidades eram absorvidos pelo mercado formal de trabalho, fruto da industrialização do país. Esperava-se que a mão-de-obra seria absorvida ao longo dos anos e, devido o aumento de investimentos externos no Brasil, o crescimento econômico permitiria absorver a mão-de-obra. Além do mais tais trabalhadores – em sua maioria – possuíam a carteira de trabalho assinada assegurando-lhes os direitos previstos na legislação trabalhista. Os trabalhadores informais e os desempregados ficaram à margem de quaisquer benefícios (DIEESE, 2001). Foram excluídos, segundo Singer (2001), de usufruir os direitos legais, os quais a legislação garantia para os trabalhadores, porém com vínculo formal.

Embora durante os anos 70, o nível de emprego tenha aumentado mais que a PEA colaborando para a redução da pobreza, a distribuição de renda piorou, principalmente, porque o salário mínimo perdeu seu caráter para o qual havia sido criado, ou seja o de cobrir o custo mínimo de sobrevivência do trabalhador. O salário mínimo tornou-se a menor remuneração paga no mercado (Barbosa e Moretto, 1998).

O desemprego no Brasil tornou-se - de fato - problema social na década de 80, para o qual os governos, a sociedade, os sindicatos e os empresários buscam soluções. Vale ressaltar que durante alguns anos as políticas de emprego e proteção social não foram adotadas no Brasil. Com a desaceleração da economia nos anos 80, o país se viu impossibilitado de entrar em um novo ciclo de crescimento econômico, como ocorrera anteriormente (DIEESE, 2001).

Retornando as questões já colocadas anteriormente, Azeredo (1998) destaca as dificuldades para resolver os problemas do desemprego no Brasil devido aos fatores histórico-estruturais os quais, ao ser atingido pela crise econômica mundial, vieram à mostra, tais como a precariedade das relações de trabalho, a desigualdade social, as deficiências no sistema de proteção social e o baixíssimo nível de escolaridade da força de trabalho gerado pela deficiência do sistema educacional brasileiro.

As políticas públicas, que enfocam a área do trabalho são de tradição européia, desenvolvidas na Europa dos anos 80 como resposta ao desemprego e para Rios Neto e Oliveira (2002) se dividem em políticas ativa e passiva. Diversos autores estabelecem esta tipologia:

Políticas ativas: o objetivo é atingir a oferta do trabalho ampliando o número de vagas, através de subsídios à contratação, frentes de trabalho, oferta de crédito para micro e pequenos empresários bem como a formação profissional e intermediação da mão-de-obra;

Políticas passivas: o principal objetivo é reduzir a oferta do trabalho, através da assistência financeira ao trabalhador desempregado considerando o emprego ou desemprego como inevitável. Seguro-desemprego e manutenção dos jovens no sistema escolar são exemplos. (Azeredo, 1998; Barbosa e Moretto, 1998, Rios Neto e Oliveira, 2002).

Para um resultado satisfatório, essas políticas precisam de outros fatores somados, tais como políticas macroeconômicas, estruturais e de proteção social. A crise no mercado de trabalho, principalmente o desemprego a longo prazo e a não inserção do jovem dificulta o sistema de proteção financeira para o trabalhador; afinal por quanto tempo se mantém um seguro desemprego? E se o jovem não entra no mercado de trabalho, como irá ter acesso à proteção social em caso de desemprego? Para Azeredo (1998) o novo contexto de dificuldades exige que as políticas públicas de emprego sejam repensadas.

Ainda de acordo com Azeredo (op.cit.) até o início da década de 80, o Brasil não tinha um mecanismo que assegurasse proteção ao trabalhador desempregado. O ano de 1988 marca a promulgação da Constituição Federal, em cujo texto são aprimorados os direitos sociais, dentre outros destacam-se as políticas de proteção ao emprego. Naquele contexto de desemprego crescente, buscaram-se alternativas para diminuir o impacto negativo sobre os

trabalhadores, pois a automação se tornava realidade e excluía uma série de trabalhadores do mercado. As políticas de proteção ao emprego no Brasil, têm como referência as chamadas “políticas passivas” como o seguro-desemprego. Este é a alternativa para trabalhadores desempregados e, tem sido aprimorada em um momento de crise acentuada no mercado de trabalho. Todavia deve-se reconhecer que o seguro-desemprego não é um instrumento de combate à pobreza. As “políticas ativas”, como a qualificação profissional e apoio aos pequenos e microempreendimentos, foram estabelecidas no texto constitucional, as quais têm um caráter de combate à pobreza. Tais políticas precisam de ser articuladas no mercado de trabalho.

O seguro-desemprego, o qual tem por objetivo fornecer assistência temporária (no máximo por 5 meses) ao trabalhador desempregado, dispensado sem justa causa, cujos valores variam de 1 a 2 salários mínimos é um exemplo de “política passiva”. É interessante destacar, segundo o MTE (apud Barbosa e Moretto, 1998), que quase metade dos beneficiários do seguro-desemprego está na faixa de 18 a 29 anos sendo, portanto, trabalhadores jovens (Anexo 6).

Para Telles (1999^a), a incorporação do seguro-desemprego como política pública somente, na final da década de 80, é um exemplo de uma sociedade que considerava a responsabilidade de estar inserido no mercado de trabalho como sendo individual. Mesmo tendo sido implementado como política pública que atenda ao trabalhador desempregado, somente 5% destes desempregados têm direito a recebê-lo, ou seja, atendem aos requisitos para tal, sendo o vínculo formal de trabalho um dos principais. (Singer, 2001)

Os recursos para o seguro-desemprego são provenientes do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), cuja forma de gestão é tripartide, portanto há representantes dos trabalhadores, empresários e governo no Conselho Deliberativo, chamado de CODEFAT – o qual determina o destino dos recursos para o seguro-desemprego, para o Programa de Geração de Emprego e Renda (PROGER) e outros programas que concedem linhas de crédito para a geração de trabalho e renda em parceria com governos estaduais, municipais, bancos oficiais, ongs e sindicatos (MTE, 1998). O dinheiro, destinado ao Fundo, é proveniente da arrecadação do PIS/PASEP dentre outras. O FAT tem como objetivo principal as políticas de geração de emprego e renda.

O PROGER e o Plano Nacional de Formação Profissional (PLANFOR) são instrumentos adotados a partir da década de 90 e visam implementar as políticas ativas para o

mercado de trabalho, os recursos são do FAT. Seguem o princípio da descentralização política, ou seja, apesar da coordenação ser do MTE, as ações são de responsabilidade dos Estados e Municípios. Tal situação colabora para diferenças nos resultados apresentados. Segundo Azeredo (1998), o fato destes programas serem nacionais, porém, de execução descentralizada, afeta o desempenho dos mesmos, uma vez que em alguns Estados os resultados são tidos como favoráveis e em outros ficam aquém do esperado.

O PROGER é uma alternativa para financiamento a trabalhadores que tenham interesse em iniciar ou investir no crescimento de negócio próprio, tanto na área urbana quanto na rural. Já o PLANFOR é uma política adotada no país cuja ação incide sobre a educação profissional, uma vez que há no Brasil diversos modelos de educação como, por exemplo, o sistema “S” (SENAI, SESC, dentre outros), este destina-se a uma população de escolaridade mais elevada e para o mercado formal, além de cursos de valores relativamente altos.

O objetivo inicial do PLANFOR era de ampliar a oferta de educação profissional no período de 1995 – 1998, qualificando ou requalificando trabalhadores. A prioridade são os desempregados, trabalhadores do mercado formal ou informal, jovens em busca do primeiro emprego ou em situação de risco social, mulheres chefes de família; enfim a parcela da população em desvantagem social.

A implementação do PLANFOR depende de planos estaduais de qualificação, os quais devem ser elaborados pelas secretarias estaduais, aprovados pelas comissões de emprego e encaminhados para a Secretaria de Formação e Desenvolvimento Profissional (SEFOR), (Azeredo, 1998; Barbosa e Moretto, 1998).

A estrutura utilizada para ampliar as políticas de emprego são os SINEs (Sistema Nacional de Emprego), os quais têm a premissa de colocar ou recolocar a mão-de-obra no mercado formal através do cadastro de empresas, tanto para trabalhadores desempregados quanto para aqueles em busca do primeiro emprego. Para Azeredo (op. Cit.) o SINE deve ser organizado e preparado tecnicamente, a fim de que o atendimento ao trabalhador seja feito integralmente, não somente para o trabalhador que busca o seguro-desemprego, mas para todos os cidadãos.

Os SINEs funcionam sob a coordenação do MTE desde 1993, através das secretarias estaduais de políticas de emprego e salários. Esta descentralização tem conseqüências para a administração dos mesmos, pois estes passam a depender dos interesses políticos dos governos estaduais. (Barbosa e Moretto, 1998)

Estes projetos são de âmbito federal, os recursos são disponibilizados para os Estados e Municípios a fim de que os investimentos aconteçam mediante as necessidades específicas. Muitas vezes os recursos são mal utilizados e faltam investimentos para os jovens.

2.4. Políticas públicas de geração de emprego e renda em Belo Horizonte

Os municípios brasileiros, desde a Constituição Federal de 1988, conquistaram autonomia para desenvolver ações específicas para combater a pobreza – tanto ações preventivas quanto no atendimento às situações pré-existentes. Essa autonomia permitiu, ao poder municipal, a descentralização das ações políticas, principalmente para as políticas sociais na busca por respostas aos problemas urbanos como emprego, educação, moradia, cultura e transporte. Nesse sentido, o objetivo da descentralização é propiciar maior legitimidade aos governos locais na gestão das cidades, através de ações intersetoriais e interinstitucionais. Partem do princípio que, ao enxergar o cidadão em sua totalidade, as ações desenvolvidas pelos diversos órgãos públicos serão articuladas, estimulando relações entre saberes diversos e, assim, solucionar os problemas existentes (Menicucci, 2002).

Na verdade, esta conformação política, na qual o poder local assume a política de geração de emprego e renda, está em sintonia com as transformações socioeconômicas globais nas cidades com mais de um milhão de habitantes, como é o caso de Belo Horizonte. (Carvalho Neto et al, 2002)

A PBH, nas últimas gestões, tem atuado com políticas públicas através dos programas desenvolvidos pelas diversas secretarias municipais, cujo objetivo é a transferência de renda e programas de geração de emprego e renda buscando combater a pobreza e o impacto da exclusão social. Nesse sentido, compreender alguns desses programas é fundamental dentro da perspectiva desta pesquisa.

Ao se avaliar o desemprego no município de Belo Horizonte, os dados indicam quais setores sofrem o maior impacto. Assim, estudo realizado por Carvalho Neto et al (2002) na RMBH (região metropolitana de Belo Horizonte) mostra que o desemprego feminino foi superior ao masculino no período de 1995 – 2001. A faixa etária entre 18 – 24 anos teve a maior taxa de desemprego, no mesmo período, chegando a ser o dobro em relação à faixa de

40 anos e mais, o que constata a dificuldade de inserção do jovem no mercado de trabalho também na RMBH. Em relação à escolaridade, existe correlação entre maior escolaridade e maior acesso à renda e trabalho, neste caso o formal (Nahas et al apud Carvalho Neto et al, 2002). Desde 1996, a faixa de escolaridade “média” apresenta desemprego inferior quando comparada ao “primeiro grau completo” e “segundo grau incompleto”.

Para o MTE (2001), ter a primeira chance no mercado de trabalho não é tarefa simples devido à exigência da experiência, ao somar a falta de experiência com baixa escolaridade a dificuldade é acentuada. Ainda, de acordo com o MTE, o ensino médio tende a se tornar uma exigência no mercado de trabalho, comprometendo a inserção daqueles que não o completaram. Neste caso, a situação não pode ser colocada – apenas – como responsabilidade do jovem, pois em se tratando de vagas no ensino médio, há um déficit considerável no município de Belo Horizonte. (Dados da entrevista da SMED)

Vale ressaltar o programa Bolsa-Escola, contudo não faz parte de geração de emprego, pois é um programa de geração de renda da PBH o qual no ano de 2001 atendeu a 9247 famílias com um benefício de R\$150,00 (Cento e cinquenta reais) por mês, para famílias cuja renda mensal fosse de R\$80,00 (oitenta reais) por mês. A bolsa é repassada às mães que assumem o compromisso de manter os filhos em idade escolar (6 – 15 anos, na verdade no ensino fundamental) frequentes à escola (PBH, 2002a). O programa contribui em várias frentes, pois ao manter as crianças na escola, colabora para índices menores de analfabetismo e evasão escolar e, no quesito renda, é fundamental para impedir que as crianças comecem a trabalhar.

Já os programas de capacitação profissional têm sido desenvolvidos pela PBH, através da Secretaria de Assistência Social, buscando atender aos indivíduos em situação de vulnerabilidade social e pessoal, qualificando-os a fim de se integrarem econômica e socialmente. O público alvo preferencial são os jovens entre 16 – 18 anos, adultos e/ou mulheres chefes de família e residentes nas áreas de atuação dos programas. A PBH (2002b) destaca as seguintes ações:

1. Formação socioprofissional Qualificarte
2. Ação de qualificação profissional do programa bolsa-escola
3. Ação de qualificação profissional realizada pela coordenadoria de assuntos da comunidade negra.

No bojo destas ações, destaca-se o chamado BH Cidadania – programa lançado em 2002 com o objetivo de promover a inclusão social de famílias residentes em áreas de risco social, propondo alternativas à violência e à degradação social. O programa piloto foi implantado na Vila Cruzeiro, no Alto Vera Cruz, na região Leste de Belo Horizonte; sendo que em todas as regionais da cidade deverá ser implantado. O programa tem 5 eixos de estratégias: socialidade, transferência de renda, inclusão produtiva, direito à educação e à saúde. Sendo esta de implementação recente, não é possível avaliar seus resultados.

Para a PBH a situação vulnerável desta população ocorre devido à precarização das condições socioeconômicas e do rompimento da coesão social, que desestruturam as relações familiares e comunitárias, levando os indivíduos ao isolamento (2002b:11).

Esses programas municipais partem do pressuposto de que ao aumentar a renda familiar há possibilidades de atender a um maior número de famílias. Na verdade espera-se que, ao assumir condições de se auto-sustentar, tais famílias saiam dos programas e dêem o lugar a outras.

Na verdade, as áreas mais carentes do município de Belo Horizonte enfrentam diversos problemas como falta de saneamento básico e condições dignas de moradia, mas a insuficiência financeira é – segundo a PBH – uma das questões mais graves. Os programas de transferência de renda como bolsa-escola, programa agente jovem, programa de erradicação do trabalho infantil (PETI) e benefício de prestação continuada visam minimizar o déficit na renda e, simultaneamente, desenvolver ações educativas, procurando acompanhar as famílias e promover a inclusão produtiva. No contexto das ações da inclusão produtiva estão a qualificação profissional, a requalificação e o encaminhamento ao mercado de trabalho, bem como a organização dos trabalhadores autônomos. (PBH, 2002c).

O BH cidadania visa atuar de forma sistêmica na vida social dos indivíduos. No que diz respeito a autonomia destas famílias, a inclusão produtiva é o eixo principal, tendo em vista que procura promover a qualificação e requalificação profissional, encaminhamento para o mercado formal de trabalho, organizações de cooperativas, entre outros.

Neste sentido, a PBH objetiva desenvolver políticas públicas de qualificação profissional que tenham como critérios a universalidade, a gratuidade e a qualidade. Todavia, no critério universalidade há de se fazer uma ressalva, pois se percebe que as ações de qualificação profissional – dos programas – atingem o público considerado vulnerável e, mesmo assim, não são todos que conseguem o acesso. Dentro deste público, ainda se faz um

corte, para considerar os mais vulneráveis. Guerra e Cunha partem do pressuposto que *“a qualificação profissional por si mesma não é um passaporte seguro para o emprego, mas é sua pré-condição cada vez mais obrigatória”*(2002a:40).

A qualificação profissional no Brasil esteve, desde os anos 50, vinculada aos chamados sistema “S”. O Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) entre outros. A maioria dos treinados formados em tais cursos são empregados nos setores industriais, possuem escolaridade elevada em relação a média de escolaridade do brasileiro, dificultando a entrada daqueles trabalhadores desempregados e/ou com baixo nível de escolaridade. Além do mais, no que diz respeito ao custo dos cursos, geralmente são elevados para tais trabalhadores (Rios Neto e Oliveira, 2002).

A partir dos anos 90, outras entidades (como ONGs) têm oferecido cursos nesta linha da qualificação profissional com recursos provenientes do FAT – através do PLANFOR. Esses recursos são fiscalizados pelas CME (Comissões Municipais de Emprego) e investidos em programas de qualificação profissional e intermediação de mão-de-obra. Um dos programas de qualificação profissional da PBH é o Qualificarte, promovendo cursos gratuitos e atendendo ao público específico de outros programas desenvolvidos pela SMAS. Tais cursos preparam o trabalhador tanto para o mercado formal quanto para o informal e ainda como autônomos.

Vale ressaltar a importância da PBH em reconhecer a necessidade dessa política pública de qualificação profissional se integrar à educação básica de jovens e adultos; bem como conhecer o mercado de trabalho do município no sentido de viabilizar oportunidades de emprego.

Muitos desses trabalhadores não estão em condições de igualdade no mercado de trabalho por apresentarem baixo grau de escolaridade e/ou não possuírem nenhum tipo de qualificação profissional. Dentro de uma perspectiva individual, tal situação pode ser vista como responsabilidade do trabalhador e não como uma questão coletiva a qual precisa de ser pensada como política de inclusão. (PBH, 2002b).

Dentro da prioridade de garantir o acesso à educação para todos, a PBH tem como meta os Centros de Formação da Juventude cujo objetivo é atingir os jovens maiores de 15 anos que não concluíram o ensino fundamental, nestas áreas do BH Cidadania. Espera-se que tais espaços propiciem formação, lazer e encontros desses jovens. (PBH, 2002c)

Reconhece, ainda, que o foco das políticas de qualificação profissional deve se voltar para o jovem em busca do primeiro emprego. Para tanto, firmou-se, no ano de 2002, convênio com a Escola de Engenharia da Universidade Federal de Minas Gerais (Anexo 08), cujo principal objetivo é qualificar jovens carentes com primeiro grau completo em tecnologia mecânica. Até o ano de 2003 pretendem beneficiar 196 jovens; existem novas propostas em andamento para incrementar este projeto, o qual tem estado sob a responsabilidade da GEDE. A premissa é utilizar espaços e equipamentos ociosos no município em parceria com empresas, escolas e ONGs.

O trabalhador qualificado tem como interesse o ingresso no mercado de trabalho. Para tanto, a intermediação da mão-de-obra deve ser ágil; o órgão público para exercer este papel é o SINE, apesar de – nos últimos anos – novas empresas particulares, agências de centrais sindicais estarem atuando na mesma linha, muito embora as ações não sejam coordenadas. O diferencial do SINE é, justamente, o fato de que seu serviço é gratuito para o empresariado. Seu desafio, portanto, reside no fato de “*captar e responder com presteza às demandas por vagas*” (PBH, 2002a:41).

Na verdade, as diversas agências de intermediação de mão-de-obra podem dificultar para o trabalhador à medida em que funcionam independentes umas das outras. Assim, o trabalhador que busca o primeiro emprego ou a recolocação no mercado de trabalho, necessita de se inscrever em diferentes agências. O deslocamento da casa para a agência implica gastos financeiros, nem sempre possíveis para aquele que se encontra desempregado. Situação que o MTE já busca solucionar através de cadastro único dos trabalhadores.

A PBH tem buscado descentralizar a intermediação da mão-de-obra, nesta busca pelo emprego, ou seja, o objetivo é permitir que as oportunidades estejam próximas ao trabalhador, pois, acredita-se que:

“...pode tornar menos custosa a busca do emprego, favorece o empregador pela redução nos custos de vale-transporte e pode ensejar ganhos no crescimento da atividade econômica num território dado, ao tornar mais atraente a empresários em busca de ampliação de negócios o emprego de trabalhadores qualificados” (2002a:41)

Tendo esta meta, desde 1995 existe o SINE BH norte, local onde os trabalhadores podem requerer o seguro-desemprego e buscar a recolocação no mercado de trabalho. A PBH pretende criar uma nova agência do SINE na região do Barreiro.

O trabalhador autônomo encontra no Posto PSIU, na Associação das donas de casa, espaço para oferecer sua mão-de-obra no mercado de trabalho, porém tal serviço é reconhecido pela PBH como incipiente, precisando de melhor avaliação.

Em se tratando de geração de emprego e renda, não se podem deixar à parte as micro e pequenas empresas, responsáveis por um maior número de empregos a partir dos anos 90. Para estas, busca-se a fomentação de empréstimos e convênios no sentido de orientação aos micro e pequenos empresários. O município de Belo Horizonte conta com o programa chamado de BANPOP. Na verdade, para a Associação Civil Comunitária de Microcrédito (BANPOP BH), criada em 1998, o público-alvo são os micro e pequenos empreendedores, os quais não são atendidos pelo sistema financeiro tradicional. Portanto, o seu objetivo principal é *“oferecer condições de crescimento a este público com menores chances de acesso às formas convencionais de crédito”* (Toscano e D’Agostini,2002:83).

Ainda com o objetivo de facilitar a abertura para as micro e pequenas empresas, a PBH pretende retomar o convênio com o SEBRAE, o qual tem o objetivo de oferecer orientação gerencial para os novos negócios, a fim de que tenham condições de se manter no mercado competitivo. Desta maneira, há possibilidade de que as novas empresas possam gerar novos postos de trabalho.

O fortalecimento da economia local é outro objetivo, esta engloba os setores de moda, joalheria, móveis, desenho industrial, gráfica e web. As incubadoras de empresas têm como premissa a qualificação da mão-de-obra para que as empresas possam ser competitivas.

O combate às desigualdades sociais precisa ser alicerçado sobre uma mão-de-obra qualificada, com preparo técnico e educação de qualidade, mas é preciso haver políticas de emprego que possibilitem a inserção do trabalhador no mercado de trabalho. Simultaneamente, é preciso coordenar ações entre os diversos programas existentes no combate à pobreza e deixar as fórmulas – meramente – assistencialistas. Embora, para minimizar os efeitos da pobreza, a curto prazo, sejam necessários, como acredita Pereira (2001), programas de políticas sociais de renda mínima.

A PBH reconhece a necessidade de um modelo de capacitação e formação profissional que atenda à população socialmente vulnerável. Nesse caso, o jovem de baixa renda precisa de ser alvo de políticas públicas direcionadas tanto para a inserção no mercado de trabalho, bem como para prosseguir ou retornar a estudar. Para a população jovem de baixa renda, a qual encontra dificuldade para se inserir no mercado de trabalho formal por falta

de estudos e/ou qualificação profissional, devem ser priorizadas as políticas de qualificação e escolarização com o objetivo de – no mínimo – terem condições similares de competir por uma vaga no mercado de trabalho.

Mesmo diante das questões referentes às dificuldades para a inserção dos jovens no mercado de trabalho, é significativo que o relatório do Seminário Municipal de Empreendedorismo e Cooperativismo – realizado em Belo Horizonte no ano de 2001 não tenha contemplado nenhuma diretriz de política pública direcionada para os jovens. Ainda que, ao aumentar o número de empregos, as chances para os jovens também possam aumentar, não há direcionamento específico; salvo o item em que diz: *“desenvolver ações que introduzam e desenvolvam os temas ‘empreendedorismo, formação empreendedora e orientação profissional’ nas escolas de ensino médio”*(PBH,2002a:46). Na falta da experiência profissional dos jovens, é bem provável que se opte por trabalhadores mais experientes.

No que diz respeito às políticas públicas de qualificação profissional para os jovens de baixa renda, estes necessitam de contar com políticas específicas, a fim de que possam ter acesso ao mercado de trabalho. Dessa maneira, ao fazerem a trajetória para o mundo adulto, não precisem de entrar pelo caminho do crime e só a partir daí ter acesso a um programa corretivo do poder público, o qual lhes propiciará algum tipo de preparo para o trabalho. As ações precisam de ser preventivas.

Diante da situação social do município de Belo Horizonte, a PBH tem – nas últimas gestões municipais - buscado atuar no sentido de aumentar a capacidade de coordenação e planejamento. Dentro desta perspectiva, a política social tem seguido novos caminhos, em que a participação tem sido um instrumento dos cidadãos para buscar combater a desigualdade social. (Corrêa et al, 2002)

Tal situação refere-se à descentralização no município, experiência esta que se encontra em andamento, sendo que ainda é cedo para avaliá-la; bem como os programas que se expandiram e outros que foram criados a partir deste momento. O ponto mais significativo é que as políticas de geração de emprego e renda da PBH ainda se concentrem na Secretaria de Assistência Social, voltada para um público específico dentro da cidade, faltando assim formulação e implementação de políticas de geração de emprego e renda para um público mais amplo. Quiçá o combate à desigualdade social, através de políticas sociais de geração de emprego e renda consigam – de fato – permitir para a geração dos mais jovens, perspectivas de um futuro promissor.

CAPÍTULO 3

Realidade social do jovem da Vila São Rafael

3.1. Introdução

Este capítulo apresenta os resultados da pesquisa realizada com os jovens da Vila São Rafael, buscando a compreensão da escolaridade como fator para sua inserção no mercado de trabalho.

Apresenta a realidade do cotidiano da Vila São Rafael; realidade tão perto de cada habitante da cidade e, ao mesmo tempo, tão distante. Distante quando se repudiam os pobres e o seu lugar de moradia.

A região é pobre. Todo habitante de Belo Horizonte já se acostumou a conviver com lugares de pobreza. Aliás, é preferível que esta seja alocada para o “seu lugar”: escondida, distante para tornar mais fácil negá-la.

Porém, ao adentrar neste contexto social, o que se percebe são pessoas alijadas da sociedade. Os vínculos com a sociedade são tênues ou praticamente inexistentes, portanto se desfazem facilmente.

Os jovens desta pesquisa poderiam ser vistos como quaisquer outros, todavia são, de maneira sutil, separados pela barreira – invisível – da realidade socioeconômica. Barreira que pode ser determinante para o futuro de cada um deles.

A escola parece limitar os projetos de futuro destes jovens: nada além do ensino médio. A escola, reconhecida como base para formação da cidadania, atende aos requisitos do mercado de trabalho e reproduz a dicotomia social – a divisão entre trabalhadores intelectuais e braçais.

O poder público parece esperar que tais jovens ingressem pelo caminho da vulnerabilidade social, para somente, a partir daí, atuar na tentativa de resgatá-los para uma vida digna.

3.2. O lugar simbólico e real da Vila São Rafael

O município de Belo Horizonte – segundo o censo 2000 (IBGE, 2002) - tem uma população de 2.238.526 habitantes, divididos em nove regiões administrativas, conforme o mapa a seguir:

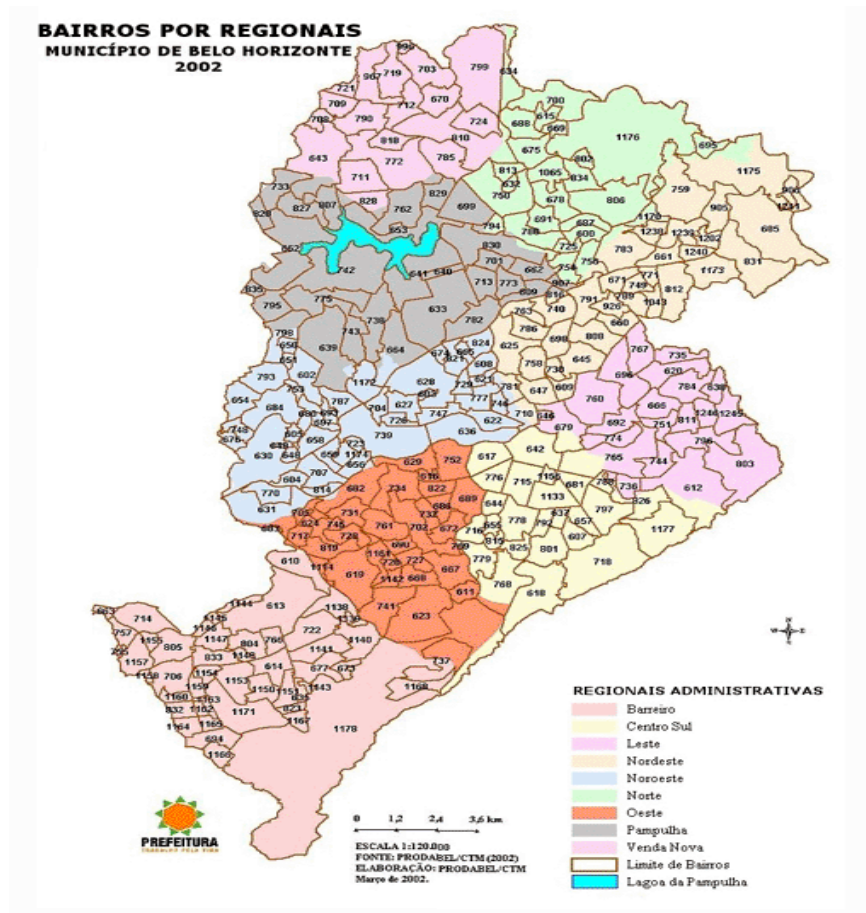


Ilustração 1:Regiões administrativas.Fonte: www.pbh.gov.br (2002)

A Vila São Rafael situa-se na Região Leste de Belo Horizonte entre os bairros Pompéia e Santa Efigênia; embora o nome da Vila seja reconhecido pelos moradores, a maioria considera como local de moradia o bairro Pompéia, ao conversar com os moradores, em poucos casos, ouvia-se Vila São Rafael como identidade de moradia.

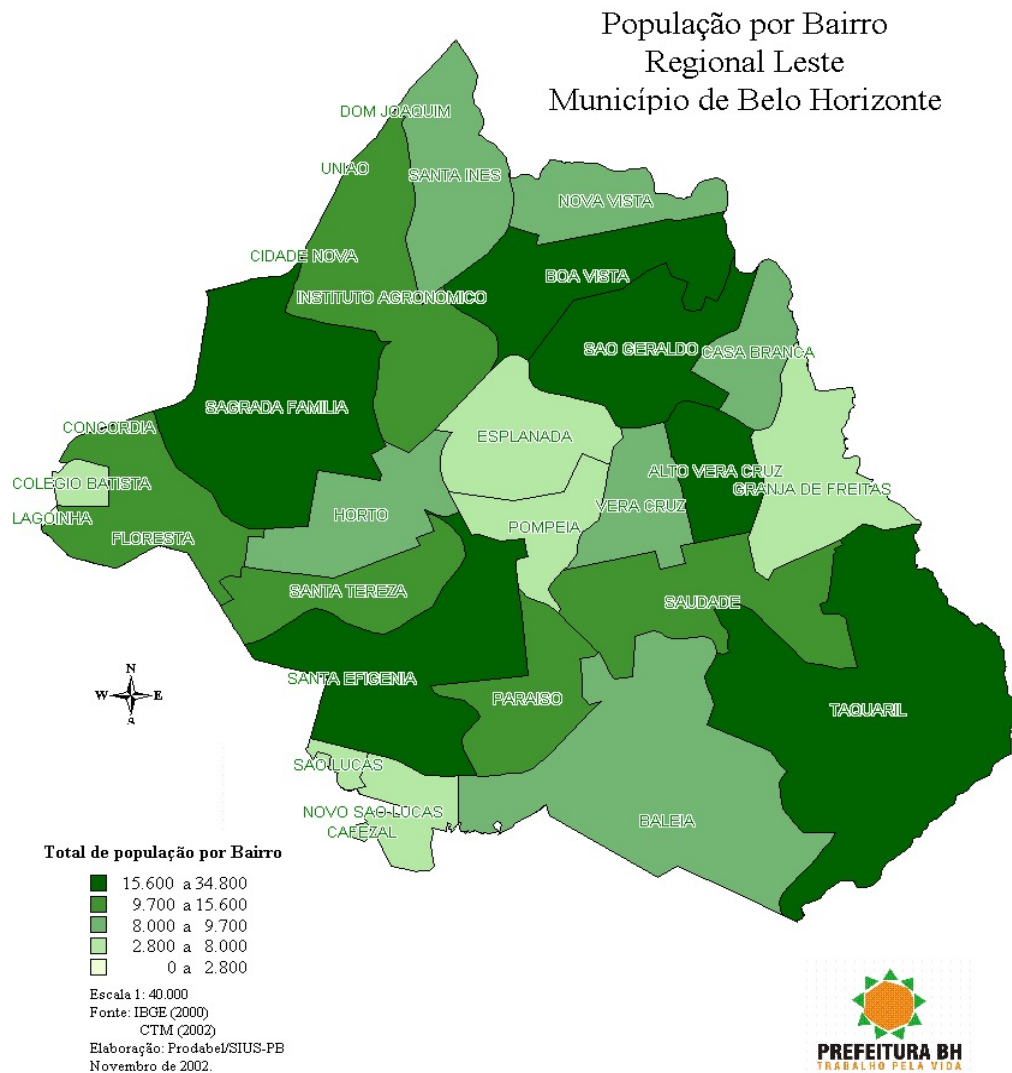


Ilustração 2: Região Leste. Fonte: www.pbh.gov.br (2002)

Dizer que é morador do bairro Pompéia (considerado como de “classe média”) evoca menos preconceitos do que se apresentar enquanto morador da Vila, “favelado”. Esse é um outro título negado, não admitem dizer que são moradores de uma favela, mas sim da Vila São Rafael. Desta maneira, se a escolha for entre o bairro e a vila opta-se pelo primeiro, em contrapartida, se a opção for entre a vila e a favela, a vila assume um lugar de valor maior. Na busca desta identidade tateia-se neste local de moradia, afinal que lugar é esse?

A vila divide-se em 4 (quatro) microáreas, reconhecidas pela PBH (representada por seus órgãos) por um conjunto de becos e ruas a fim de que os agentes comunitários de saúde (ACS) realizem o trabalho de cadastramento dos moradores, bem como outros programas atuantes no espaço da Vila; principalmente aqueles ligados à saúde.

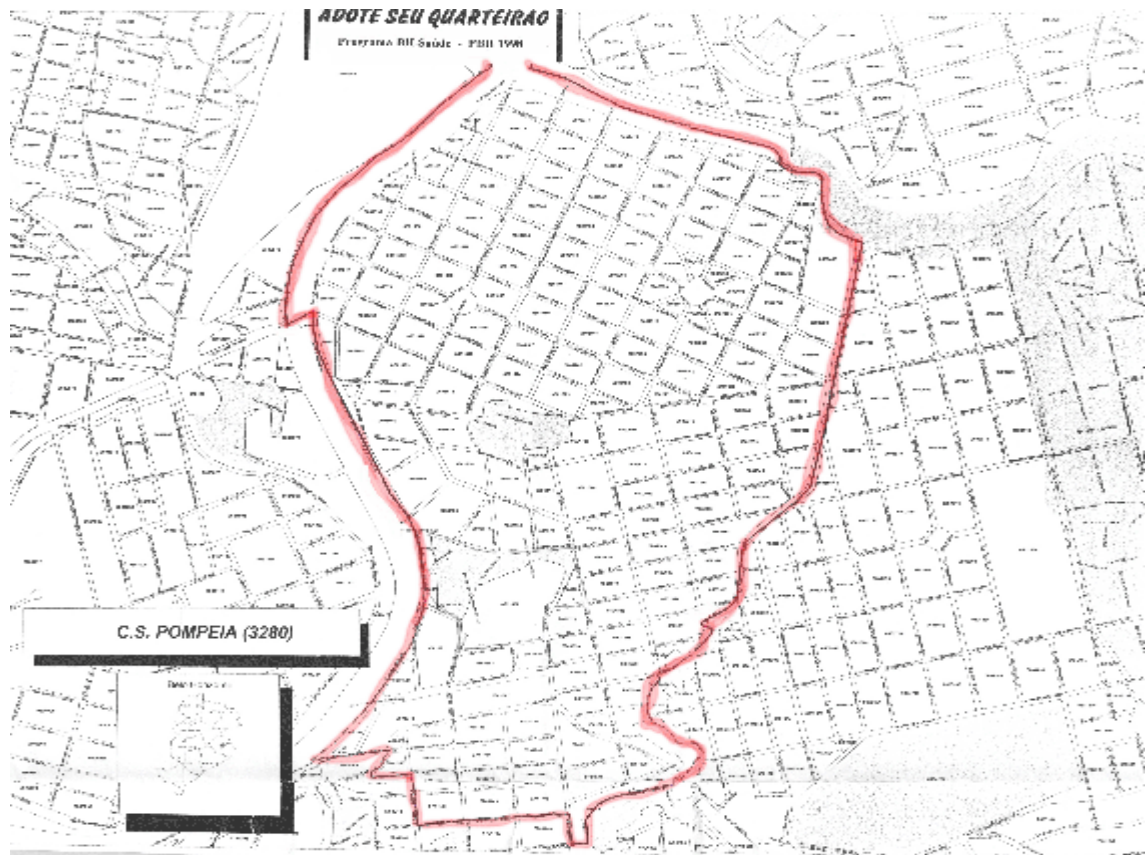


Ilustração 3: Bairro Pompéia. Fonte: PBH, 1998.

É interessante observar que a Vila ocupa um “não lugar”, pois ao mesmo tempo em que a PBH através de seus programas de atendimento reconhece as dificuldades específicas da Vila São Rafael (por ex. desnutrição infantil) como se vê nas falas de agentes comunitários de saúde (conhecidos por ACS), “*só em uma microárea da Vila existem 19 crianças desnutridas*”.(ACS, set/2002) ao mesmo tempo a PBH, não dispõe de dados compilados sobre a situação da Vila e sim daqueles referentes ao bairro e/ou a região leste.

Na busca por informações no posto de saúde Pompéia, zoonoses que pudessem referendar esta pesquisa, poucos foram os dados específicos sobre a Vila, dificultando conhecer sua situação mais detalhadamente. Nas conversas com os agentes de saúde são citados nominalmente famílias, indivíduos e seus respectivos problemas ou necessidades; porém ao entrar nos números gerais estes “desaparecem”, pois passam a fazer parte dos dados do bairro Pompéia na região leste. Com a implantação do PSF (Programa de Saúde da Família) estes agentes têm cadastrado os moradores da Vila, mas não foram encontradas as informações sobre a Vila, estes dados são enviados para um cadastro geral; o qual trará dados do distrito de saúde leste.

Outra situação interessante é quando se verifica o IVS (Índice de Vulnerabilidade Social) da Vila – em termos de seu lugar geográfico/espacial – parte dela pertence a UP (Unidade de Planejamento) Pompéia e outra a UP Santa Efigênia, apresentando um índice de 0,45 e 0,44 respectivamente. Como no caso do IVS quanto mais próximo de 1 (um) pior a inclusão; a Vila pode ser considerada na “média” já que faz parte de 2 (duas) UPs assim consideradas, (tal classificação foi mantida de acordo com aquilo que tem sido utilizado pela PBH, sem buscar isolar os dados da Vila; uma vez que é este o olhar do poder público sobre a mesma).

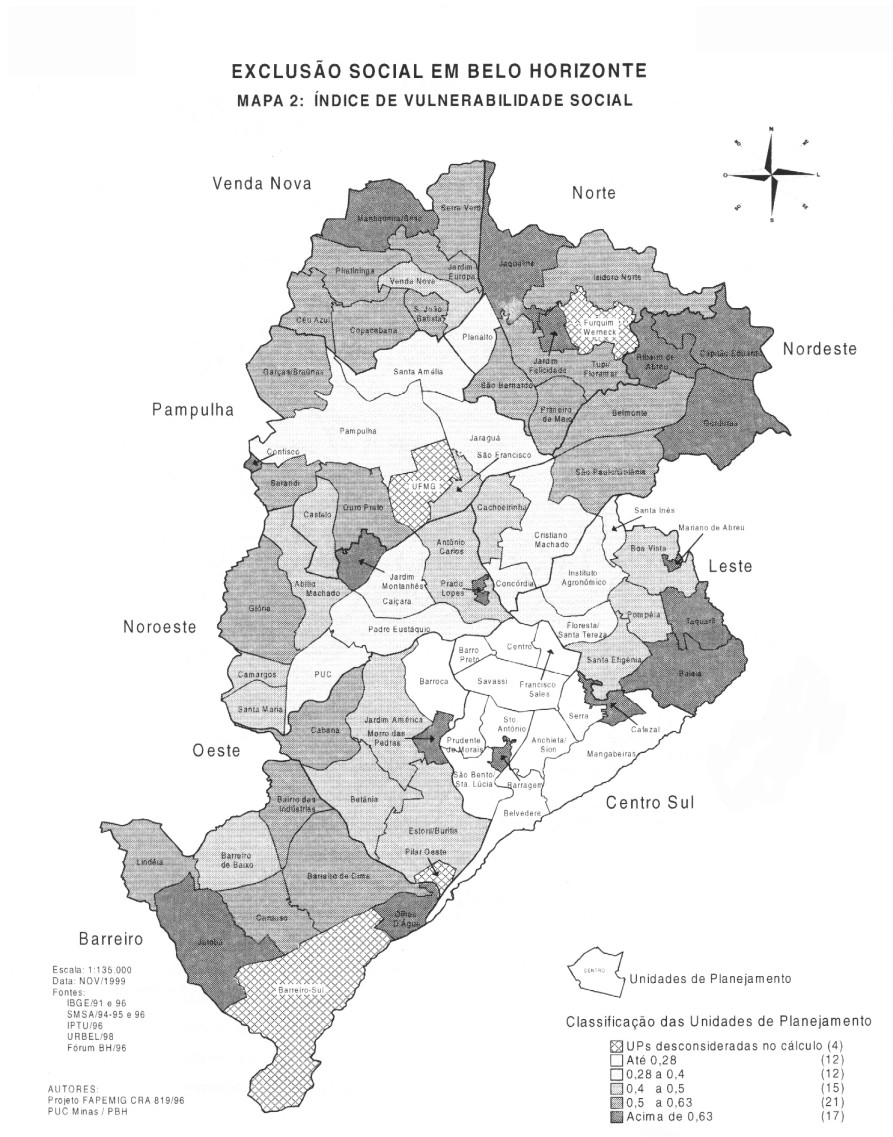


Ilustração 4: Índice de Vulnerabilidade social: Fonte PBH (2000). Planejar BH.

As vilas e favelas de Belo Horizonte são designadas pela URBEL por ZEIS (Zonas Especiais de Interesse Social) e os estudos são elaborados com o objetivo de conhecer as ocupações nas áreas de risco e os respectivos problemas de urbanização destas áreas.

Os dados da URBEL indicam que a maioria das famílias residentes nestas ZEIS tem acesso aos serviços da COPASA (Companhia de Abastecimento e Saneamento), CEMIG (Companhia Energética de Minas Gerais) e coleta de lixo. De acordo com mapeamento realizado pela AWISO/CAEB, em uma amostra de 10% dos 380 domicílios da Vila, verificou-se que esta é a realidade dentro da Vila São Rafael.

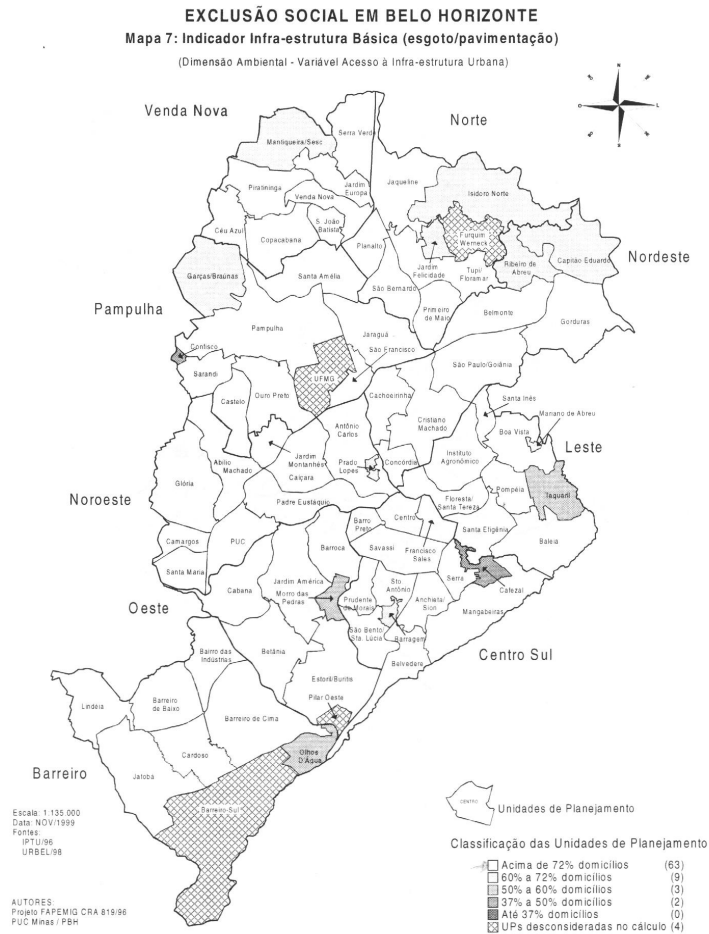


Ilustração 5: Indicador infra-estrutura básica (esgoto/pavimentação). Fonte PBH(2002). Planejar BH.

A Vila conta com uma Escola Municipal que oferece do pré-escolar ao ensino fundamental e à noite a chamada EJA (Educação de Jovens e Adultos), creche, associação comunitária e, ainda um abrigo da PBH para o qual são enviadas famílias que – por algum motivo – perderam suas casas. Neste caso, embora dentro da Vila este abrigo não faz parte da mesma (a população não é somada à da Vila) é separado por um obstáculo físico: portão e muros altos são o símbolo da separação, gerando uma certa “antipatia” dos moradores da Vila por aqueles residentes no abrigo.

Esta “antipatia” é expressa nas conversas dos moradores, pois – geralmente – os moradores do abrigo permanecem por lá durante um certo período e, após este, pode receber uma moradia da PBH. Para os moradores da Vila, que em algumas situações, moram sob condições precárias isto é visto como injustiça. Algumas moradias têm somente dois

cômodos (em alguns casos, um único), às vezes sem janela onde podem morar 10 pessoas; média de pessoas por moradia (AWISO/CAEB).

A escola ocupa um lugar central dentro da vila e, ao contrário das escolas pixadas e quebradas as quais se tornaram comuns de se ver; esta não apresenta este problema. Parece que o fato desta se abrir para que outras atividades sejam desenvolvidas fora do horário de aulas, permite aos moradores terem a responsabilidade por mantê-la apresentável.

A associação comunitária – através de sua liderança – parece conhecer bem a realidade de seus moradores, mas em entrevista realizada com um dos líderes ele demonstrou as baixas expectativas com relação à Vila. Acredita que os problemas têm aumentado e pouco se pode fazer, mas reconhece faltar aos moradores a participação, a reivindicação. Muito embora admita a realidade da falta de participação política dos moradores da Vila, para ele o Orçamento Participativo da PBH tende a contemplar as comunidades com maior número de moradores;

“(...) hoje na prefeitura tem uma coisa chamada orçamento participativo. A tendência é ganhar ajuda da prefeitura só as comunidades que tem muita gente; por exemplo não tem como a gente entrar no orçamento participativo com o Alto Vera Cruz, lá são 150 mil pessoas aqui na faixa de 5 mil. Se depender de votos, de números nós não vamos nunca entrar no projeto da prefeitura. Os moradores são poucos, e de 5 mil você vai contar 40% que vai querer comparecer, o resto vai achar que não tem compromisso, só procura quando precisa. Pela prefeitura fica difícil de entrar, por este projeto dela aí.”

(líder comunitário).

É interessante observar como é vista a presença do poder público para esta comunidade, mesmo na fala do líder comunitário é vista como “ajuda da prefeitura” e não de fato como um projeto político no qual vale a pena se engajar. Torna-se mais fácil obter favores políticos, comum - em épocas de eleições - a troca de votos por algum benefício para a comunidade. A questão da participação política, do associativismo é um ponto retratado pela URBEL como sendo fraco nas Zeis – neste caso verificou-se que metade dos moradores, ou seja, 50% ignoram a existência de alguma associação ou aqueles que sabem nunca participaram. O mesmo fato constatou-se em pesquisa realizada nas regiões norte e nordeste de Belo Horizonte pelo IRT/PUCMinas (Montenegro e Almeida, 2002), onde a parcela da população que participa de algum projeto comunitário é inexpressiva.

A descrença, em se tratando de mudanças é crescente na sociedade atual e, conduz as pessoas a um sentimento de apatia em relação aos projetos coletivos,

impulsionando-as a buscarem seus próprios ideais; incorporando as mudanças ideológicas do processo de globalização, dando ênfase às qualificações individuais (Gentili, 1999).

Comum em vilas e favelas tem sido o processo de verticalização; sem espaço para aumentar as moradias para os lados estas têm se ampliado para cima – diversos fatores podem contribuir para tal processo. O casamento dos filhos é um destes, estes se casam e continuam a morar na casa dos pais mas em “seu espaço” ou, ainda o crescimento dos filhos força uma individuação – ou seja, torna-se prioridade separar quartos na casa para rapazes, moças e casal. Outro fator de viés econômico está em melhores condições de salários, permitindo melhora da moradia para a família; ainda que para tal situação haja a contribuição da renda de todos os trabalhadores da família – ou seja – a renda familiar.

Na vila São Rafael esta verticalização não só é encontrada como se torna sinal de status; deste ponto de vista a casa de determinado morador pode ser considerada como “casa de rico” devido a diferença na construção. Algumas moradias da Vila já contam com até três andares; dentro destas há um labirinto de escadas.

Muito embora para a URBEL este fator em conjunto com outros comprometam os programas de melhorias realizadas em algumas destas vilas e favelas dentro de Belo Horizonte, uma vez que as melhorias se fazem para uma determinada demanda sobre diversas circunstâncias. Quando esta demanda é superada o sistema de água, esgoto, luz elétrica não consegue atender a comunidade; desencadeando novos problemas ou sobrecarregando aqueles que existem.

Ao contrário de épocas anteriores quando o aumento das vilas e favelas era provocado pela imigração, atualmente este aumento em Belo Horizonte tem sido provocado devido à migração daquelas famílias já residentes na cidade e se mudam para estes locais como uma estratégia de garantir sua condição de vida e acesso à moradia, principalmente, devido ao baixo custo. Um outro fator está em que muitas dessas vilas e favelas estão em pontos centrais da cidade facilitando o deslocamento para o trabalho, seja na questão do tempo, seja na diminuição no gasto com transporte público (URBEL, op.cit).

Tal questão se aplica a Vila, uma vez localizada em um corredor de acesso rápido ao centro de Belo Horizonte que é a Avenida dos Andradas, por onde várias linhas de ônibus transitam, muitos de seus moradores deslocam até o centro a pé, economizando a passagem de ônibus ou, no caso, de quem precisa de utilizar 2 (dois) ônibus economiza-se 1

(um); os vales transportes são moeda de compra e venda. De outro lado a Rua Niquelina também é uma via de acesso semelhante.

Vista de fora por quem passa neste corredor que é a Avenida dos Andradas a Vila está escondida. Uma construção recente, imponente de 2(duas) grandes lojas tamponam o lugar da pobreza; ou seja ela não é vista, remetendo ao lugar incômodo da pobreza, ou seja, algo que não reflete beleza e ainda coloca em xeque a realidade e a diferença social. Pelo mapa da regional leste parece ser um grupo de 4 (quatro) ruas principais, porém destas um intricado conjunto de becos se estendem e alguns deles recebem o nome do morador mais antigo, assim tem-se os seguintes becos: Manoel Guerreiro, Domingos, Walter de Menezes, Eucília, Orlando, Olívia, entre outros. Dentro destes becos, as moradias são parede umas com as outras; as portas permanecem abertas durante o dia, não garantindo aos moradores a privacidade com a qual a casa é conhecida por conceder. Estas moradias quase não recebem luz solar e quando o tempo é de chuvas o cheiro de mofo é característico. Geralmente, algumas dessas moradias acabam por serem invadidas pela água da chuva.

Mesmo com toda esta precariedade, há moradias onde o lixo acumulado é estimulador para a presença de animais que podem proliferar doenças como; dengue, leishmaniose, leptospirose. Preocupação do serviço de zoonoses da PBH; há casos de moradias da Vila onde se cria até 8 cachorros (sem nenhum controle de saúde), convivendo com crianças e, alguns destes moradores, insistem em assim permanecer.

O local em que situa-se a moradia faz a diferença dentro da vila, assim quem mora "em cima" (Rua Leopoldo Gomes) é "rico", "metido" e estes em nenhum momento se reconhecem como moradores de uma vila.

No emaranhado destes becos é onde se situa a pobreza (se for possível localizá-la), lugar dos problemas relacionados à mesma: desnutrição, falta de informações, moradias insalubres, rendas inferiores ou iguais ao salário mínimo dentre outros.

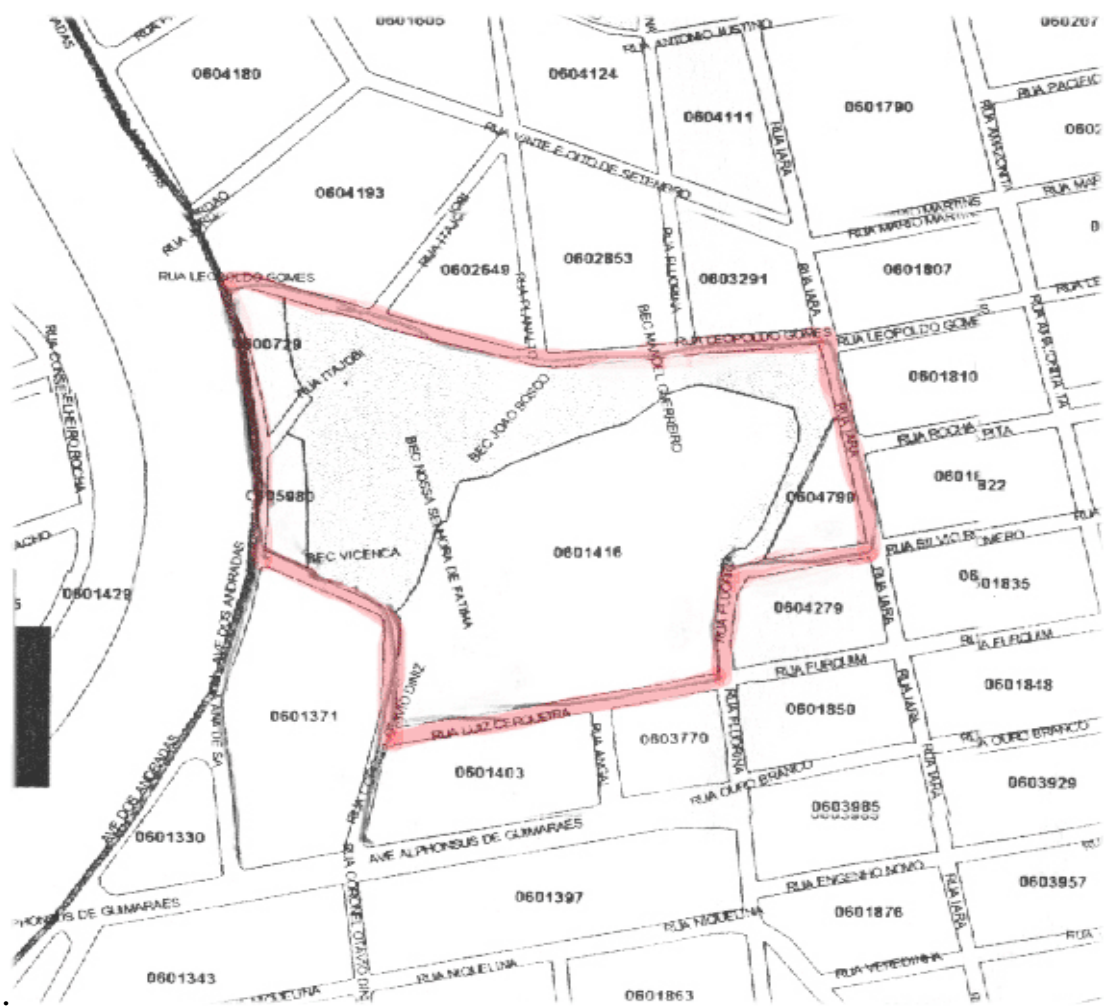


Ilustração 6: Vila São Rafael. A seta mostra a Rua Leopoldo Gomes. Adaptado para esta pesquisa. Fonte: PBH, Controle de Zoonoses, 1998.

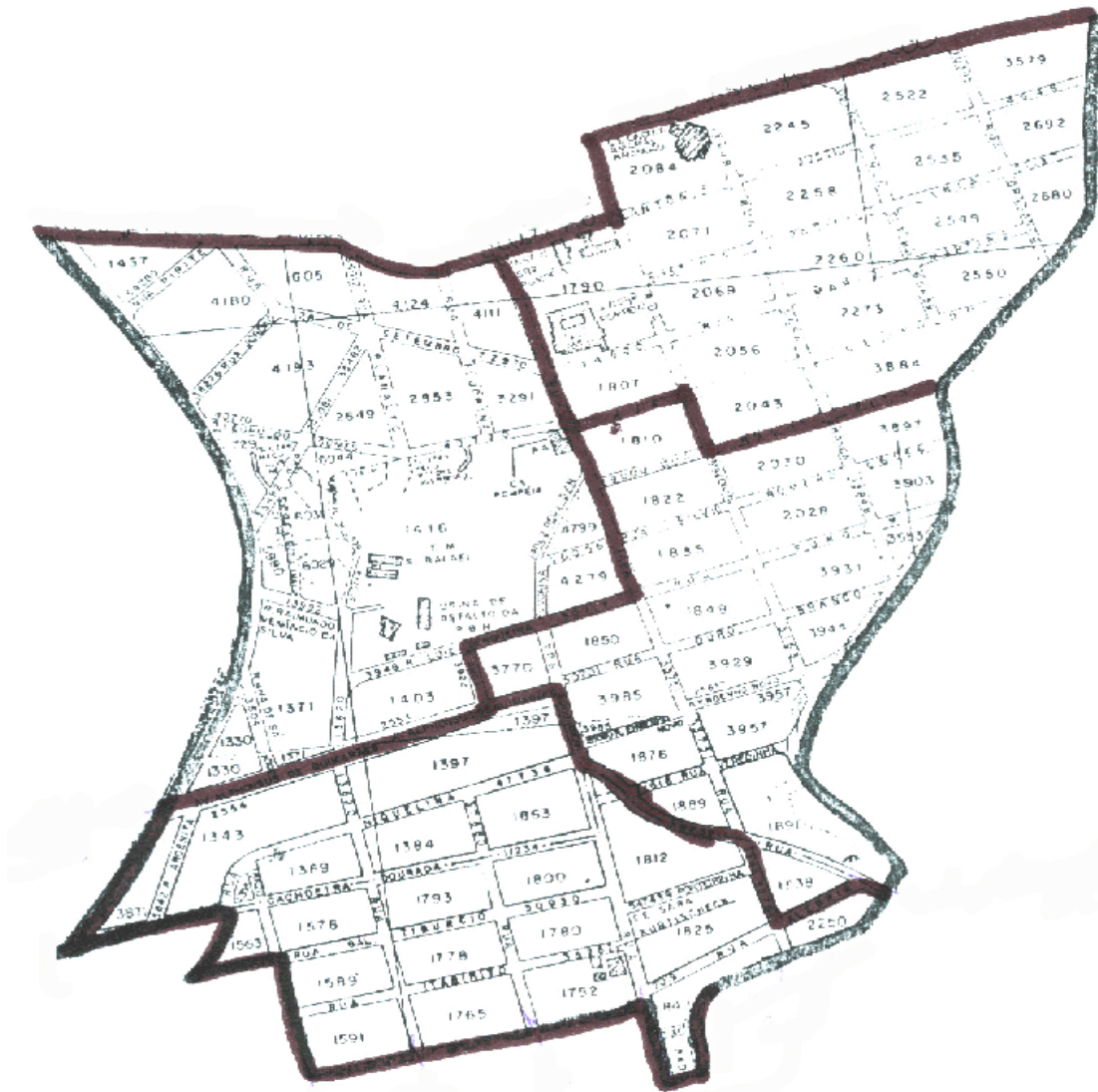


Ilustração 7: Bairro Pompéia, seta indica a Vila São Rafael. Fonte: PBH, Controle de Zoonoses,1998.

Partindo deste lugar esta pesquisa teve por objetivo conhecer a situação do jovem morador desta vila em relação ao mercado de trabalho formal. Poderia se pensar na situação de trabalho informal como sendo uma realidade mais próxima deste morador, tornou-se diferenciador conhecê-lo no mercado formal e, principalmente, nestes tempos em que tanto valor tem se dado ao fator educação, quando esta se torna comum no discurso político e projeto das diversas esferas dos governos. As perguntas para as quais se buscam respostas são: qual o acesso dos jovens de baixa renda a educação formal? Se conseguem êxito nesta etapa, qual a possibilidade de inserção no mercado de trabalho formal? Há quais empregos estes jovens têm acesso?

Neste momento delimitando tempo, espaço e objetivos a proposta é conhecer (um pouco) da realidade do jovem da Vila São Rafael no mercado de trabalho e a influência da escolaridade e de outras situações que possam colaborar (ou não) para tal inserção.

3.3. A inserção do jovem da Vila São Rafael no mercado de trabalho formal.

Pela análise das entrevistas realizadas com os jovens da Vila constatou-se a dificuldade de ocupar empregos onde tenham possibilidades de crescimento profissional – uma vez que estejam cursando ou tenham concluído o ensino médio (antigo 2º grau) – os empregos nos quais se inserem não oferecem tal possibilidade (Anexo 2). Ainda que eles estejam elevando a escolaridade, o mercado de trabalho não oferece empregos suficientes e de qualidade para atender a população jovem que ano após ano precisa entrar para o mesmo, a realidade para Pochmann (1998) é a não existência de empregos regulares para a população jovem.

No caso do mercado de trabalho mineiro, em torno de 162.000 jovens ingressam (ou tentam) anualmente; porém o número de empregos formais criados é reduzido, gerando déficit em torno de quase 98.000 empregos. Para Carvalho Neto e et al (2002) para que a taxa de desemprego não ampliasse, este déficit teria de ser suprido pelo emprego informal – também não está ocorrendo em proporções suficientes.

Fica evidente nesta situação a dificuldade para o jovem ingressar no mercado de trabalho, confirmando o que Fausto e Cervini (1992) mostram que a população jovem forma um excedente de mão-de-obra, os quais acabam por serem absorvidos no mercado informal ou em pequenas unidades de produção onde o nível de exigência é baixo. Estas ocupações que – anteriormente – absorviam trabalhadores com pouca ou nenhuma escolaridade, na atualidade são disputadas por aqueles com escolaridade mais elevada. Dupas (1999) confirma que há um número elevado de desempregados entre aqueles que pretendem ingressar no mercado de trabalho e um número significativo de jovens com escolaridade elevada sendo absorvidos em empregos precários; situação que não difere de Pochmann (1998) já que os postos de trabalho que não exigem qualificação elevada tem sido ocupados por jovens com escolaridade mais elevada, a frase de uma jovem retrata tal realidade:

“Na padaria que eu trabalho, todos os meninos que trabalham comigo no balcão tem 2º grau. Eu acho engraçado quando você imagina que alguém com 2º grau vai trabalhar em um balcão. Isto vai dando um desânimo de estudar, será que vale a pena estudar? Mas você tem que estudar.”

(Feminino, 21 anos, 2º grau completo)

Partindo desta realidade o fato de estar inserido no mercado de trabalho formal já faz uma grande diferença na vida dos jovens da Vila. Estar trabalhando com carteira assinada dentro de uma Vila representa uma conquista importante na vida destes jovens; o trabalho “fichado” (como eles dizem) é aquele considerado como emprego, fora isto é “bico” ou então a pessoa não trabalha:

“Minha irmã faz uns bicos de faxina. Só eu que estou trabalhando.”

(Masculino, 19 anos, 8ª série)

O emprego é visto por muitos jovens como o responsável por eles não “estarem em confusão”, aqui entendida como a entrada para o consumo e o tráfico de drogas; ao mesmo tempo se preocupam com os adolescentes (os irmãos, as crianças, outros mais novos que eles), pois acreditam que a ausência do emprego pode facilitar o acesso ao mundo da delinquência uma vez que o jovem busca ser independente. Esta independência gira em torno da oportunidade de usufruir os produtos que estão em propagandas na mídia, os quais estão no circuito da moda; garantindo um certo status para aqueles que os conquistam seja o boné, a calça, o tênis e, sem deixar de fazer jus à sociedade tecnológica, o celular é uma referência das conquistas. É notório os jovens estarem exibindo celulares, geralmente modelos mais caros. Zalar evidencia que a roupa enquanto objeto de consumo concede a oportunidade para o jovem “fugir à identificação de pobre” (1985:103); comparando à atualidade ter um celular diferente da maioria demarca uma separação para estes jovens trabalhadores da Vila.

A inserção no mundo do trabalho é entendida como crescimento pessoal, uma vez que se adquire novas responsabilidades. Dupas (1999) e Machado (2001) acreditam que a dificuldade de acesso ao mercado de trabalho pode elevar a violência social; os jovens acabam se tornando vulneráveis às situações de delinquência, onde o retorno financeiro é certo, bem como a possibilidade de fazer parte da sociedade de consumo. A OIT (2001) endossa este ponto sobre o desemprego juvenil contribuir para o aumento da violência em alguns países e, defende o combate ao que chama de “epidemia”. O desemprego juvenil pode contribuir para a apatia social, impedindo os jovens de se envolverem em causas políticas em prol da sociedade.

“Nessa Vila aqui tem muito menino à toa, não sei se é porque eles não têm vontade de procurar, correr atrás aí eles estão desviando para o mundo das drogas, porque é muito fácil vender droga e ganhar dinheiro. É muito fácil virar um traficante vendendo droga; todo mundo te conhecendo como vendedor ou usuário.”

(Masculino, 24 anos, 2º grau completo)

Neste ponto concordam Pochmann (1998), Dupas (1999) e Fausto e Cervini (1992), ou seja, o fato de o emprego não ser somente a renda, mas também a possibilidade para o indivíduo se integrar à comunidade e de sua formação pessoal:

“Comecei a trabalhar mais cedo, tive mais responsabilidades muito mais cedo. Aprendi a ser homem mais cedo, foi bom.”

(Masculino, 24 anos, parou na 5ª série)

“..necessidade de ter as coisas, já estava virando rapaz e como todo rapaz adolescente eu sentia necessidade de ter as coisas, eu queria comprar uma roupa, andar arrumado e meu pai não podia dar tudo”

(Masculino, 24 anos, 2º grau completo)

“.. a gente vai crescendo quer uma roupa, ser independente”

(Feminino, 21 anos, 2º grau completo)

“Eu queria me tornar uma pessoa independente, conhecer o mercado de trabalho que hoje está grande, competitivo. Para me tornar uma pessoa independente e saber como as coisas são.”

(Feminino, 17 anos, 3º ano do 2º grau)

Outra denominação comum para os empregos precários são os chamados “estágios”. Os jovens entrevistados na Vila São Rafael – os quais são contratados como Office-boys (e outros) estarão empregados até completar os 18 anos de idade - dos entrevistados 05 (cinco) jovens estão nesta situação - após isto estarão em busca de uma nova recolocação no mercado de trabalho. Resta a pergunta: o que de fato eles estão aprendendo na condição de estagiários, quais novas qualificações estão adquirindo para competirem na busca por este novo posto de trabalho?

Apesar disto eles trazem a esperança e o exemplo de alguns que foram “bem sucedidos” e acabaram sendo contratados. Estas ocupações por curto prazo se tornaram comuns no atual contexto econômico e social e, de acordo com Pochmann são empregos por curto prazo configurando a situação de “*desemprego recorrente*”, ou seja, “*refere-se à situação de jovens e mulheres que, na ausência de emprego estável, encontram, no máximo, uma ocupação temporária, parcial e provisória, sem sustentação, no longo prazo*” (2001:34).

Em relação aos estudos, os entrevistados nutrem o desejo de prosseguí-los, pois acreditam que este é o único caminho para uma vida melhor bem como a oportunidade de ajudar de maneira mais efetiva na manutenção ou melhoria das condições de vida familiar. Percebem a dificuldade para a entrada no mercado de trabalho mesmo para aqueles que tem estudo, muito embora saibam que a ausência do estudo torna, praticamente, inviável a entrada ou permanência; temem que se vierem a sair do emprego em que estão poderão encontrar maiores dificuldades na busca por outro; expressam isto de maneira clara e consciente e, às vezes algum parente é o exemplo da necessidade dos estudos:

“Eu quero completar os estudos para aprender um pouquinho a mais.(...) Olhando para o meu pai eu vejo que o estudo é bom, porque ele não estudou.(..) Se ele tivesse os estudo, acho que ele estava no emprego até hoje.”

(Masculino, 19 anos, 1º ano do 2º grau)

“Faz falta, porque para tudo agora eles pedem estudo. No caso se eu sair do emprego vai ser difícil, se for num escritório, empresa. É muito difícil porque eles pedem 2º grau completo.”

(Masculino, 18 anos, 1º grau completo)

“O estudo hoje é tudo, porque é a mesma coisa, não é o pilar que segura a casa? O estudo é o que te segura no mercado de trabalho, na sociedade. O estudo é o que te mantém, porque sem estudo como você vai viver, vai trabalhar aonde? Para mim é uma das coisas mais grandiosas. Vou fazer vestibular no meio do ano na Puc, para treinar.”

(Feminino, 17 anos, 3ºano do 2º grau)

“Se você não estudar não faz nada. Já trabalho na área da saúde, aí o programa de saúde que eu trabalho talvez tenha mais chance de emprego para mim, porque quando abrir concurso eu posso concorrer”

(Feminino, 21 anos, curso técnico em enfermagem)

Além disso, o estudo é visto como uma forma de status, de se ter respeito, de provar para os outros que é capaz de ir mais longe, de vencer;

“Às vezes a pessoa sem estudo tem gente que discrimina. Para mim impõe respeito a pessoa que está estudando, não está ‘vagabundando’. (..)Principalmente no bairro aí, o pessoal fala, está na rua, está ‘vagabundando’, não trabalha, não estuda, é vagabundo. Para provar o contrário, principalmente para as pessoas do bairro, a gente tem que dar uma força de si mesmo para passar por cima disso. ”

(Masculino, 23 anos, 8ª série em curso).

É interessante observar que nenhum dos jovens vivenciou um processo de seleção para serem contratados. A colocação no emprego é conquistada pela rede de amigos, conhecidos ou parentes que indicam a vaga.

Entre os jovens entrevistados aqueles que não estudam querem voltar aos estudos; uma vez que começam a perceber a pouca escolaridade como um fator dificultador para o crescimento profissional ou para a possibilidade de novas portas; alguns estão na iminência para voltar e outros já retornaram às salas de aula.

“Para falar a verdade eu estou querendo voltar a estudar, porque estudar é bom. A gente forma, arruma um serviço melhor, garantido.(..) Eu quero estudar porque quero melhorar. O meu serviço está me atrapalhando muito”.

(Masculino, 22 anos, parou na 7ª série).

“Quando uma pessoa liga você vai anotar recado, se anotar errado a pessoa não gosta. Aonde eu trabalho tem um salão de festas, então tem que anotar recado. Chega uma pessoa tem que conversar certinho. Na escola você aprende a conversar certo.”

(Feminino, 22 anos, 1º ciclo)

Todavia é interessante perceber que os 4 jovens entrevistados que estão no mercado informal de trabalho, na verdade estão na condição de precariedade (anexo 4) – uma vez que vivem de ‘bicos’; todos pararam de estudar endossando o fato de que estudar não garante um “emprego” mas a falta dos estudos pode dificultar ainda mais (Draibe, 2000). Mesmo porque a escola pode se tornar um dos fios condutores para o mercado de trabalho, uma vez que aumenta o número de pessoas conhecidas e as chances de um colega ou qualquer outra pessoa indicar uma vaga.

Porém, nenhum destes jovens relatou a saída da escola como uma necessidade de trabalhar ou a saída para trabalhar; embora ajudar no sustento da família seja uma prerrogativa de todos os jovens entrevistados isto não quer dizer que tenha de sair da escola. Parece que a saída da escola acontece por questões estruturais da mesma, tais como as dificuldades encontradas no processo ensino aprendizagem as quais geraram as constantes repetências e foram pouco a pouco alijando o jovem. Estas dificuldades podem ser psicopedagógicas, nutricionais e, às vezes, a ausência de alguém para cooperar nos exercícios escolares. A falta de dinheiro para comprar o material escolar também foi mencionada como uma das dificuldades para prosseguir os estudos;

“Parei porque eu não tinha condições de comprar livros, apostilas. Estudar sem material é muito difícil, ficar pegando emprestado do colega, eles fecham a cara e não gostam. Minha mãe não tinha condições de pagar livros de R\$30,00, então eu parei.”

(Feminino, 18 anos, parou no 1º ano do 2º grau)

“Parei porque estava achando dificuldades em algumas coisas. Estou pensando em voltar.”

(Masculino, 18 anos, parou na 7ª série)

“Não lembro, eu parei de ir. Voltei mas parei de novo.”

(Masculino, 20 anos, parou na 4ª série)

Aqui fica perceptível que o abandono dos estudos se dá antes dos 15 anos (Fausto e Cervini, 1992) situação confirmada na Secretaria Municipal de Assistência Social sendo que para esta o pico de exclusão da escola é entre 12 – 14 anos; neste caso o que é percebido é o padrão de aluno que a escola tem como o ideal e, muitas vezes o aluno de baixa renda, morador de uma favela não encaixa neste padrão. Às vezes a metodologia utilizada para o ensino não é adequada para tal público, sem entrar nos detalhes pedagógicos, os quais não são objetos deste estudo, a escola acaba por lançar para fora de seus portões uma série de pessoas com um rótulo de “incapazes”.

Embora distantes da escola, estes jovens almejam voltar a estudar, pois acreditam no aumento das possibilidades para entrar no mercado de trabalho e, além do mais a falta de estudos dificulta na aquisição de novos conhecimentos desta maneira encontram dificuldades para ler, escrever, fazer contas, informática entre outros:

“Estudar é bom, me arrependo de ter parado. Faz muita falta. Eu comecei um curso de computação ano passado, comecei a ter dificuldade com leitura, escrever, tive de parar.”

(Masculino, 18 anos, parou na 7ª série)

Verificou-se o retorno à escola como realidade, também na pesquisa nas regiões norte e nordeste (Montenegro e Almeida, 2002). Este retorno ocorre por pressão do próprio mercado de trabalho, o qual exige nível de escolaridade mais elevado.

Todavia um fato é constatado para esta população de jovens e pode ser percebida a desigualdade social no Brasil; entre aqueles que concluíram ou estão concluindo o ensino médio há aqueles que almejam prosseguir os estudos. Alguns sonham com a faculdade, todavia encontram barreiras expressadas pela falta de recursos financeiros para pagar um “bom cursinho”; além disto sentem a dificuldade para entrar em uma universidade pública, e em Belo

Horizonte entendida como a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) devido à concorrência e os horários das aulas e nas universidades privadas a ausência de recursos para pagá-las. Mesmo assim há aqueles que pretendem tentar o vestibular e depois tentarem algum tipo de bolsa.

“Estou tentando fazer pré-vestibular, é o segundo ano que tento. Mas como tenho que passar no pré-UFMG, as condições são melhores. Eu passei nas condições sócio-econômicas, mas não recebi a tempo de concluir minha matrícula. Hoje em dia estudar é a base de tudo.”

(Feminino, 22 anos, 2º grau completo)

“Quero ser juíza, se Deus quiser. Vou fazer vestibular na Puc no meio do ano para treinar. Direito”.

(Feminino, 17anos,3º ano do 2º grau)

“Tenho vontade de fazer um curso. Não sei. Mas se aparecer um concurso, uma coisa assim eu vou tentar”.

(Feminino, 21 anos, 2º grau completo)

“Quero fazer educação física, vou fazer cursinho mas agora está apertado”.

(Masculino, 22 anos, 2º grau completo)

Como todos os jovens entrevistados são advindos de escolas públicas acreditam que o ensino é insuficiente e deficitário para concorrer com outros alunos, seja por causa de greves constantes, ausência de recursos didáticos e a língua estrangeira. Na verdade verifica-se uma falha no sistema educacional público: o aluno conclui o ensino médio que lhe dá pouco conhecimento, nenhuma formação profissional e as vagas para as universidades públicas praticamente não sofrem aumento.

A LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) excluiu o ensino profissionalizante (nível médio, antigo 2º grau) das escolas públicas, sendo que este era tido como a possibilidade de inserção no mercado de trabalho para os jovens mais pobres, os quais não tinham perspectivas de ingressarem no ensino superior. No caso de Belo Horizonte, este ensino público restringiu-se ao COLTEC e CEFET (escolas federais) com alta competitividade para ingressar. Para os jovens da Vila o ensino de baixa qualidade da escola pública que frequentam se torna desmotivador no momento de competir com outros alunos, advindos de escolas com qualidade de ensino melhor. Além disso, alguns dos jovens da Vila não sabem da existência destas escolas e, aqueles que sabem, acreditam que será perda de dinheiro (gasto

com inscrição) uma vez que não vêem possibilidade de serem aprovados. Então, o jovem fica sem preparo para o mercado de trabalho e sem preparo para o vestibular.

Segundo a PBH, através da Secretaria Municipal de Educação (SME), há um esforço no sentido de procurar escolarizar aqueles jovens e adultos que estão acima dos 15 anos e com escolaridade em torno de 4 – 5 anos de estudo. A PBH constata que esta presença é maior nos bolsões de miséria da cidade. É importante ressaltar o fator idade ser “acima dos 15 anos” não é uma escolha aleatória mas devido a questão legal, uma vez que a LDB estabelece a idade de 7 (sete) anos para a matrícula inicial no chamado “ensino fundamental” o qual tem como caráter obrigatório 8 (oito) anos de estudo, portanto estende-se até aos 14 (quatorze) anos; sendo assim para aqueles que não o concluíram na “idade adequada” criou-se oportunidade para tal, tendo como objetivo que o aluno adquira *“determinadas competências e habilidades que nós julgamos suficiente para ser considerado o ensino fundamental”* (SME). Para a PBH, através da SME a questão educação é vista sob este ponto de vista:

“(...) a gente entende que isto é uma dívida social que o Estado brasileiro tem e a prefeitura, nos últimos anos, tem investido na expansão do atendimento a estes alunos. (...) E o recorte da LDB é acima de 15 anos para concluir o 1º grau e 18 anos para o ensino médio”.

(SME, Gerência de Coordenação Pedagógica)

No que diz respeito a preparação técnica do aluno para o mercado de trabalho, a SME não acredita que a escola deva ignorar o mercado mas também não tenha que se subordinar ao mesmo; acredita em uma educação que prepare o aluno para viver em uma sociedade desigual.

“Eu acho que a escola não pode ignorar o mercado, mas não deve subordinar a ele. Como o sistema não tem vagas para todos, então se diz: só quem tem 4ª série que pode, na medida em que as pessoas chegam aí é só quem tem o 1º grau e assim vai.(...)Claro que quanto maior a escolaridade você terá a oportunidade de ter uma ocupação. Mas é evidente que se todo mundo se escolarizar hoje, não tem vagas para todos no mercado.”

(SME,op.cit)

Este modo de ver a educação por um técnico da SME, reflete a separação entre educação e cidadania expressa por Saviani (1986); a educação tem sido entendida como meio para chegar ao mercado de trabalho e, como a população de baixa renda não é vista como o grupo “intelectual”, recebe educação de baixa qualidade. Talvez a escola seja o primeiro lugar

em que os jovens de baixa renda percebam a dicotomia social, marcando qual lugar ele ocupa no estrato social.

“(…) não é coincidência que a gente chegue no shopping e vamos encontrar várias mocinhas com determinado corpo, não é porque tem maior ou menor escolaridade. Uma senhora da periferia com 2º grau não arrumaria emprego no shopping, uma moça obesa ou negra também não”.

(SME, op.cit)

Para alguns autores, o principal papel da educação deve ser o de democratização da sociedade, na medida em que o acesso a uma educação de qualidade propicie uma melhor ocupação no mercado de trabalho e, através desta haja uma melhor distribuição de renda e torne possível a mobilidade social no país (Fausto e Cervini, 1992). Conquanto a mobilidade social e a melhoria da distribuição de renda não tem sido uma verdade no cenário econômico e social do país atual, ainda é uma realidade para a população de baixa renda; os jovens sonham em ter condições de oferecer uma vida melhor à família e a construir a sua própria família; na visão de Pochmann (1998) a fase do ingresso no mundo adulto se torna possível com a inserção do jovem no mercado de trabalho.

Embora todos os jovens entrevistados colaborem de alguma forma na manutenção da família seja, com o pagamento da conta de luz, água, gás ou a divisão de despesas de supermercado e outras que se fizerem necessárias, alguns são responsáveis por todo o sustento sendo o único membro da família que trabalha. Além disso, procuram fazer a despesa pessoal; todavia isto não os tem impedido de prosseguir os estudos, a maioria continua a estudar.

“Só eu trabalho, minha mãe vende latinha, garrafa, é mixaria, dá para comprar algumas coisas para comer. O único que trabalha lá sou eu.”

(Masculino, 17 anos, 5ª série, mora no abrigo)

“Está em torno só do que eu recebo, meu pai está desempregado, minha mãe ganha só R\$20,00(vinte reais) porque ela trabalha um dia.”

(Masculino, 19 anos, 1º ano do 2º grau)

“Metade do salário entrego para minha mãe e pago a conta de luz.”

(Masculino, 16 anos, 2º ano do 2º grau)

“Contribuo. Dou minha mãe dinheiro e se falta alguma coisa eu compro. O que eu posso, ajudo.”

(Feminino, 21 anos, 2º grau completo)

Ajudar em casa é um fator importante para o trabalho, mas nem sempre é a motivação principal, os entrevistados demonstraram a vontade de trabalhar como forma de se tornarem independentes, a isto Fausto e Cervini (1992) chamam de “desejo de autonomia”. Evidenciando a entrada para o mercado de trabalho como sendo a marca da transição do mundo adolescente para o mundo adulto, confirmando estudos da OIT (2001) e, os jovens são importantes agentes que podem desencadear mudanças uma vez que o sonho de muitos destes jovens entrevistados é poder fazer algo pela comunidade aonde moram, temem que os “mais jovens” sejam levados pelo ganho “fácil” do tráfico de drogas. Uma das jovens entrevistadas relata a sua vontade de “começar a trabalhar” para ser independente, porém o pai queria que os estudos fossem concluídos em primeiro lugar;

“Comecei a trabalhar com 18 anos por causa do meu pai, ele sempre foi muito rígido. O negócio dele era que a gente estudasse, só que a gente vai crescendo quer uma roupa, ser independente. (...) Trabalhava de manhã e estudava à noite.”

(Feminino, 21 anos, 2º grau completo)

Os jovens que vivem com ambos os pais e estes trabalham ou mesmo aqueles onde há o pai como principal provedor, começaram a trabalhar mais tarde, quando estavam no segundo grau ou após a conclusão deste, por volta dos 17 – 18 anos, também manifestaram claramente o sonho de serem independentes, de terem suas “coisas”. Embora o pai possa ser o principal portador da renda mais elevada da família, isto não impede que os filhos colaborem no orçamento doméstico.

“Não há nada específico, mas tem um valor que eu e minha irmã damos todo mês. A minha mãe e meu pai completam o resto.”

(Feminino, 22 anos, 2º grau completo)

Dos 17 jovens entrevistados, em 8 destes, a renda da família fica em torno de 4 SM podendo ser considerada acima do “limite da pobreza”; tal situação corrobora os estudos de Caliman (1998) no qual ele trabalha com o critério de até 3 SM (apud PNAD) para o segmento “baixa renda” e dados da URBEL indicam que a renda individual dos moradores de vilas e conjuntos populares de Belo Horizonte situa-se na faixa de 1 a 2 SM mas se comparada à renda familiar esta pode chegar até 5 SM. Portanto, quando diversas pessoas trabalham para compensar a baixa renda individual é surpreendente como tal situação impede de detectar o empobrecimento das famílias (Fausto e Cervini, 1992).

Outra realidade é daqueles que de fato precisaram abandonar os estudos para se tornarem os responsáveis pelo sustento da família ou incrementar a renda: na maioria das vezes

é o filho mais velho, a família não tem a presença do pai e a mãe não tem uma renda fixa; alguns destes retornaram a estudar tão logo a situação em casa se estabilizou, devido a entrada de outros membros da família no mercado de trabalho ajudando no aumento da renda; outros sentem a necessidade de voltar a estudar mas encontram as barreiras, ou porque o trabalho durante o dia é muito cansativo e à noite eles acabam dormindo em sala de aula ou por outras dificuldades como horário de trabalho e escola incompatíveis. Há dentro da Vila São Rafael várias facetas de uma única situação que é a entrada no mercado de trabalho,

“Necessidade em casa, era mais difícil na época(..) eu tive de parar os estudos. (..) aí tive de optar por esta parte, foi muito difícil, até hoje faz falta. Vou voltar a estudar.”

(Masculino, 24 anos, parou na 5ª série)

“Parei por causa do serviço. Porque chego muito cansado”.

(Masculino, 18 anos, 1º grau completo)

“Porque eu estava trabalhando e estudando; estava ficando muito cansado, chegava na sala de aula e dormia. O meu serviço é muito pesado; acabava cochilando na sala”.

(Masculino, 22 anos, parou na 7ª série)

O trabalho infantil continua a ser uma realidade dentro da Vila, e provavelmente seja o de tantas outras dentro de Belo Horizonte: vários dos jovens entrevistados começaram a trabalhar ainda crianças, na verdade em ocupações totalmente “informais” como carregar compras em supermercados, vigiar ou lavar carros; isto garantia o ganho de algum dinheiro que era levado para casa, tudo feito – segundo eles – para ajudar em casa:

“Comecei com 10 anos, carregava areia para o pessoal da Vila, fazia uns bicos, recebia o dinheiro e dava para casa. Comecei a trabalhar porque as coisas ficaram difíceis depois que minha mãe faleceu.”

(Masculino, 19 anos, 8ª série)

“Em casa de família comecei com 14 anos, mas na roça com 12 anos. Para ajudar os pais, no interior.”

(Feminino, 22 anos, 1º ciclo)

“Com 15 anos, porque minha mãe passava muita dificuldade, aí eu e meu outro irmão, que na época tinha 14 anos, começamos a trabalhar como ajudantes de capina para ajudar em casa”.

(Masculino, 22 anos, parou na 7ª série)

“Com 10 anos, eu andava catando latinha no Santa Tereza; eu e meu irmão íamos com minha mãe e minha avó. Catava latinha, ganhava umas coisas, aí depois comecei a ajudar no mercado distrital de Santa Tereza carregando compras.”

(Masculino, 18 anos, parou na 7ª série, informal)

Isto é aceito pela família, o que de certa forma endossa o trabalho infantil (Telles, 1992); na verdade este passa a ser visto como uma saída para situações de delinqüência, para não ficar com a “mente vazia”. Desta forma constata-se a presença de uma mão-de-obra invisível no mercado de trabalho brasileiro, de acordo com Gomes e Veiga (1996) é a infantil; pois na verdade se acredita que quanto mais cedo se começa a trabalhar mais responsabilidade se adquire, o problema é que nem sempre isto é percebido pelas famílias como uma situação que possa perpetuar as condições de pobreza; Azevedo et al (2000) e Fausto e Cervini (1992) chamam a atenção para esta mesma questão, isto é, a tendência é que os menores pobres hoje sejam os pobres do futuro, mantendo as mesmas condições nas quais estão vivendo atualmente.

O ganho de qualquer quantia em dinheiro pelas crianças parece esconder os problemas que podem perpetuar com o trabalho infantil ou, ainda, os problemas do não trabalho que garante o retorno financeiro. Por não trabalho pode-se entender o dinheiro conseguido com a mendicância; observou-se algumas das crianças da Vila São Rafael nos sinais de trânsito da Avenida dos Andradas pedindo dinheiro aos motoristas. Situação que se repete para meninos e meninas, para estas o agravante – talvez possa ser a venda do corpo, uma vez que colocam o corpo à mostra com o uso de shorts ou saias curtas e costumam dobrar a blusa para expor a barriga. Em um ambiente onde - algumas mulheres - se prostituem por R\$2,00 (dois reais), tal exposição não pode ser vista como uma simples brincadeira de criança.

O trabalho infantil é oferecido no mercado de trabalho na medida em que as famílias definem o papel de cada membro; assim crianças e adolescentes terão mais probabilidade de ingressarem no mercado de trabalho mais cedo em famílias chefiadas por mulheres, muito embora estas possam trabalhar o rendimento é menor do que o trabalhador masculino e estão mais vulneráveis em períodos de crises econômicas, também para os filhos primogênitos. Como em muitas famílias o pai é ausente, seja porque não é conhecido ou é uma figura ausente mesmo estando dentro de casa (não colabora nas despesas da casa), aliás, o pai é pouco mencionado nas entrevistas,

“Moro com minha mãe e 4 irmãos, meu pai mora no interior e não contribui”.

(Masculino, 17 anos, 5ª série)

“Meu pai trabalha, na maioria das vezes enrola para não dar dinheiro em casa”.

(Feminino, 18 anos, parou no 1º ano, informal)

Em momentos de crise financeira, onde as dificuldades aumentam para a família uma outra solução (além do trabalho dos filhos) pode ser a retirada de um dos membros para morar com um outro parente ou até mesmo com um conhecido; desta maneira a família consegue sua sobrevivência. (Fausto e Cervini, 1992);

“Eu tive de viajar para ficar com minha avó em Montes Claros”.

(Masculino, 17 anos, 5ª série)

“Moro na casa da minha namorada, com a mãe dela e o irmão”.

(Masculino, 22 anos, parou na 7ª série)

Embora do número de jovens entrevistados apenas 05 sejam mulheres, é interessante que elas acreditam estarem em uma posição diferente da maioria das mulheres dentro da Vila. Pochmann (1998) e OIT (2001) acreditam que a competição existente no mercado de trabalho aumenta a discriminação sobre as mulheres e os jovens; mesmo assim estas mulheres não parecem ter clareza quanto a existência desta discriminação;

“Não, hoje em dia até que eu não acho que tem muita diferença; eu estou achando que está meio igual. Porque a mulher progrediu demais no trabalho, não está tão difícil assim. Acho que está igual para os dois, as exigências são as mesmas.”

(Feminino, 21 anos, 2º grau completo)

“Serviço hoje está muito difícil, não só para as mulheres mas para os homens também...quando ela escolhe que não quer trabalhar em casa de família, faxina, passar roupa, aí é difícil. Uma mulher que trabalha em qualquer serviço não é difícil.”

(Feminino, 22 anos, 1º ciclo)

Partindo da realidade das dificuldades de inserção da mulher no mercado de trabalho e das discriminações às quais estão sujeitas, a condição destas jovens entrevistadas é considerada por elas diferentes das mulheres da Vila, as quais são vistas “como quem não quer trabalhar”, estão dependendo de alguém (nesse caso, um homem) que irá sustentá-las. A fala delas carrega o estereótipo das mulheres da Vila:

“Elas não querem trabalhar, a realidade é esta. Não querem trabalhar pra ter algo para elas. Querem é um cara que trabalhe, se ele trabalha pode me dar as coisas então vou namorar com ele, é assim que elas pensam. Estudar poucas querem. Quando eu estudei aqui na escola, da minha geração todas tem filhos. Sobrou eu e uma colega. Não estão casadas mas tem filhos.”

(Feminino, 21 anos, curso de técnico em enfermagem)

“Acho que mulher tem que ser independente. Minhas colegas diziam que iam casar com um homem rico e ele iria dar tudo. (..) Aqui é meio a meio, tem umas que procuram trabalhar, ter suas coisas. Tem outras que pensam em ficar dependentes da mãe, do pai, arrumar filho. Pelo que vejo a maioria não está preocupada com a questão do trabalho.”

(Feminino, 21 anos, 2º grau completo)

Apesar de “gênero” não ser objeto desta pesquisa; a questão da mulher não pode ser negada. O mercado de trabalho brasileiro é marcado pela desigualdade de gênero (Bruschini, 2000; Neves, 2000), o que pode ser norteador na busca por compreender o lugar das mulheres da Vila São Rafael no mercado de trabalho. Tendo como referência Bruschini (2000), para ela as mulheres desempenham suas funções precariamente, parcela significativa está nos serviços domésticos – ganhando menos que dois salários mínimos e sem registro em carteira de trabalho. Apontando na direção de que, embora as inovações tecnológicas são contínuas no mercado de trabalho, perdura - segundo Neves (2000) a divisão sexual do trabalho. As mulheres não são qualificadas para o trabalho; uma vez que sua principal experiência vincula-se ao trabalho doméstico, o qual não exige nenhuma educação formal. Pode-se inferir que, parcela significativa das mulheres da Vila estejam nestas ocupações informais precárias. Para estas, pobreza e baixa escolaridade e falta de qualificação profissional somam ao fato de serem mulheres.

É interessante compreender a situação das políticas públicas de emprego e geração de renda voltadas para a população de baixa renda, uma vez que a Prefeitura de Belo Horizonte através da Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS) desenvolve projetos no sentido de minimizar os problemas enfrentados pelos adolescentes em situação de risco social e pessoal na faixa etária entre 16 – 18 anos.

“ A partir dos 16 anos para o trabalho (...), no profissão futuro até 18 anos. Agora na qualificação é a partir dos 16 e não temos limite”.

(Gerência de preparação para inclusão produtiva, SMAS)

“... mas quando eles fazem 18 anos se desligam da AMAS, porque é um projeto sócio-educativo, não tem vínculo empregatício, nós perdemos o vínculo. Tenho notícia de gente que consegue inserção formal ou não, bem como dos casos de fins trágicos, mas é difícil saber de todos eles”.

(AMAS)

O público da SMAS é considerado aquele que está em situação de vulnerabilidade social classificada como “muito grave”, portanto não basta ser morador de uma vila ou favela mas é aquele adolescente que já cometeu um ato infracional, está em situação da falta de recursos, envolvido com o tráfico de drogas, dependente químico, adolescente com

trajetória de rua; portanto apenas o fato de ser morador de uma favela não é condição sine qua non para fazer parte destes projetos.

Sem negar a importância de tais projetos que atuam no sentido de tentar resgatar o jovem deste mundo de apartação, ou seja, quando se é expulso de gênero humano, é a figura daqueles que são considerados perigosos para a sociedade, a mesma que impossibilita sua participação por meios lícitos - podem ser representados pelos indigentes, vagabundos, delinqüentes, degenerados (Wanderley, 2000). É importante pensar em condições que impossibilitem que o jovem morador da favela tenha que chegar ao último estágio da vulnerabilidade social para ser assistido; investir na prevenção poderia se tornar de custo mais baixo para o município de Belo Horizonte.

Fato que marca todas as entrevistas realizadas com os jovens – tanto aqueles inseridos no mercado formal de trabalho, como os informais – em nenhum dos casos há alguém da família recebendo algum tipo de benefício governamental. Neste caso, a pesquisa informou-se sobre quaisquer benefícios, não somente os geridos pela PBH; com exceção de um dos jovens no mercado formal morador do abrigo municipal, em nenhum dos demais aparece algum benefício, nem anteriormente às entrevistas realizadas. A situação endossa o fator renda familiar; os benefícios são auferidos segundo o critério econômico e, na verdade, ao somar todos os rendimentos de cada membro a situação social destes fica acima dos critérios de pobreza.

A definição de pobreza precisa de ser dinâmica, de acordo com Oliveira e et al (2000) faz-se necessário entender as relações sociais, assistência social e políticas públicas as quais tais pessoas têm acesso (ou não) quando se define pobreza.

No critério assistência social, algumas das famílias destes jovens recebem algum benefício de terceiros (igrejas e famílias externas). Interessante observar que todos os jovens na condição de informais recebem “alguma ajuda”, entendida por eles como de suma importância, sem a qual não sabem como a família estaria sobrevivendo. Indicativo também, da cultura filantrópica e assistencialista da história brasileira (Castel, 1998).

“São Vicente de Paula, que nos dá um vale de R\$15,00 semanais para a gente pegar o que quiser. É importante, se não tivesse tido esta ajuda desde que nascemos, não estaríamos vivos. (...) na minha casa já passamos fome”.

(Feminino, 18 anos, parou no 1º ano do 2º grau)

Para a mesma jovem, o motivo de ter visto a família passando fome a levou a optar por trabalhar assim que a oportunidade surgiu, sem se incomodar com as circunstâncias,

ou seja, trabalha em restaurante sem carteira assinada e com renda abaixo do salário mínimo (Abranches, 1987). Para a OIT (2001) os mais pobres não “podem dar ao luxo de permanecerem desempregados”, esta situação os leva a ocupar qualquer emprego que surgir, ainda que não seja tão “bom” quanto gostariam;

“Por isto quando a mulher me disse é pegar ou largar, eu peguei na hora. Não quero passar por isto novamente”.

(idem)

Há um projeto recente sendo desenvolvido pela PBH, através da Gerência de Desenvolvimento Econômico (GEDE), chamado de “O jovem e o 1º emprego” (anexo 8), teve início em abril de 2002, está em fase de estruturação mais já atendendo jovens com o oferecimento de cursos profissionalizantes em parcerias com outras instituições. A faixa etária atendida é justamente de 16 – 24 anos (apesar de não negar a outros, mas a concentração é de jovens), segundo levantamentos da própria GEDE, os primeiros a serem atendidos são jovens moradores de áreas carentes da capital (vilas e favelas), desempregados e sem qualificação para entrar no mercado de trabalho. O objetivo é inserí-los no mercado formal de trabalho através de parcerias com empresas privadas, o ensino técnico oferecido busca ser de qualidade e de acordo com a necessidade do mercado.

Muito embora Pochmann (1998) defenda a idéia de que os jovens tem sido o principal foco de atenção das ações públicas, não é esta a percepção quando se coloca o jovem de baixa renda em estudo. Ainda que existam políticas no município de Belo Horizonte, estas se concentram “para adolescentes em situação de risco social e na faixa etária dos 16 – 18 anos”, há, portanto uma lacuna em se tratando da população jovem: a saída da escola para a entrada no mercado de trabalho é um caminho solitário para o jovem e este tende a ser mais difícil para os jovens de baixa renda; para isto contam com o apoio dos amigos, parentes e conhecidos.

Os programas desenvolvidos pela SMAS são direcionados para a qualificação profissional dos jovens a partir dos 16 anos, geralmente é um público com baixa escolaridade e precisa de uma metodologia específica a fim de aprender.

“A qualificação profissional, que a gente oferece nos Qualificarte, aonde a gente trabalha com uma metodologia que inclui a formação profissional específica como a ampla, geralmente a carga horária dos cursos são maiores e tem a vivência profissional. Esses adolescentes são encaminhados dos programas da gerência de proteção especial que tem na secretaria(...) porque este tipo de público não é absorvido no Sesc, Senai por causa da escolaridade; então a gente está trabalhando

em uma metodologia diferenciada, construída voltada para esta clientela”.

(Gerência de preparação inclusiva produtiva da PBH)

“Às vezes ele chega aqui na 7ª série, mas não sabe, na verdade ele não tem escolarização e, sim uma série que está cursando”.

(AMAS)

Em se tratando de programas desenvolvidos pelo poder público, um fator importante é que possa existir uma interlocução entre as diversas secretarias, pois é preciso uma rede na qual os usuários desses projetos possam ser atendidos. A falha desta interlocução expõe a dinâmica de atuação da PBH, comprometendo a chamada intersetorialidade do poder municipal que busca uma visão holística do cidadão em uma nova gestão da cidade (PBH,2002). Para estes casos, parece que há algumas parcerias sendo estabelecidas, mas ainda falta esta interlocução, os estudos realizados por órgãos da própria PBH, como o da URBEL, não são do conhecimento de outras secretarias (pelo menos daquelas que foram objeto de estudo nesta pesquisa):

“(...) isto inclusive é um dado que a gente percebe também no nosso público que a gente trabalha a questão da qualificação. E é um desejo nosso, mas ainda não conseguimos viabilizar junto com a secretaria de educação um programa para aumentar a escolaridade desta população, então nós não temos nenhuma interface com a educação neste sentido. (...) A gente está buscando a parceria com a GEDE para ver se a gente faz algum trabalho com as empresas para que possam inserir esta pessoa independente da questão da escolaridade em alguns casos.”

(Gerência de inclusão produtiva)

Ao apresentar os dados Urbel sobre o percentual de quase 35% de jovens na faixa etária dos 14 – 18 anos fora da escola, moradores das ZEIS, o desconhecimento é notório como indicam as falas dos entrevistados:

“Olha, eu não tinha conhecimento desses dados em termos do que você coloca, acho que seria interessante a gente se debruçar sobre eles. Mas a gente sabe que há um déficit muito grande de oferta para o ensino médio”.

(SME)

“Não tenho conhecimento. Olha, no caso do público da assistência, o conselho municipal da assistência social tem articulado com as unidades de ensino particulares para absorverem este público em cursos oferecidos nestas unidades de ensino”.

(Gerência de inclusão produtiva)

Há uma lacuna entre a qualificação e a entrada para o mercado, pois falta o fator escolaridade; a SME reconhece o déficit, porém por questões legais (LDB, Lei do Fundef, Responsabilidade fiscal) e por questões orçamentárias o município não consegue lidar com a carência da educação sozinho. Na ausência do poder público, o setor privado acaba por preencher esta lacuna, contudo não faça isto gratuitamente. Através de parcerias e com o objetivo de receber o certificado de filantropia, as entidades privadas criam programas para atender na área de assistência social. Têm-se assim, diversos colégios particulares dentro do município de Belo Horizonte, oferecendo cursos noturnos para os adolescentes (atendidos pela SMAS) terem acesso à escola; o poder público isenta estas instituições de alguns impostos e, estas por sua vez fazem o que é “dever do Estado” (aqui considerado como qualquer esfera dos governos: municipal, estadual e federal);

“(..) como eu falei a gente atende 17940 alunos aqui na cidade no ensino médio. Só que a gente percebe que a demanda é muito maior. (..) A Lei do Fundef que só financia a educação de 7 – 14 anos passou disto a prefeitura - fora dos 25% - tem que fazer um investimento.(..) a gente entende que deve ter uma legislação que tenha um fundo não para o ensino fundamental mas para a educação básica, abrangendo todos os níveis: da educação infantil ao ensino médio.”

(Gerência de coordenação de política pedagógica da SME)

“Olha no caso do público da assistência, o conselho municipal da assistência social tem articulado com as unidades de ensino particulares para absorverem este público em cursos que são oferecidos dentro das unidades de ensino, geralmente à noite. (...) vão até o conselho para solicitar o certificado de filantropia, existe uma lei que para recebê-lo, tem que destinar 20% da renda bruta para projetos e programas na área de assistência social.”

(Gerência de inclusão produtiva da SMAS)

Em parte, para Pereira (2001) a insuficiência do sistema formal de educação brasileira acaba sendo compensada por outros sistemas de ensino. Ainda que tenha havido melhora quantitativa da escolaridade – o censo 2000 (IBGE, 2002) indica a taxa de alfabetização para Belo Horizonte de 95,7%, porém não há dados que expressam se houve melhora qualitativa. A referência de um técnico da AMAS aponta para a deficiência na qualidade do ensino;

“Às vezes ele chega aqui na 7ª série, mas não sabe. Na verdade ele não tem escolarização e, sim uma série que está cursando. Mal sabe escrever, não sabe ler”.

(AMAS)

Na visão do líder comunitário da Vila São Rafael o modelo da Escola Plural, adotado pela PBH compromete os estudos:

“Esta escola plural tem desanimado muito os meninos ou incentivado eles a não aprender nada. Eles já estão desmotivados, acabou com o estudo. Já vai passar mesmo, então eles não vão à aula. E tem os que vão com o incentivo do bolsa-escola, se tirar, piora mais ainda.”

(líder comunitário)

Do outro lado, a SME defende a Escola Plural e, acredita na falta de compreensão por parte dos professores e dos alunos em relação à mesma;

“A proposta da Escola Plural foi destituir os ciclos de formação, cada ciclo de três anos, seguindo a lógica das faixas etárias. Quando foi dito que o aluno, na Escola Plural, não seria mais reprovado, uma série de profissionais da educação e da comunidade entenderam que não precisava ter mais conhecimento, seria aprovação automática. (...) A idéia é discutir no interior da escola, com a comunidade, com os pais, com os alunos. Entendemos que estamos em uma fase de transição de uma cultura que é altamente excludente para uma cultura inclusiva; que a gente não faz por decreto, por uma boa proposta escrita, mas no dia-a-dia problematizando com os professores.”

(Gerência de coordenação de política pedagógica da SME)

A dificuldade para o jovem entrar no mercado de trabalho sempre existiu, mas ela aumenta – de acordo com Souto (2000) para jovens de baixa renda; visto desta forma é importante que o município desenvolva projetos para tentar a colocação deste jovem no mercado de trabalho. Constatando o estudo de Caliman (1998), há falta de dados sobre os jovens do município de Belo Horizonte e, ainda falta a interlocução dentro da PBH afim de que os dados existentes sejam articulados e os projetos elaborados pela própria não tenham uma visão unilateral da situação. Embora, ao concluir esta dissertação, seja gratificante perceber novos trabalhos sobre a situação dos jovens de baixa renda de Belo Horizonte sendo realizados (Montenegro e Almeida, 2002).

Os jovens entrevistados, em sua maioria reconhecem, as dificuldades para inserir no mercado de trabalho. Manifestam a preocupação de que se saírem do emprego em que estão, terão mais dificuldades para conseguir outros; apesar de estarem estudando, percebem que não basta ter o “2º grau”, é preciso uma série de pré-requisitos, a informática é o mais perceptível e a experiência é outro fator exigido. Encontram dificuldade para fazer um curso devido ao custo dos mesmos, alguns participaram de cursos oferecidos por Ongs (através de parcerias com PBH), mas acham que eles são incipientes e não oferecem um aprendizado real.

“Eles pedem experiência em carteira, além do curso, a experiência, eu acho que o mercado de trabalho está muito difícil”.

(Feminino, 21 anos, 2º grau completo)

“Dependendo do seu desempenho você ganhava um curso profissionalizante (participação no Toriba), fiz curso de recepcionista de hotel. (...) Nenhum aproveitamento, até hoje para nada. Era um curso teórico. Eu ganhei certificado. Teve estágio, mas tinha que ter um aproveitamento de 90%, meu foi de 85% e não pude fazer o estágio.”

(Feminino, 21 anos, 2º grau completo)

“Fazer curso de computador, acho que vou precisar”.

(Masculino, 23 anos, 8ª série)

Tais cursos oferecidos aos jovens com o título de qualificação profissional reflete o desperdício com o dinheiro público (repassado às ONGs pelas diversas esferas públicas) e mal aproveitado; às vezes os jovens ficam com vários certificados e nenhuma chance real de entrada no mercado de trabalho. No caso do recurso federal vindo do FAT, a própria SMAS evidencia o ponto fraco;

“Acho que o FAT não qualifica as pessoas da forma que deveria qualificar. Muito rápido, muito recurso que se joga fora, acho que poderia aproveitar estes recursos de forma diferentes. É uma crítica que a gente tem feito junto a comissão municipal de emprego, para mudar a dinâmica de qualificação do FAT e voltar mais a qualificação para o jovem, sei lá um percentual deste recurso ser destinado a qualificação do jovem. Não tem isto, é aberto ao trabalhador de um modo geral. Ai eu acho que o jovem fica prejudicado na medida em que você não tem reserva de vagas, você não tem um programa direcionado para ele.”

(Gerência de inclusão produtiva da SMAS)

Para Souto (2000) o ingresso do jovem de baixa renda no mercado de trabalho não é tarefa fácil; em seus estudos ela percebe que o próprio lugar de moradia pode ser um complicador. Nas entrevistas dos jovens da Vila São Rafael é interessante observar que – dos 17 entrevistados – apenas 02 (dois) reconhecem o lugar de moradia como sendo “uma vila”, todos os demais dizem serem moradores do bairro Pompéia (na verdade o local onde a vila se insere, ainda que ela tenha associação comunitária independente e não participe das atividades do mesmo); o que nos leva a pensar que dizer que se é morador de uma favela pode desencadear uma série de preconceitos.

Na medida em que há o acirramento da competição no mercado de trabalho as dificuldades se tornam mais visíveis para uma parcela da população, assim jovens e mulheres

são mais vulneráveis para entrar e podem ser os primeiros a serem demitidos. (Pochmann, 1998). No caso dos jovens a falta de experiência, baixa escolaridade e se acrescentar mais uma variável – como a pobreza, manifestada pelo local de moradia, escola de baixa qualidade e outros – as dificuldades de acesso ao mercado de trabalho aumentam. Sendo necessários programas e projetos articulados para compreender esta população e, de fato possibilitar a trajetória do mundo adolescente para o mundo adulto.

Uma vez que estes jovens e suas famílias não têm acesso aos benefícios públicos vinculados à renda ou à vulnerabilidade social; é preciso possibilitar programas educacionais que visem à formação e a qualificação profissional com qualidade, nos quais os jovens – ao concluir um determinado curso – possa de fato ter possibilidade de inserção no mercado de trabalho ou chance de competir com outros em igualdade de posição.

Os programas educacionais precisam estar vinculados às agências de emprego e de fomentação de empréstimos no sentido de viabilizar condições para os jovens se inserirem no mercado de trabalho formal e, ainda que esta via se faça pelo informal que possam ter orientações adequadas, caso a decisão seja por um trabalho por conta própria (OIT, 2001; Fortuny, 2001).

Em nível macro, também é preciso incluir o primeiro emprego como item dos programas governamentais e utilizar melhor os recursos como o FAT. Ampliar aqueles projetos que buscam atender aos jovens de modo geral, a idéia de esperar à entrada na criminalidade para começar a criar condições para a inserção deste jovem é corretiva. É de suma importância que a cidade busque soluções preventivas, em última instância, podem ser menos dispendiosas do que as corretivas.

Fortuny (2001) defende a idéia de soluções conjuntas entre governos, sociedade civil, empresários e ONGs planejando e executando políticas de emprego para a população jovem, principalmente para os mais pobres, que muitas vezes estão sendo excluídos da sociedade.

CONCLUSÃO

Tarefa impossível seria negar as intempéries econômicas e sociais do Brasil. A história define a desigualdade crescente e, atualmente, a exclusão não é mera retórica, mas realidade para um número expressivo de brasileiros.

A pobreza gerada pela desigualdade social desembocou no caminho da exclusão social. De todo jeito, a marca é a falta, a necessidade, a carência. Falta esta que cria a idéia do não cidadão, incapaz de lutar pelos seus direitos; apático diante da miséria. Apatia que leva à dependência filantrópica, assistencialista e caridosa.

Na ausência ou na presença discreta do poder público, através de políticas públicas atuantes para mudar a situação social, a pobreza torna-se meio para a conquista de alguns bens, favores de políticos que nada mais fazem além de distribuí-los em troca de votos.

Situação social que atinge os jovens de baixa renda, muitas vezes impossibilitando-os de visualizarem um futuro promissor através do trabalho. O crime torna-se a chave para abrir as portas deste futuro, para entrar na sociedade de consumo, que tanto faz para criar o desejo do consumo, mas pouco acesso permite.

Os jovens da Vila São Rafael estão em busca de um futuro no qual eles possam trabalhar e melhorar a condição de vida para si e para sua família. Querem construir sua própria família.

Buscam melhores condições para inserirem no mercado de trabalho, mas os empregos nos quais se inserem não oferecem tais condições. Além disso, faltam condições financeiras para continuarem os estudos, seja através da educação formal, seja através de cursos que venham a qualificá-los.

Chama a atenção o fato de as políticas públicas que visam atender aos jovens de baixa renda atuarem, preferencialmente, como corretivas, pois elas se voltam para os jovens em situação de risco social. De fato, a sociedade exclui alguns de seu meio, restando aos jovens de baixa renda o caminho do crime como forma de serem vistos pelo poder público. Não há políticas voltadas para os jovens se desenvolverem enquanto cidadãos, a escola é deficitária e a qualidade de ensino questionável. Para estes jovens não basta ter o sonho de continuar os estudos, pois faltam escolas de ensino médio, faltam vagas – principalmente no turno da noite.

A linha invisível imposta pela sociedade permite que cheguem à conclusão do ensino fundamental; a partir daí o esforço é individual. Vivem em um mercado globalizado, em que cada um deve se tornar empregável – portanto é o que estão tentando fazer, através de cursos oferecidos por ONGs ou mesmo pelo poder público municipal. Cursos que pouco oferecem no sentido de um aprendizado de fato, que possibilite competir no mercado de trabalho.

Diante destas circunstâncias, a indiferença em relação à participação política em projetos que possam servir a toda comunidade pode ser uma forma de protesto. Afinal, qual a motivação para se envolverem em uma sociedade que os impossibilita de terem expectativa de futuro.

As dificuldades encontradas para os jovens se inserirem no mercado de trabalho é uma realidade não só no Brasil, bem como em diversos países do mundo. Como demonstrado no capítulo 1, este percurso nunca foi dos mais fáceis, todavia em um mundo globalizado, com inovações tecnológicas constantes e o número de empregos tendendo a diminuir, a passagem do mundo adolescente para o mundo adulto tem-se tornado mais complexa. De fato, quando se aliam às questões estruturais do próprio mercado com baixa escolaridade, falta de qualificação e pobreza, a inserção é mais complexa. Para os jovens mais

pobres se torna uma luta diária e necessária entrar para o mercado de trabalho, uma vez que não podem prolongar o tempo com estudos, pois necessitam de trabalhar para ajudar no sustento da família.

A pobreza, como mostrada no capítulo 2, não pode ser auferida – apenas – pelo critério da renda; é preciso compreender a rede social da qual as pessoas fazem parte ou não. Tendo em vista o critério financeiro familiar, a pobreza ganha novos contornos, pois mascara a falta de uma rede de assistência social, de políticas públicas e das relações sociais. Esta pobreza mascarada tornou-se evidente na Vila São Rafael, a renda das famílias pode ser vista como bem acima dos limites da pobreza, porém elas não deixaram de ser pobres. A falta, a carência está presente e, como os vínculos são inexistentes ou tênues, qualquer membro da família que perder o emprego compromete a dinâmica familiar. A preocupação de perder o emprego é real, mesmo porque os empregos destes jovens, em sua maioria, não permite nenhuma ascensão profissional ou novas qualificações, são empregos de baixa qualificação.

Outra situação comum para os jovens é que a inserção profissional não se faz por processos de seleção, mas por indicação de parentes ou amigos. Na falta de uma rede extensa de relações sociais, a inserção no mercado de trabalho também fica comprometida.

A pobreza apresenta situações como o trabalho infantil. Embora combatido e em queda após a entrada em vigor do ECA (1990), continua a ser realidade para a maioria dos jovens durante a infância. Paralelo ao trabalho precário das crianças, há a exploração da própria situação de pobreza expressa pela mendicância; comum em sinais de trânsito da cidade e fator que pode tornar acessível a exploração sexual das crianças.

O trabalho infantil para estas famílias é uma das alternativas para minimizar os efeitos da pobreza, o dinheiro conseguido pela criança serve como ajuda e, além do mais, acredita-se que trabalhando diminuem-se as chances da criança ser alcançada pelo tráfico de drogas e pela marginalidade. Os trabalhos são precários e, ao contrário do que se imagina, tendem a perpetuar a pobreza; o ganho do dinheiro afasta a criança da escola e, mesmo que a escolaridade per si não garanta emprego, quanto menor o nível de escolaridade, maiores as dificuldades no mercado de trabalho.

O abandono escolar se torna uma realidade antes mesmo da conclusão do ensino fundamental. Todavia o abandono da escola não é responsabilidade somente da situação de pobreza das famílias; aquela exclui as crianças e adolescentes de suas portas. Na verdade, a escola parece ter um modelo de aluno ideal, o qual não é equivalente àqueles mais pobres. Seu

maior contraste – principalmente da escola pública – é exigir do aluno material escolar que eles não têm como comprar. A luta de quem vive a situação de pobreza é lutar por sua sobrevivência, sendo assim, comprar livros para o filho estudar foge das condições financeiras das famílias.

Mesmo com todas as dificuldades, os jovens na atualidade têm percebido a importância dos estudos como referencial no mercado de trabalho. Permanecer na escola tem sido um diferencial de muitos deles. Alguns dos jovens que abandonaram os estudos, voltam à escola por perceberem a exigência no mercado de trabalho e as dificuldades que o pouco estudo traz até mesmo na conquista de novos conhecimentos.

A maioria dos jovens percebe a necessidade de se aperfeiçoarem através de novos cursos e, sem dúvida, acreditam que a informática é necessária. Alguns daqueles que concluíram o ensino médio sonham em prosseguir os estudos, mas tal situação é dificultada pela condição financeira. Não é uma escolha tão simples de ser feita, pois ao escolher manter os estudos, a renda familiar fica comprometida; então apesar de ter clareza das exigências do mercado de trabalho não podem submeter-se às mesmas.

Esta lacuna, portanto, deveria ser preenchida pelo poder público através de cursos oferecidos para estes jovens. O problema de tais cursos é o desperdício do dinheiro público, pois muitas vezes são cursos rápidos, não refletem a real necessidade do jovem e nem do mercado de trabalho. Os jovens recebem o certificado de conclusão do curso, mas não estão aptos para exercerem aquilo que aprenderam; falta estágio, encaminhamento para o mercado de trabalho e tempo adequado para o curso.

É preciso criar condições para a inserção dos jovens no mercado de trabalho através de políticas públicas que articulem diversos projetos. Não adianta gastar grandes somas de recursos financeiros com projetos para jovens se estes recursos forem mal gastos. É preciso entender a dinâmica da população de baixa renda – moradores da Vila – para construir projetos dentro de sua realidade social, uma vez que dentro da Vila São Rafael há diversas situações que mascaram a condição de pobreza.

Faz-se necessário compreender a dinâmica dos jovens, pois para aqueles que estão inseridos no mercado de trabalho há necessidade de qualificação profissional e novos cursos. Para aqueles que estão fora do mercado de trabalho, é preciso oportunidade para se inserir no mesmo, através da intermediação de mão-de-obra ou preparo para conquistarem a renda própria.

A longo prazo, faz-se necessário evitar que as crianças e adolescentes abandonem a escola. Mais que isso, é preciso um ensino de qualidade que permita a estes jovens desenvolverem habilidades e que a escola se torne um lugar inclusivo e não exclusivo.

Abstract

This research deals with the insertion of the young of the Village São Rafael in the market of formal work, this Village is a devoid region of the city of Belo Horizonte. The insertion in the market of work of these young ones if makes for precarious job, low the escolaridade and the lack of aiming of public politics for this segment of the population cooperates for making it difficult the trajectory of the adolescent world to the adult world.

The young has perceived the importance of the escolaridade in the work market, however the familiar financial difficulties are one empecilho to continue with the studies. The

work, this, either formal or informal it if becomes survival necessity. Moreover, it has difficulty in obtaining a vacant in public education (mainly average education). Exactly that the studies assume importance in the life of these young, the financial difficulties are a barrier to continue, in some cases perceive an effort in the direction not to abandon them.

Many of the young, inhabitants of this Village, who had to abandon the studies to work and to collaborate in the sustenance of the family; currently they feel the necessity to come back because of the requirements of the work market. They fear that the lack of studies or other causes can takes off them of the market.

When the criterion of the poverty is measured by the familiar income, the poverty is masked; therefore the families – of these young – pass far of the “line of the poverty”. What she seems to be mere economic question, she hinders such young to participate of the programs of the city hall of Belo Horizonte that act in the combat to the poverty, throught the professional qualification for the generation of job and income.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRANCHES, Sérgio Henrique. (1985) *Os despossuídos. Crescimento e pobreza no país do milagre*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

_____. (1987) “Política social e combate à pobreza. A teoria da prática”, *In: S.H.Abranches, W.G.Santos e M.A. Coimbra (orgs), Política social e combate à pobreza*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.

- ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti (1993) “Pobreza e mobilidade social”. In: J.P.R.Velloso; R.C.Albuquerque (orgs). *Pobreza e mobilidade social*. São Paulo: Nobel.
- AZEREDO, Beatriz. (1998) *Políticas públicas de emprego: a experiência brasileira*. Coleção. Teses e Pesquisas, v.1. Associação Brasileira de Estudos do Trabalho (ABET). São Paulo.
- AZÊVEDO, Sérgio G. de; MENEZES, Wilson Ferreira e FERNANDES, Claudia Monteiro. (2000) *Fora de lugar. Crianças e adolescentes no mercado de trabalho*. Coleção Teses e Pesquisas, v. 2. Associação Brasileira de Estudos do Trabalho (ABET). Bahia.
- BALTAR, Paulo Eduardo de Andrade; DEDECCA, Cláudio Salvadori e HENRIQUE, Wilnês.(1996) “Mercado de trabalho e exclusão social no Brasil”. In:C.A.B.Oliveira; J.E.L.Matoso e J.E.L.Mattoso (orgs), *Crise e trabalho no Brasil: Modernidade ou volta ao passado?* São Paulo: Scritta.
- BANCO MUNDIAL (1990), “*Relatório sobre o desenvolvimento*”, Fundação Getúlio Vargas.
- BARBOSA, Alexandre F. e MORETTO, Amilton (1998), *Políticas de emprego e proteção social*”. São Paulo, ABET.
- BARROS, Alexandre Rands, ANDRADE, Sandra Correia e PERELLI, Roberto Accioly (2002), *A eficiência do Plano Nacional de Qualificação Profissional como instrumento de combate à pobreza no Brasil: os casos de Pernambuco e Mato Grosso*. Ministério do trabalho e do emprego (disponível em <<http://www.mte.gov.br>>), acesso em out/2002. Impresso.
- BARROS, Vanessa Andrade de (2001), “ Trabalho, exclusão e psicologia”. *Jornal do Psicólogo*, 71:5.
- BELFIORE-WANDERLEY, Mariângela (1999) “Refletindo sobre a noção de exclusão”. In: B.Sawaia, *As artimanhas da exclusão social. Análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Petrópolis:Vozes.
- BLASS, Leila Maria da Silva. (1998) “Trabalho e suas metamorfoses”. In:L.Dowbor, I. Octávio e P.E.A.Resende. *Desafios da globalização*. Petrópolis: Editora Vozes.
- BRASIL.(1999) *Constituição da República Federativa do Brasil*. (Coleção Saraiva de Legislação). São Paulo: Ed.Saraiva. 22ª edição atualizada e ampliada.
- _____ (1990) *Estatuto da criança e do adolescente*. (Série Legislação Brasileira). São Paulo: Ed. Saraiva.

- BRUSCHINI, Cristina (2000), “Gênero e trabalho no Brasil: novas conquistas ou persistência da discriminação?”, In: M.I.B.Rocha (org), *Trabalho e gênero. Mudanças, permanências e desafios*, São Paulo, ABEP, NEPO/UNICAMP, CEDEPLAR/UFMG e ED.34.
- CALIMAN, Geraldo. (1998) *Desafios, riscos, desvios Adolescentes trabalhadores em Belo Horizonte*.Brasília:Ed.Universa.
- CANO, W. (1994)”Industrialização,crise,ajuste e reestruturação: algumas questões sobre o emprego e suas repercursões sobre a distribuição de renda”.In: J.E.LMattoso;J.F.S.Neto;C.A.Oliveira e M.A.Oliveira, *O mundo do trabalho: crise e mudança no final do século*,São Paulo, Scritta.Mtb/PNUD/Cesit – Unicamp.
- CARVALHO NETO, Antônio; NEVES, Magda de Almeida e OLIVEIRA, André Mourthé de (2002). “Políticas públicas na área de trabalho: desafios e oportunidades para o Estado de Minas Gerais”. *BDMG*,
- CASTEL,Robert (1998), *As metamorfoses da questão social*. Petrópolis: Vozes.
- CASTELLS, Manuel (1999), *A sociedade em rede*. Volume 1. São Paulo: Paz e Terra.
- CHIZZOTI, Antonio (2001), *Pesquisa em ciências humanas e sociais*. São Paulo:Cortez.
- CODO, W.;SAMPAIO,J.J.C. e HITOMI,A.H. (1998) *Indivíduo, trabalho e sofrimento:Uma abordagem interdisciplinar*. 3ª ed. Petrópolis: Editora Vozes.
- CORRÊA, Izabela M.;SILVA, Felipe A.R. e ARAÚJO, Wagner F.G. (2002), “ Aspectos institucionais do processo da reforma descentralizadora na gestão pública do município de Belo Horizonte: intersetorialidade e territorialidade”. *Pensar BH. Política social*, 5:8 -17.
- CORRÊA, Maria L. e PIMENTA, Solange M. (2000), “Formação profissional e participação: estratégias de controle político no contexto da reestruturação produtiva” *Trabalho e educação*. nº 6: 72 – 91.
- COSENDEY, Elvira M.V. de Melo. (2002) “O trabalho infanto-juvenil: características e malefícios, In: M.E.Marques; M.A.Neves e A.Carvalho Neto (orgs), *Trabalho infantil: a infância roubada*, Belo Horizonte,PUC/IRT-DRT.
- DaMATTA, Roberto da (1979). *Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- DELGADO,Ignácio Godinho (2001). *Previdência social e mercado no Brasil. A presença empresarial na trajetória da política social brasileira*. São Paulo: Ed LTR.
- DIEESE (2001) “Políticas públicas de emprego e de proteção ao desempregado”. In: Dieese, *A situação do trabalho no Brasil*. Belo Horizonte.

- DOWBOR, Ladislau (1998), “Globalização e tendências institucionais”, In: L.Dowbor; O.Ianni e P.E.A. Resende (orgs), *Desafios da globalização*. Petrópolis: Vozes.
- DRAIBE, Sônia M.(1990) “As políticas sociais brasileiras: diagnósticos e perspectivas”. In: IPEA/IPLAN *Para a década de 90. prioridades e perspectivas de políticas públicas*. Brasília: IPEA/IPLAN.
- _____ (2000) “As políticas sociais nos anos 1990”. In:R.Baumann (org) *Brasil:Uma década em transição*.Cepal, Ed.Campos.
- DUPAS, Gilberto (1999) *Economia global e exclusão social*. São Paulo: Ed. Paz e Terra.
- ESCOREL, Sarah. (1999) *Vidas ao léu: trajetórias de exclusão social*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz.
- FAUSTO,Ayrton e CERVINI,Ruben (org) (1992) *O trabalho e a rua.Crianças e adolescentes no Brasil urbano dos anos 80*.São Paulo:UNICEF/FLACSO..
- FIOD, Edna Garcia Maciel. (1999) “Politecnicia: a educação do molusco que vira homem”. In: B. W. Aued (org). *Educação para o (des) emprego: ou quando estar liberto da necessidade de emprego é um tormento*. Petrópolis: Editora Vozes.
- FORTUNY, Mary Angels (2001), “Desemprego juvenil: tendências e desafios”. *OIT*, 1ªedição: 47 – 49.
- FRANCO, Augusto de. (2000) *Porque precisamos de desenvolvimento integrado, local e sustentável*. 2ªed. Brasília: Instituto de Política Millennium.
- FRANCO, Maria Ciavatta (1998), “Formação profissional para o trabalho incerto: um estudo comparativo Brasil, México e Itália”, In: G.Frigotto, *Educação e crise do trabalho: perspectiva de final de século*. Petrópolis: Vozes.
- FRANKL, Viktor E. (1999) *Em busca de sentido*. Coleção Logoterapia nº3. 9ª ed. Petrópolis:Ed.Vozes
- GENTILI, Pablo (1998), “Educar para o desemprego: a desintegração da promessa integradora” in: G.Frigotto (org), *Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século*, Petrópolis, Vozes.
- _____ (1999). O conceito de “empregabilidade”. *Anais do Seminário Nacional sobre Avaliação do Planfor: uma política pública de educação profissional em debate*, São Paulo, Cadernos Unitrabalho 2.
- GOLDENBERG, Miriam (2000). *A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais*. Rio de Janeiro: Editora Record.

- GOMES, Andréa Lopes (1998). *Impactos do envelhecimento populacional no mercado de trabalho brasileiro: um estudo comparativo*. Belo Horizonte: Faculdade de Ciências Econômicas de UFMG. Monografia de graduação.
- GOMES, Cândido A. (1990) *O jovem e o desafio do trabalho*. São Paulo: EPU.
- GOMES, Rosemary e VEIGA, Sandra M (1996). "ONGs, geração de trabalho e renda, ação local, políticas públicas e metodologias". In: Caccia Bava, S.(org) *Desenvolvimento Local: geração de emprego e renda*. São Paulo: Polis.
- GUERRA, Leonardo Pontes e CUNHA, Luiz Henrique de Oliveira (2002), "O programa municipal de fomento à geração de trabalho e renda". 2:39-46.
- HARDMAN, Francisco Foot (1982) "Revolução industrial na Inglaterra. As primeiras fabricas brasileiras, In; F.F.Hardman, *Historia da indústria e do trabalho no Brasil: das origens aos anos vinte*. São Paulo: Global Editora.
- HICKS, Norman L. (1994) "Pobreza e desenvolvimento: a experiência latino-americana", In: J.P.R.Velloso e R.C.Albuquerque (orgs) *Modernidade e pobreza*. São Paulo: Nobel.
- IBGE (2002), *Resultados do censo 2000*, disponível em < <http://www.ibge.gov.br>, acesso em dez/2002.
- LAVINAS, Lena e BARBOSA, Maria Lígia de O. (2000) "Combater a pobreza estimulando a frequência escolar: o estudo de caso do Programa Bolsa-Escola do Recife". *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, vol. 43, nº 3
- LEITE, Márcia (1997), "Qualificação, desemprego e empregabilidade". *São Paulo em perspectiva*, vol. 11, nº 1: 64 – 69.
- LISBOA, Marilu Diez (2002), "Orientação profissional e mundo do trabalho: reflexões sobre uma nova proposta frente a um novo cenário. In: R.S.Levenfus e D.H.P.Souares (orgs) *Orientação vocacional e profissional: novos achados teóricos, técnicos e instrumentais para a clínica, a escola e a empresa*. Porto Alegre: Artmed".
- MACHADO, Danielle Carusi (2001), "Jovens no mercado de trabalho do Rio de Janeiro". *Trabalho e sociedade*, nº 1: 3-10.
- MARQUES, Maria Elizabeth; NEVES, Magda de Almeida e CARVALHO NETO, Antonio (2002), *Trabalho infantil: a infância roubada*. Belo Horizonte: IRT/PUC – DRT.
- MARX, Karl.(1987) *O Capital. Critica da Economia Política*. Livro 1. O processo de produção do capital. Volume 1, 11ª Edição. São Paulo: Bertrand Brasil Difel.

- MENICUCCI, Telma Maria Gonçalves (2002), “Intersetorialidade, o desafio atual para as políticas sociais”. *Pensar BH. Política social*, n3:10-13.
- MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO (2001), *Planfor: a experiência para adolescentes e jovens*. Brasília, disponível em <<http://www.mte.gov.br>, acesso em out/2002. Impresso.
- MONTENEGRO, Maria da Rocha e ALMEIDA, Rachel de Castro (2002). *Diagnóstico sobre demanda de mercado e qualificação da mão-de-obra nas regiões norte e nordeste de Belo Horizonte*. Belo Horizonte: IRT/PUCMinas.
- MOSCOVITCH, Samy Kopit (2002) “Aspectos teórico-metodológico para investigação da pobreza – conceitos e operacionalização: contribuição ao debate metodológico para construção da rota de expansão do BH cidadania”. *Pensar BH,2:101 -107*.
- NEGRÃO, João José (1998) *Para conhecer o neoliberalismo*. Publisher Brasil.
- NEVES, Magda de Almeida (2000). “Reestruturação produtiva, qualificação e relações de gênero”, In: M.I.B.Rocha (org), *Trabalho e gênero. Mudanças, permanência e desafios*, São Paulo, ABEP, NEPO/UNICAMP, CEDEPLAR/UFMG e ED.34.
- OIT (2001), “Juventude e emprego”.Brasília, Divisão de políticas de emprego da OIT.
- OLIVEIRA, Jane Souto de; SILVA, Denise Britz do Nascimento; LIMA, José Matias de e MELO, Dorian Luis Borges de (2000), Notas sobre a inserção socioeconômica de moradores da favela. In: XII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, Caxambu/MG. Caderno de Resumos (CD-ROM)
- OLIVEIRA, Dalila Andrade (2001)“A educação básica e profissional no contexto das reformas dos anos 90”. *Revista do NETE, n°8*.
- PALAZZO, Ludmila Oliveira.(2000) “A evolução dos Direitos Humanos e suas novas dimensões.” In: Conselho Federal de Psicologia – Comissão Nacional de Direitos Humanos (org) *Psicologia, ética e Direitos Humanos*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- PASTORE, José e HALLER, Archibald (1993) “O que está acontecendo com a mobilidade social no Brasil?” In: J.P.R.Velloso e R.C.Albuquerque (orgs) *Pobreza e mobilidade social no Brasil*. São Paulo: Nobel.
- PAOLI, Maria Célia e TELLES, Vera da Silva.(2000) Direitos sociais: conflitos e negociações no Brasil contemporâneo. In: ALVAREZ, Dagmino (org.) *Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos*. Belo Horizonte: Ed. UFMG.

- PEREIRA, Armand F. (2001), “Educação, formação e empregabilidade: algumas questões e opções para combater o desemprego juvenil”. *OIT*, 2ª edição: 13 -18.
- PIREZ, Pedro. (1993), Las metropolis latinoamericanas: el reto de las necesidades. In: HECK, Marina. *Grandes metropolis de América*. São Paulo: Fundação Memorial da América Latina: Fondo de Cultura Econômica.
- POCHMANN, Márcio (1998), *Inserção ocupacional e o emprego dos jovens*. São Paulo: Coleção ABET, v. 6,.
- _____ (1999), *O trabalho sob fogo cruzado*. São Paulo, Contexto.
- _____ (2001), “Emprego e desemprego juvenil no Brasil: as transformações nos anos 90.” *OIT*, 2ª edição: 27 – 39.
- PBH (2002a), *Pensar BH*. Ano 1, nº 2, junho.
- _____ (2002b), *Pensar BH. Política social*, nº:4:11-15.
- _____ (2002c). *Pensar BH. Política social*, nº 5:37-43.
- RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz (1997). Reforma urbana na cidade da crise: balanço teórico e desafios. In: *Globalização, fragmentação e reforma urbana*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.
- RIOS NETO, Eduardo L.G. e OLIVEIRA, Ana Maria H.C.(s/data) *Políticas voltadas para a pobreza: o caso da formação profissional*. Site do Ministério do Trabalho e Emprego, disponível em <<http://www.mte.gov.br>, acesso em out/2002. Impresso.
- SALAMA, Pierre e DESTREMAU, Blandine (1999), *O tamanho da pobreza*. Rio de Janeiro: Ed. Garamond.
- SANCHIS, Enric (1995). *Da escola ao desemprego*. Rio de Janeiro: Agir.
- SANTOS, Wanderley Guilherme (1998), *Décadas de espanto e uma apologia democrática*. Rio de Janeiro: Rocco.
- SAVIANI, Demerval (1986) “Educação, cidadania e transição democrática”, in: M.L.M. Covre (org), *A cidadania que não temos*, São Paulo: Editora Brasiliense.
- SLUZKI, Carlos E. (1997) *A rede social na prática sistêmica*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- SEGNINI, Liliana R.P. (2000), “Educação, trabalho e desenvolvimento: uma complexa relação”. *Trabalho e educação*” ,6:14 -46.
- SIMMEL, Georg (1983) “O estrangeiro”, In: E.Moraes Filho (org), *Sociologia*. São Paulo: Ática.

- SINGER, Paul (2001), *Globalização e desemprego. Diagnóstico e alternativas*. São Paulo: Editora Contexto.
- SOUTO, Anna L.S. (2000), “Jovens e mercado de trabalho: percepção e expectativas de inserção”. *Polis*, nº35:7-37.
- SOUZA, José Martins de (1997) *Exclusão social e a nova desigualdade*. Coleção Temas de atualidade. São Paulo: Paulus.
- SPOSATI, Aldaíza (1997) “Mínimos sociais e seguridade social: uma revolução da consciência da cidadania”, *Serviço social e sociedade*, nº 55, ano XVIII, pp.9-38
- TELLES, Vera da Silva (1992), *A cidadania inexistente: incivilidade e pobreza. Um estudo sobre trabalho e família na grande São Paulo*. Tese de doutorado, USP, mimeo.
- _____ (1994) “Pobreza, movimentos sociais e cultura política: notas sobre as (difíceis) relações entre pobreza, direitos e cidadania.” In: E. Diniz; J.S.L. Lopes e R. Prandi (org). *O Brasil no rastro da crise*. São Paulo: ANPOCS/HUCITEC.
- _____ (1999^a), *Direitos sociais. Afinal do que se trata? Belo Horizonte: Editora UFMG*.
- _____ (1999), “A ‘nova questão social’ brasileira: ou como as figuras de nosso atraso viraram símbolo de nossa modernidade”. *Cadernos CRH*, 30/31, jan/dez:85 – 109
- TOSCANO, Idalvo e D’AGOSTINI, Marcelo (2002), “Uma nova concepção de microcrédito: O projeto BANPOP – Banco Popular de Belo Horizonte”. *Pensar BH*, 2:83-90.
- VEIGA, João Paulo Cândia. (1998), *A questão do trabalho infantil*. São Paulo: Coleção ABET. V. 7.
- VELLOSO, João Paulo dos Reis. (1994)” Modernidade e pobreza: a construção da modernidade econômica social.” In: J.P.R.Velloso e R.C.Albuquerque(orgs). *Modernidade e pobreza*. São Paulo: Nobel.
- WANDERLEY, Luiz Eduardo W. (2000),”A questão social no contexto da globalização: o caso latinoamericano e o caribenho”, in M. Belfiore-Wanderley, L.Bógus e M. C. Yasbek(orgs), *Desigualdade e questão social*, São Paulo, Educ.
- WELLER, J. (1998), “Supressão e geração de empregos em uma época de mudanças estruturais”. In: *Emprego e desenvolvimento tecnológico*. DIESSE (org) São Paulo.
- ZALUAR, Alba (1985), *A máquina e a revolta. As organizações populares e o significado da pobreza*. São Paulo: Brasiliense

**Anexo 1: ROTEIRO DE ENTREVISTAS PARA SECRETARIA MUNICIPAL DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL**

DADOS PESSOAIS:

Nome:

Função:

Local de trabalho:

Formação profissional:

SOBRE JOVENS

1. Qual faixa etária a PBH considera como população jovem?
2. Existem projetos direcionados para esta população e quais são eles?
3. Quais os resultados obtidos e como estes são verificados?
4. Estes projetos atendem aos jovens de classes baixas?
5. Há projetos específicos para a população jovem de baixa renda?
6. No “Planão” há números que mostram um grande percentual de jovens na faixa de 14 – 18 fora da escola, como a PBH lida com esta situação?
7. Na área de qualificação profissional para jovens a PBH tem feito algo?
8. Como a PBH avalia a inserção do jovem no mercado de trabalho? Há alguma pesquisa ou dados sobre como está tal situação?

Anexo 2: PERFIL DOS JOVENS ENTREVISTADOS NO MERCADO FORMAL

Entrevistado	Idade	Escolaridade	Profissão	Renda individual	Renda familiar
1) Masculino	16 anos	1º ano do 2º grau em curso	Office-boy (Assprom)	R\$200,00 + vale transporte	Não sabe
2) Masculino	16 anos	2º ano do 2º grau em curso	Serviços gerais (Office-boy)	R\$200,00 + vale transporte + ticket alimentação	Não sabe
3) Masculino	17 anos	5ª série em curso	Office-boy (PBH)	R\$200,00 + vale transporte	A dele
4) Feminino	17 anos	3º ano do 2º grau em curso	Auxiliar de dentista (Assprom)	R\$200,00 + ticket alimentação.	R\$800,00
5) Masculino	18 anos	1º grau completo	zelador	R\$316,00 + vale transporte	R\$700,00
6) Masculino	19 anos	8ª série em curso	Ajudante de limpeza de boca-de-lobo	R\$280,00 + cesta básica + vale transporte	A dele
7) Masculino	19 anos	1º ano do 2º grau	copeiro	R\$200,00 + vale transporte	A dele
8) Masculino	19 anos	2º grau completo	Vendedor externo	R\$200,00 + comissão	R\$800,00
9) Feminino	21 anos	2º grau. Em curso: téc. em enfermagem	Agente comunitário de saúde.	R\$210,00	R\$800,00
Entrevistado	Idade	Escolaridade	Profissão	Renda individual	Renda familiar
10) Feminino	21 anos	2º grau completo	Balconista em padaria	R\$210,00	R\$800,00
11) Feminino	22 anos	1º ciclo (1ª a 3ª série)	Empregada doméstica.	R\$200,00 + vale transporte	Mora de "favor", não sabe
12) Masculino	22 anos	2º grau completo	Repositor em supermercado	R\$270,00	R\$700,00
13) Feminino	22 anos	2º grau	Agente	R\$210,00	R\$800,00

		completo	comunitário de saúde.		
14) Masculino	22 anos	Parou na 7 ^a série.	Servente (empregada Sudecap)	R\$280,00 + vale transporte	Não sabe, mora com a família da namorada
15) Masculino	23 anos	8 ^a série em curso	Operador de máquinas de telas	R\$310,00 + vale transporte	Não sabe
16) Masculino	24 anos	2 ^o grau completo	Segurança operacional	R\$378,00 + cesta básica + vale transporte	Não sabe
17) Masculino	24 anos	Parou na 5 ^a série	Cortador de luvas ortopédicas	R\$450,00	R\$700,00

Tabela 1: Elaborada pela autora com dados da pesquisa.

Anexo 3: ROTEIRO DE ENTREVISTAS PARA OS JOVENS

1. Nome:
2. Idade:
3. Escolaridade:
4. Profissão:
5. Renda individual:
6. Há quanto tempo está trabalhando?
7. Mora com quem?
8. Renda familiar?
9. Você contribui no sustento da família?
10. Sua família já participou de algum programa governamental? Qual? Qual período e por quê?
11. Vocês recebem algum tipo de ajuda, seja de ONGs, igrejas, etc? Em caso afirmativo: por que é necessário recebê-la?
12. Você começou a trabalhar com qual idade e por quê?
13. Qual foi seu primeiro emprego e como você o conseguiu?
14. O que significa estudar para você?

Anexo 4: PERFIL DOS JOVENS NO MERCADO INFORMAL

Entrevistado	Idade	Escolaridade	Profissão	Renda individual	Renda familiar
1) Masculino	20 anos	Parou na 4 ^a série	“bico” guardador de carros	R\$40,00	Não sabe
2) Feminino	18 anos	Parou no 1 ^o ano do 2 ^o grau	Trabalha em restaurante, “faz de tudo”	R\$40,00 / semana	Não sabe
3) Masculino	18 anos	Parou na 7 ^a série	Faz compras para uma senhora de idade.	R\$200,00	A dele
4) Masculino	19 anos	Parou na 8 ^a série	circense	Sem renda	R\$200,00

Tabela 2: Elaborada pela autora

ANEXO 5: PERFIL DOS ENTREVISTADOS NA PBH

Entrevista	Função	Local de trabalho
1	Gerente 2	Qualificarte - Gameleira

2	Coordenadora do Programa geração de trabalho	Amas (Associação Municipal de Assistência social), é uma ONG.
3	Gerente de preparação para inclusão produtiva da SMAS	SMAS (secretaria Municipal de Assistência Social)
4	Coordenador de cursos profissionalizantes na GEDE	GEDE (Gerência de Desenvolvimento Econômico)
5	Responsável pela discussão da implementação de educação de jovens e adultos do município de Belo Horizonte	SME (Secretaria Municipal de Educação), Gerência de Coordenação de Política Pedagógica

Tabela 3: Elaborada pela autora.

Obs: Os anexos de 6 – 8 não estão disponíveis, encontram-se na cópia impressa. Foram materiais específicos, não foi possível escaneá-los.